



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E  
LINGUÍSTICA**



Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus  
Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 3283-6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)

**MARIA NEUMA MASCARENHAS PAES**

**OS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO NAS FORMULAÇÕES DE PEDRO  
CALMON COM ÊNFASE EM A *BALA DE OURO***

**SALVADOR**

**2009**

**MARIA NEUMA MASCARENHAS PAES**

**OS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO NAS FORMULAÇÕES DE PEDRO  
CALMON COM ÊNFASE EM A *BALA DE OURO***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto

**SALVADOR  
2009**

**Sistema de Bibliotecas - UFBA**

Paes, Maria Neuma Mascarenhas.

Os gestos de interpretação nas formulações de Pedro Calmon com ênfase em A bala de ouro / Maria Neuma Mascarenhas Paes. - 2009.  
155 f.

Orientador: Profº. Dr. João Antonio de Santana Neto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2009.

1. Calmon, Pedro, 1902-1985. A bala de ouro - Crítica e interpretação. 2. Análise do discurso. 3. Literatura e história. 4. Memória coletiva. I. Santana Neto, João Antonio de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 869.09  
CDU - 821(81)-09

*Ao meu companheiro de muitas lutas e filhas:  
Fábio, Jurema e Sara Paes, por tudo.*

## AGRADECIMENTOS

Devo meus agradecimentos a várias pessoas e a elas gostaria de expressar toda minha gratidão e apreço.

Agradeço ao meu orientador, o professor Dr. João Antônio de Santana Neto, com quem discuti proveitosamente, enquanto formulava esta tese. A leitura e as críticas contribuíram para que esta produção acadêmica adquirisse uma forma definitiva. Minha dívida para como ele é, inegavelmente, imensurável.

Às professoras, Dra. Rosa Helena Blanco Machado e Dra. Florentina da Silva Souza, pelos comentários e sugestões no Exame de Qualificação.

À professora Dr<sup>a</sup>. Lizir Arcanjo Alves, por ter me apresentado não apenas mundo da obra de Pedro Calmon, mas também pelas valiosas sugestões e contribuições, cedendo-me materiais recolhidos em suas pesquisas. A ela gostaria de externar os meus sinceros agradecimentos.

À professora Dra. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, pela grande contribuição prestada, conseguindo junto ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional cópia dos folhetins de *A bala de ouro*: novela histórica, publicada entre novembro de 1929 e julho de 1930 em *Vida Doméstica*: Revista do Lar e da Mulher.

Às professoras, Dr<sup>a</sup>. Joselice Macedo de Barreiro e Maria José Campos Rocha, pelo estímulo e ensinamentos durante os meus primeiros passos em Análise de Discurso.

A todos os professores da PPGL, especialmente, às Professoras Dr<sup>a</sup> Iracema Luiza de Souza, Dr<sup>a</sup>. Rosa Virginia Mattos e Silva, Dr<sup>a</sup> Noélia Borges de Araújo, Dr<sup>a</sup> Eneida Leal Cunha, Dr<sup>a</sup> Evelina Hoisel, Dr<sup>a</sup> Antonia Herrera, entre outras, pela grande contribuição prestada à minha formação acadêmica.

Aos colegas do Núcleo de Estudos da Análise de Discurso – NEAD/UCSal., companheiros de embate, pela confiança depositada em meu trabalho.

À Universidade Católica do Salvador – UCSal., pelo estímulo ao desenvolvimento das pesquisas em torno da Análise de Discurso, desenvolvidas pelo NEAD.

*O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concordância, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade) (SARLO, 2007, p. 9).*

## RESUMO

Nesta tese, procurou-se fazer uma análise interpretativa das materialidades discursivas que se instalam na ordem da língua na história, produzindo efeito, para compreender os gestos de interpretação que constituem as formulações de Pedro Calmon, com ênfase em *A bala de ouro*. Primeiro, buscou-se fazer a articulação entre a noção de intelectual com a noção de autor em uma perspectiva discursiva, tomando como base as formulações de Pedro Calmon desde os primeiros escritos. Depois, verificaram-se as práticas que permitiram o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares e permitiram a formulação de *A bala de ouro* como um gesto de interpretação do arquivo. Na análise desses dois aspectos discursivos, valeu-se, principalmente, dos postulados teóricos da Análise de Discurso, desenvolvidos na França por Michel Pêcheux, a partir da década de 1960 e seus desdobramentos posteriores no Brasil com Eni Orlandi. Por último, buscou-se entender em *A bala de ouro* as práticas discursivas, entre as quais se encontram as práticas judiciárias que se instalaram no Brasil, no século XIX, e constituíram domínios de saber, determinando o que pode e deve ser dito perante as instâncias de poder. Para desenvolver essa análise, tomaram-se os postulados do quadro teórico construído por Michel Foucault em torno das relações que se estabeleceram entre saber-poder-verdade.

**Palavras-chave:** Função-autor; Arquivo e discurso; Relações de poder-saber-verdade.

## RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objectif de faire une analyse interprétative des matérialités discursives conçues dans le domaine de la langue. Celle-ci comprise dans un cadre historique en produisant donc des effets. L'analyse permettra la compréhension de gestes d'interprétation qui constituent les formulations de Pedro Calmon dans son oeuvre *A bala de ouro*. Dans un premier moment, on fait l'articulation entre la notion d'intellectuel et celle d'auteur selon des présupposés discursifs en tenant compte des textes de Pedro Calmon depuis ses premiers écrits. Ensuite on vérifie les pratiques qui ont permis à des énoncés d'apparaître comme des événements singuliers et qui ont donné naissance à l'oeuvre *A bala de ouro* comprise comme un geste d'interprétation d'archive. Pour analyser les faits discursifs ci dessus mentionnés on est basé sur la théorie de l'analyse du discours française d'après Michel Pêcheux, à partir des années 1960, ainsi que sur des travaux menés au Brésil par Eni Orlandi. Enfin on analyse dans *A bala de ouro* des pratiques discursives parmi lesquelles les judiciaires qui se sont installées au Brésil au XIXe siècle comme un vrai domaine du savoir en déterminant ce qui pourrait et ce devrait être dit face à la représentation du pouvoir. Cette dernière analyse prend comme cadre théorique les idées conçues par Michel Foucault sur les rapports entre savoir-pouvoir-vérité.

**Mots-clés:** Fonction auteur; archive et discours; rapports savoir-pouvoir-vérité.



## ABSTRACT

The present research aimed at doing an interpretative analysis of the discursive materiality which undergo the order of the language in history as well as the effects it produce. In so doing, it helped to understand the gestures of interpretations in Pedro Calmon's formulations, particularly in *A bala de ouro*. First, I was concerned with the articulation between the notion of intellectual and the notion of author within a discursive perspective, taking into account Pedro Calmon's formulations since its early productions. Secondly, I have assessed the practices which helped the coming of enunciations as singular happenings, a way which happened to configure the formulation of *A bala de ouro* as a gesture of archive interpretation. Thus, the theoretical conceptualization of Discourse Analysis developed by Michael Foucault in France in the 1960s and his great influence on Eni Orlandi in Brazil came to be necessary to compose this work. Lastly, we have tried to understand the discursive practices in *A bala de ouro*, such as the nineteenth-century judicial practices in Brazil, which came to represent knowledge domains, determining what could or should not be said before the instances of power. From this point of view, my entire research rests on Michael Foucault's postulates on power relations, knowledge and truth.

Key- words: function-author; archive; discourse; power-knowledge-truth relations

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Ilustração de *A bala de ouro* : novela histórica (1929-1930).
- Figura 2 - Ilustração da capa e contracapa de *A bala de ouro*: história de um crime romântico (1947).
- Figura 3 - Ilustração da capa de *A bala de ouro* : história de um crime romântico (1998).

## LISTA DE QUADROS

- Quadro1 - Adjetivos
- Quadro 2 - Técnicas de leituras do arquivo ;
- Quadro 3 - Configuração linguística do discurso literário e o discurso científico.

## SUMÁRIO

<b>PARTE I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>13</b>
1 <b>PRIMEIRAS ABORDAGENS.....</b>	<b>14</b>
<b>PARTE II - PEDRO CALMON NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO AUTOR.....</b>	<b>21</b>
2 <b>PARA ENTENDER A FUNÇÃO AUTOR.....</b>	<b>22</b>
2.1   OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO.....	26
2.1.1 <b>O intelectual Pedro Calmon .....</b>	<b>26</b>
2.1.2 <b>Os primeiros escritos.....</b>	<b>30</b>
2.2   A CONSAGRAÇÃO DO PROFESSOR AUTOR.....	41
2.2.1 <b>A passagem pela <i>Gazeta de Notícias</i>.....</b>	<b>44</b>
2.2.2 <b>A literatura e história de mãos dadas.....</b>	<b>48</b>
2.2.3 <b>O intelectual e a vida pública.....</b>	<b>59</b>
<b>PARTE III – A ABERTURA DO ARQUIVO DE A BALA DE OURO.....</b>	<b>64</b>
3 <b>MODOS DE LER UM ARQUIVO.....</b>	<b>65</b>
3.1   PROCEDIMENTOS TEÓRICOS.....	70
3.1.1 <b>O arquivo na ordem do discurso.....</b>	<b>70</b>
3.2   A TEIA DE SENTIDO DO ARQUIVO.....	76
3.2.1 <b>A singularidade do arquivo.....</b>	<b>80</b>
3.2.2 <b>Os gestos de interpretação do arquivo.....</b>	<b>87</b>
<b>PARTE IV - OS JOGOS DE VERDADE EM “O JURI DA TERRA”.....</b>	<b>105</b>
4 <b>OS SABERES DISCIPLINARES.....</b>	<b>106</b>
4.1   O JOGO DISCURSIVO.....	114
4.1.1 <b>A ressonância dos discursos do julgamento.....</b>	<b>115</b>
4.1.2 <b>Os saberes da acusação e da defesa.....</b>	<b>120</b>
4.1.3 <b>O veredicto.....</b>	<b>127</b>
<b>PARTE V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
5 <b>PONTO DE PARADA.....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>139</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>152</b>

**PARTE I**  
**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

## 1 PRIMEIRAS ABORDAGENS

Os estudos desenvolvidos anteriormente, por ocasião do Mestrado em Estudos Lingüísticos e Literários centraram-se em torno do processo de reativação da memória discursiva que se inscreve na instância do acontecimento: o assassinado de Júlia Fetal, crime passionai ocorrido na sociedade baiana, em 1847, narrado na obra *A bala de ouro: história de um crime romântico* por Pedro Calmon, e resultaram na Dissertação intitulada “A memória discursiva em “*A bala de ouro: história de um crime romântico*”, defendida no PPGLL – Ufba (2007). A memória discursiva analisada compreendeu, naquilo que foi possível ser apreendido, a memória mítica, a memória social (inscrita em práticas) e a memória narrada pelo historiador, enquanto história cultural.

Para tanto, e tendo como fundamentos teóricos a Análise de Discurso, buscou-se naquele momento examinar tanto as condições de produção que permitiram a emergência dos processos discursivos no nível da formulação, compreendida como 1947, como a memória discursiva que opera no nível do enunciado, no interdiscurso.

Ao se analisar a memória mítica, tratou-se de reconhecer na textualidade da obra os discursos que compõem o domínio do saber da formação discursiva em torno do “amor” em três momentos: na antiguidade clássica, na Idade Média e nas formulações românticas. Na análise, verificaram-se os discursos que se apresentam repetidos em forma de paráfrase ou metáfora, dentro de uma regularidade enunciativa sustentada pelo sujeito e pelo sentido e operados de forma interdiscursiva.

Ao investigar a memória social, verificaram-se os discursos pré-construídos, enquanto interdiscursos (na formação), sobre a cidade do Salvador, que uma vez retomados no intradiscurso (na formulação), são re-significados ao constituírem os

sentidos. Além disso, verificaram-se os discursos corporificados nos gestos de interpretação, os quais passaram a significar, por meio da linguagem, os espaços urbanos da cidade do Salvador.

Entretanto, no decorrer da pesquisa que deu origem à referida Dissertação, chegou-se à conclusão de que muitos aspectos deveriam ser explorados, mas o tempo não era suficiente, uma vez que exigiam uma pesquisa mais acurada. Daí, tomar-se a iniciativa de apresentar à banca examinadora do Mestrado a ampliação dos estudos que deram origem a presente pesquisa de Doutorado, que se intitula: “Os gestos de interpretação nas formulações de Pedro Calmon com ênfase em *A bala de ouro*”.

Esclarece-se desde já que, perante as diferentes grafias do título da obra que se destaca nesta análise, toma-se a partir da agora, de forma homogênea, o título *A bala de ouro*, toda vez que se fizer necessária sua referência, acrescentando-lhe apenas os complementos que acompanham os títulos e fazem sua distinção.

Para desenvolver a pesquisa complementar proposta, considerou-se, com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, que toda formulação, em si, é um gesto de interpretação: “o espaço de interpretação no qual o autor se insere com seu gesto – e que o constitui enquanto autor - deriva de sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso” (ENI ORLANDI, 2004, p.15). Sendo assim, cabe ao analista compreender os gestos de interpretação daquele que se coloca no dizer, exercendo a função autor, para, em um processo dialético, compreender e, na sequência, produzir uma outra interpretação. Nesse processo de interpretação é preciso considerar que toda textualidade é constituída por um arquivo que determina o que deve e pode ser dito.

Considerou-se na análise os procedimentos discursivos que permitem trabalhar os sujeitos históricos a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos começos e dos acidentes sem necessariamente ter que recorrer ao passado para

restabelecer a história em sua linearidade. Tratou-se de procurar compreender o acontecimento discursivo na sua emergência, de identificar os discursos que operam no nível da memória discursiva, estimulando a regularidade enunciativa que constituem as formações discursivas, produzidas pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes. Para tanto, considerou-se a singularidade do arquivo.

Dito isto, os aspectos explorados na pesquisa desenvolvida nessa tese procuraram atender aos seguintes questionamentos: Como se deu a trajetória de Pedro Calmon enquanto intelectual no exercício da função autor? Quais os dispositivos de arquivo que foram colocados em funcionamento na formulação de *A bala de ouro*? Como as práticas discursivas, entre elas as práticas jurídicas, constituíram domínio de saber na sociedade baiana do século XIX e são abordadas em *A bala de ouro*?

Para responder a primeira questão, tinha-se em mente que era preciso investigar as diversas atividades que exerceu Pedro Calmon, tanto no campo profissional, como no campo cultural, possibilitando-lhe uma série de publicações, aspecto determinante na sua vida intelectual. Ademais, era preciso fazer a articulação entre a noção de intelectual e a noção de autor, propondo ser esta última examinada em uma perspectiva discursiva.

No que diz respeito à segunda pergunta, tinha-se como hipótese que era preciso fazer uma reflexão sobre o arquivo que se encontrava subjacente à formulação de *A bala de ouro*, levando-se em consideração a noção de arquivo e a noção de memória discursiva, aliada às condições de produção no nível do enunciado. Para tanto, devia-se não só reconhecer a materialidade da língua na discursividade do arquivo como também identificar os fatos que estão sujeitos à interpretação, ou seja, aqueles que funcionam no interdiscurso e promovem a



estabilização das formulações do arquivo, visto que o interdiscurso é quem vai possibilitar a abertura do sentido.

Para responder à última pergunta, entendia-se que era necessário investigar os saberes jurídicos, promovidos por regras que caracterizaram as práticas discursivas, levando-se em conta que tais regras permitiram ao poder elaborar os discursos disciplinares para se manter no controle dos indivíduos.

Dessa forma, as questões formuladas e as hipóteses levantadas serviram de norte para se chegar ao plano teórico e metodológico, os quais iluminaram a análise do quadro teórico da Análise de Discurso<sup>1</sup>. Recorreu-se a outros teóricos que são citados no corpo do trabalho, entre eles destaca-se Michel Foucault.

Cabe ressaltar que, como os aspectos discursivos trabalhados envolvem procedimentos teóricos específicos, preferiu-se trabalhar as questões teóricas e metodológicas ao longo dos respectivos capítulos, à medida que foram sendo feitas as análises. Tomou-se essa decisão porque, em se tratando de um trabalho teórico interpretativo, respaldado em uma perspectiva discursiva, as análises ficariam mais operacionais, evitando, assim, a repetição dos aspectos teóricos abordados em um capítulo em separado.

Assim dito, na parte II, constituída pelo capítulo 2, aborda-se a trajetória de Pedro Calmon enquanto intelectual no exercício da função autor. Para tal investida, foi preciso dividi-lo em três tópicos, assim distribuídos: no primeiro, procura-se entender os procedimentos teóricos que definem a função autor; no segundo, verificam-se os processos de significação que contribuíram para a formação intelectual de Pedro Calmon, os primeiros escritos, sua atuação enquanto personagem histórico e sociológico e a paixão pela literatura; no terceiro, trata-se dos gestos de interpretação que constituem os objetos simbólicos, ou seja, o gosto

---

<sup>1</sup> Surgida na França na década de 1960, com Michel Pêcheux, alcançando desdobramentos posteriores no Brasil com Eni Orlandi.

pela história, a consagração do professor no exercício da função autor, a passagem pela *Gazeta de Notícias*, o entrelaçamento perfeito entre a literatura e história, o fazer histórico, o intelectual e a vida pública. Além disso, aponta-se parte da obra de Pedro Calmon.

Para desenvolver a análise de Pedro Calmon enquanto intelectual no exercício da função autor, percorreu-se grande parte de suas formulações publicadas em jornais, revistas e livros. Levou-se em conta que a novidade encontrada na pesquisa foi seus primeiros escritos no *O imparcial* (1921), jornal matutino de Salvador e a publicação da versão literária de *A bala de ouro* (1929-1930).

Na parte III, constituída pelo capítulo 3, procurou-se verificar, em uma perspectiva teórica discursiva, os dispositivos que foram colocados em funcionamento na leitura do arquivo e constituem a formulação de *A bala de ouro*. Para tanto, organizou-se o capítulo em três itens: no primeiro, trata-se da leitura do arquivo e seus gestos de interpretação, mostrando as diferentes maneiras de ler um arquivo, centrando-se na leitura de arquivo em uma perspectiva discursiva; no segundo, expõem-se as diversas abordagens teóricas sobre o arquivo, ou seja, o arquivo na ordem do discurso (Foucault), o arquivo na perspectiva da Análise de Discurso (Pêcheux e Orlandi), o arquivo e a pulsão de morte (Derrida), procurando, inclusive, estabelecer pontos de convergências entre esses teóricos que abordam a questão do arquivo; no terceiro e último, analisam-se os *corpora* selecionados em a obra *A bala de ouro* para verificar as práticas discursivas que permitiram tecer a rede de sentido na formulação de Pedro Calmon por meio dos enunciados.

Cabe esclarecer que a noção de arquivo, embora tivesse sido preocupação de teóricos como Foucault, Pêcheux e Derrida, não se encontrou no Brasil a aplicação dessa noção em uma análise que se pudesse tomar como exemplo. Verificaram-se, apenas, alguns trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores da Labeurb –

Laboratório de Estudos Urbanos, de Campinas, sob orientação da professora Eni Orlandi, que tem estudado a cidade e seus modos de significar, mas nada que pudesse contribuir para o desenvolvimento da análise.

Diante da dificuldade encontrada com a pesquisa em relação ao arquivo, foi preciso desenvolver mecanismos que permitissem se fazer tal análise funcionando na formulação de *A bala de ouro* e comandando os dizeres nos enunciados. Para dar conta desse aspecto teórico, percorreu-se um longo caminho. Foi preciso entender os métodos de investigações científicas e suas configurações do real, para se chegar ao método interpretativo do qual se vale a Análise do Discurso. Além disso, foi necessário considerar a distinção entre interdiscurso e arquivo, uma vez que suas diferenças são muito tênues, ou seja, enquanto o primeiro (o interdiscurso) é o domínio do saber de uma formação discursiva, portanto, sua abrangência é ampla, o segundo (o arquivo) é uma singularidade desse domínio, que permite determinar, perante a heterogeneidade da rede discursiva, o lugar do começo para comandar a interpretação.

No caso de *A bala de ouro*, diante da heterogeneidade discursiva que se encontra à disposição do arquivo institucional (dos documentos de arquivo), observou-se que Pedro Calmon selecionou, apenas, as práticas sociais e discursivas que colocavam em funcionamento as relações de poder institucional da sociedade baiana no século XIX para poder comandá-los. Depois de confrontar a formulação de Pedro Calmon com a de outros autores (citados ao longo da análise) foi possível identificar de forma subjacente à formulação de *A bala de ouro*, muitas dessas práticas que vão configurar o arquivo na perspectiva que aqui se trabalha.

Sendo assim, ao selecionar os dizeres que se encontram disponíveis na rede discursiva (no interdiscurso), Pedro Calmon é obrigado a deixar de lado uma série de outros dizeres, trazendo para sua formulação somente aqueles do seu interesse, constituindo assim o arquivo que vai permitir o desenvolvimento da interpretação.

Na parte IV, constituída pelo capítulo 4, procurou-se entender como as práticas jurídicas, regidas por regras instaladas na sociedade brasileira no século XIX, permitiram relações de saber-poder-verdade. Tais práticas se estabelecem nos discursos de acusação e defesa do professor João Estanislau da Silva Lisboa, traduzidos por Pedro Calmon em *A bala de ouro*. Observou-se então que as partes envolvidas no processo assumem posições teóricas distintas nos discursos, buscando instalar uma verdade por meio do saber, perante o poder.

Essa pesquisa justifica-se pelo fato de não se ter conhecimento de investigação da obra de Pedro Calmon no que tange aos seus primeiros escritos, ou seja, aqueles publicados no jornal *O imparcial*, assim como dentro da proposta aqui trazida.

Por último, na Parte V tecem-se as considerações finais do trabalho. Seguem-se as referências utilizadas nessa tese.

Fecha-se a pesquisa com a apresentação das referências bibliográficas, que deram apoio a estimulação das ideias aqui desenvolvidas, e as fontes documentais.

Por último acrescenta-se uma cronologia da obra de Pedro Calmon.

**PARTE II**  
**PEDRO CALMON NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO AUTOR**

## 2 PARA ENTENDER A FUNÇÃO AUTOR

Neste capítulo, apresentam-se algumas reflexões sobre as diversas atividades que exerceu Pedro Calmon, tanto no campo profissional como no campo cultural, pondo em evidência a sua vida intelectual. Nesse sentido procura-se fazer a articulação entre a noção de intelectual e a noção de autor em uma perspectiva discursiva, visando situar Pedro Calmon em uma categoria de escritor que exerceu uma função na sociedade e, conseqüentemente, ocupou um lugar de sujeito. Esta função vem significar que tal sujeito vai além de autor que assina uma obra com seu nome próprio. Para desenvolver esta pesquisa, parte-se do entendimento proposto por Michel Foucault em seu texto *O que é um autor?* para depois se chegar à Análise de Discurso. Por último, procura-se articular a função autor com a função intelectual.

Inicialmente, vê-se que a função autor, “é característica do modo de existência de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT 2001, p. 274), ou seja, o autor é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito, em que se realiza a organização das formulações.

Para se reconhecer como se exerce a função autor, Foucault (2001, p. 279-280) levanta alguns pressupostos. Em primeiro lugar, diz que essa função deve estar ligada a um sistema jurídico institucional que controla os discursos. Em seguida, observa que é necessário que se reconheça a diversidade de atuação da função sobre os discursos, levando-se em consideração épocas e civilizações distintas. Complementa, afirmando que não se deve atribuí-la, isoladamente, ao produtor do discurso, mas relacioná-la a uma série de operações específicas e complexas. Por fim, assegura que tal função não diz respeito a um indivíduo real, mas a uma posição sujeito que o indivíduo ocupa. Para Foucault, o sujeito é autor à

medida que exerce a função de organizar o discurso, instaurando uma unidade de significação original, exercendo, portanto, ao mesmo tempo a função de enunciador e locutor<sup>2</sup>.

Numa atitude afirmativa, a Análise de Discurso proposta por Eni Orlandi (2002) retoma as colocações de Foucault para dizer que o princípio de autoria é necessário não somente à unidade de significação original, mas a qualquer discurso (independente de ser fundador ou não), basta que ele seja a origem da textualidade. O autor é uma função discursiva que corresponde às funções enunciativas de locutor e enunciador. Essa função realiza-se, conforme Orlandi (2004), toda vez que o locutor (produtor) representa-se na origem, valendo-se da linguagem para produzir uma formulação com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim, sem necessariamente ser a origem das significações (fundador).

O fato de um sujeito locutor tomar determinados dizeres que se encontram disponíveis na heterogeneidade do arquivo para reformular e articular com o seu dizer é o bastante para que se considere o sujeito locutor um autor. Isto quer dizer que ao assumir uma posição perante o arquivo, o sujeito locutor se inscreve na ordem do repetível (no interdiscurso) e se torna um sujeito no exercício da função autor. No processo em que o locutor estabelece os enunciadores para produzir uma formulação própria, inevitavelmente, o efeito de historicidade que se instala na linguagem, torna evidente a interpretação constitutiva do discurso do locutor (autor).

Na categoria de autor proposta por Foucault, retomada pela Análise de Discurso para dar outra definição<sup>3</sup>, é que se procura inserir Pedro Calmon e sua

---

<sup>2</sup> Conforme Ducrot (1987, p. 182-183), enquanto o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso, o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói.

<sup>3</sup> Foucault (2001, p.283-284), ao se referir a instalação da discursividade na constituição do sujeito autor, diz que é preciso estabelecer um começo, no qual sejam distinguidos “retornos a... dos fenômenos de ‘redescoberta’ e de ‘reatualização’, que se produzem frequentemente nas ciências”. Por redescoberta ele entende os fenômenos de analogia ou de isomorfismo que não foi bem definida ou desapareceu. Define

produção intelectual, atuando na sociedade. Sabe-se que dedicou grande parte de sua vida ao ofício de professor de História do Brasil e de Direito Constitucional, ao mesmo tempo em que exerceu cargos administrativos como Diretor e, posteriormente, Reitor da Universidade do Brasil. Além dessas atividades, atuou como jornalista, membro de instituições culturais, entre elas a Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e como político, exerceu a função de Deputado Estadual e Federal. Tais funções em instituições juridicamente reconhecidas acabaram estimulando sua produção intelectual e fizeram dele um porta-voz da estrutura social em que elas se inscrevem. Ademais, colocaram-no na posição de um sujeito discursivo que assume funções enunciativas de locutor e enunciador para se constituir autor.

Diante dos pressupostos teóricos acima referidos, pode-se dizer que as séries de “analogias” e “diferenças” que Pedro Calmon produziu não permitem classificá-lo na categoria de autor como “instaurador de discursividade”, segundo o pensamento de Foucault (2001). Para isso, era preciso estabelecer condições para o surgimento infinito de discursos, que fossem muito além de seu controle. Tal discurso deveria trazer algo absolutamente diferente, que provocasse uma irregularidade enunciativa, perante o universo dos discursos, cuja novidade instalasse imediatamente uma outra regularidade discursiva, disseminando esse discurso em outros discursos.

No entanto, na perspectiva da Análise de Discurso<sup>4</sup>, as formulações que Pedro Calmon produziu permitem reconhecê-lo em pleno exercício da função autor, uma vez que produziu um lugar de interpretação considerado de valor inestimável para a formação da cultura brasileira. Valeu-se para isso, tanto da

---

reatualização como a “a reinserção de um discurso em um domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é novo para ele”. Para que haja retorno, é preciso reconhecer um discurso anterior, em que o esquecimento é constitutivo do dizer, “o ato de instauração, de fato, é tal em sua própria essência, que ele não pode ser esquecido”.

<sup>4</sup> Na perspectiva de Michel Pêcheux e seus desdobramentos posteriores com Eni Orlandi.



memória institucionalizada (o arquivo documental), quanto da memória constitutiva (o interdiscurso):

A interpretação se faz, assim, entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro, em que a presença e ausência se trabalham, paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente. O dizer só faz sentido se a formulação se inscreve na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso (ORLANDI, 2004, p.69).

Enquanto a memória institucional (arquivo), para Pedro Calmon, constituiu um compromisso com a ciência histórica, os efeitos de memória (interdiscurso) funcionaram como um instrumento de identidade com a cultura brasileira. O duplo compromisso complementa-se nos escritos. Nesse jogo, os sentidos se estabelecem através de diferentes materialidades que compõem tanto o arquivo institucional como o interdiscurso. Os processos de significação fazem com que as matérias significantes afetem o gesto de interpretação, dando uma forma própria ao discurso. Mas, para isso, foi preciso desenvolver um método historiográfico, do qual se valeu com coerência na formulação de grande parte de seus escritos, quer literários, históricos ou jurídicos.

No que diz respeito à noção de intelectual, segue-se a perspectiva de Gérard Leclerc (2004), que considera tal noção um fenômeno recente. Segundo ele, a emergência do intelectual, na configuração que predomina na contemporaneidade, relaciona-se ao surgimento da universidade enquanto instituição leiga, depois da separação entre Igreja e Estado. Esse tipo social surgiu com a emergência de uma nova categoria profissional mais livre: o professor como pensador, que passa a ocupar uma posição institucional oficial.

Enquanto Leclerc (2004) concebe o intelectual como uma categoria social atrelada às instituições oficiais, para Edward W Said (2000) o intelectual deve

afastar-se das pressões institucionais, porque somente assim ele pode preservar uma independência relativa.

No entendimento de Said (2000), no século XX, duas formas opostas de definir a noção de intelectual destacaram-se: por um lado, apoiando-se em Antonio Gramsci (1974) considerou todos os homens intelectuais, embora nem todos desempenhem a função de intelectual; por outro lado, segundo o pensamento de Julien Benda (2007), defende que a noção de intelectual deve ser aplicada somente a um pequeno grupo de reis-filósofos, seres superdotados que possuem grande sentido moral e constituem a consciência da humanidade.

Perante essas categorias de intelectuais abordadas por Leclerc (2004) e Said (2000), pode-se dizer que Pedro Calmon foi um intelectual contemporâneo cuja produção esteve sempre vinculada ao exercício da profissão. Em poucos momentos conseguiu se afastar das instâncias institucionais para produzir uma formulação com independência, como sugere Said (2000).

## 2.1 OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO

### 2.1.1 O intelectual Pedro Calmon

Para se entender a formação intelectual de Pedro Calmon, esclarecimentos fazem-se necessários antes de começar a expor as questões conceituais que permitem enquadrá-lo no exercício da função-autor enquanto intelectual, imprimindo gestos de interpretação por meio de seus ditos. Busca-se, então, reconhecer na exterioridade as condições que possibilitaram a regularidade das enunciações, tendo em vista que os sentidos não são produtos do acaso, mas encontram-se relacionados tanto ao contexto imediato, em sentido estrito (circunstância de enunciação), como ao contexto sócio-histórico, ideológico, em

sentido amplo (na instância do enunciado). Reconhece-se, assim, que “há uma relação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentido nele), mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito” (ORLANDI, 2002, p. 68). Não se trata, portanto, da história refletida no texto, mas da historicidade do texto em sua materialidade. Nessa perspectiva o texto é um acontecimento discursivo, no qual se constituem os sentidos, possibilitados pelas condições de produção.

Em sentido imediato (do eu-aqui-agora), verifica-se que as primeiras formulações de Pedro Calmon ocorreram em um período complexo da História do Brasil, que vai de 1920 até 1935<sup>5</sup>. Trata-se dos primeiros momentos do período republicano, e no dizer de Lúcia Lippi Oliveira (1997), tal período é marcado por duas grandes interpretações sobre o Brasil, que devem ser compreendidas como dois modelos de identidade nacional:

Uma destas versões avaliava positivamente o passado colonial e imperial. Acreditava na excelência das nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja católica. Para ela, a nacionalidade simbolizava a defesa e a valorização do singular. Daí a repulsa em tomar como modelo a sociedade americana, fruto da colonização inglesa e do protestantismo (OLIVEIRA, 1997, p. 187).

A outra interpretação sobre o Brasil considerava,

[...] a República como a ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico. O ideal de rompimento com a presença lusa na vida socioeconômica do país, ou seja, com o passado histórico, esteve presente nas vertentes republicanas radicais que tiveram um papel marcante na vida da cidade do Rio de Janeiro. Os republicanos desejam integrar o Brasil ao

---

<sup>5</sup> Conforme Boris Fausto (1995, p. 305-328), a década de 1920 é marcada por um processo político condicionado às mudanças na estrutura socioeconômica do país. Trata-se de um momento em que a presença da classe média urbana torna-se mais visível. Esse seguimento da sociedade tendia a apoiar aqueles que defendessem um liberalismo mais autêntico, ou seja, um governo que fosse capaz de garantir o cumprimento da Constituição e das leis do país, transformando a República oligárquica em República liberal. Mas, para isso, era preciso incrementar as reformas sociais. Na década seguinte, instaura-se a Revolução de 1930 e Getúlio Vargas é nomeado chefe do governo provisório e atende a muitas das reivindicações populares. Em 1934, depois de promulgada a Constituição, Getúlio Vargas é eleito Presidente da República (permanece no poder até 1945).

mundo americano, identificado com o regime republicano e com a modernidade (OLIVEIRA, 1997, p. 187).

Os grupos de intelectuais, que se aglutinaram em torno desses modelos, tinham como propósito discutir a identidade e os rumos da nação brasileira. Um grupo buscava compreender a cultura brasileira, sintonizando-o com o contexto internacional. Defendia a elaboração de uma nova estética adequada à vida moderna cujo um marco importante de atuação resultou na Semana de Arte Moderna (1922). O outro grupo estava preocupado em apresentar uma proposta para a reforma das instituições, a começar pela Carta Magna de 1891 (2ª Constituição a ser instituída no Brasil).

Essa disputa de poder, que se situa no plano discursivo, permite que se diga que a entrada do Brasil na modernidade não foi um processo simples, uma vez que dinâmicas diferentes enfrentaram-se no campo ideológico, marcando duas formações discursivas que se debateram nos discursos sobre a identidade nacional. Nesse jogo, sobressaiu-se mais aquela em que as condições de produção possibilitaram sua emergência, ou seja, aquela que defendia os paradigmas da modernidade. Mesmo assim, foi preciso conviver com aqueles que defendiam a tradição, já que eles detinham os mecanismos de poder, que lhes garantiam espaços para manifestações discursivas.

A segunda fase do movimento modernista centra-se na questão da brasilidade. Busca-se uma mediação na arte que permita a inclusão do Brasil na ordem mundial. “Região versus nação; tradição versus futuro são temas que estão em pauta no debate para acordar o Brasil, criar a nação” (OLIVEIRA, 1997, p. 192). É com essa polêmica em pauta que se chega à década de 1930, em que conflitos ideológicos se acentuam, impulsionados pelas transformações que ocorrem no mundo e no Brasil. São elas que irão dar outra configuração à cultura.

Nesse momento, o Estado, fortalecido pela Revolução de 1930, passa a interferir em vários seguimentos da sociedade, inclusive, na cultura. É quando muitos intelectuais passam a fazer parte da elite burocrática do governo, propondo as políticas culturais de valorização da cultura popular brasileira. Mudam-se assim os paradigmas, passa-se a valorizar os códigos estéticos das tradições populares, deixando de lado os cânones da estética erudita.

Além disso, na década de 1930, observa Átila Bezerra Tolentino (2007), as primeiras manifestações de uma indústria cultural surgem no Brasil e vêm refletir no mercado editorial, rádio e cinema. Elas ocorreram em função da intensificação dos processos de industrialização e urbanização, avanços que promoveram o aparecimento das classes médias urbanas. São os lugares de poder evidenciados na exterioridade, que vão estabelecer as condições de produção (no nível da enunciação) para os dizeres de Pedro Calmon, possibilitando-o a ocupar um desses lugares no universo discursivo.

No nível da memória (no nível do enunciado) opera um sujeito de discurso, cuja regularidade discursiva (repetível) permite dizer que sua filiação ideológica encontra-se vinculada ao grupo que defende a “[...] excelência das nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja”. (OLIVEIRA, 1997, p. 187). Os temas desenvolvidos em seus primeiros escritos valorizam, ao mesmo tempo, a região e a tradição, enquanto se mantêm fieis aos fundamentos da estética e da ética clássica. Além disso, consideram o culto e a imitação dos antigos o único critério do belo, afirmando o valor intemporal dos modelos antigos, quando os reproduz em seu discurso sob efeito metafórico.

### 2.1.2 Os primeiros escritos

Pedro Calmon estreou na função escritor/autor/jornalista no *O Imparcial*<sup>6</sup>, em 1921, aos 18 anos de idade. A função dele no jornal era a de redator das seções “Dia-a-dia” e “Sensações e Reflexões”, nas quais tratava de assuntos diversos, entre eles, História, Direito Constitucional, Religião e relatos do cotidiano da cidade do Salvador e de algumas cidades do interior do Estado. Mas, aos poucos, foram aparecendo alguns contos no *O Imparcial* que denunciavam seu interesse pela literatura, tais como “História... como muitas”<sup>7</sup>, “A Caipora”<sup>8</sup>, “O Presságio”<sup>9</sup> e “A boiada”<sup>10</sup> entre outros. Depois de revistas, algumas crônicas compuseram a coletânea *Frisos e Sombras*, publicada em 1921 pela Tipografia do Povo e divulgadas em círculo restrito.

Nas seções do jornal *O Imparcial* (1921), verificou-se que assinava seus escritos das mais variadas formas (P.C./ P. Calmon/ Pedro Calmon/ P. Calmon de Bittencourt) e, muitas vezes, não os assinava. Faz-se essa observação porque se considera que a assinatura de uma obra cumpre funções na sociedade:

Em primeiro lugar, ela serve algumas vezes para indicar quem é o locutor, o ser designado pelo *eu* e a quem é imputada a responsabilidade do enunciado [...]. A segunda função, essencial, é a de assegurar a identidade entre o locutor indicado no texto e um indivíduo empírico, e a assinatura realiza tal função em virtude de uma norma social que exige a assinatura autêntica (DUCROT , 1997, p.183).

Esse entendimento permite dizer que, embora naquele momento (1921), Pedro Calmon ainda não tivesse uma identidade bem definida que lhe garantisse o reconhecimento como autor, personagem histórico e sociológico, o mesmo não se

<sup>6</sup> Jornal matutino de Salvador, que funcionava sob a orientação de Homero Pires.

<sup>7</sup> CALMON, Pedro. História... como muitas. **O Imparcial**, Salvador, 1 mar. 1921.

<sup>8</sup> CALMON, Pedro. A caipora. **O Imparcial**, Salvador, 12 mar. 1921.

<sup>9</sup> CALMON, Pedro. O presságio **O Imparcial**, Salvador, 13.nov.1921.

<sup>10</sup> CALMON, Pedro. A boiada. **O Imparcial**, Salvador, 02 abr.1921.

pode dizer de seus escritos. Neles já se delineava uma produção em torno de unidades discursivas, que se antecipa como o gosto pela História, o compromisso com o Direito, o interesse pela Literatura, o amor pela região natal jamais esquecida e a valorização da cultura popular. As formulações que desenvolve permitem identificá-lo no jogo da função autor como um sujeito que, ao se pronunciar como locutor (produtor da linguagem e do texto), mantém o domínio sobre os enunciadores, exercendo, assim, a função discursiva autor.

Contudo, a identidade que se estabelece entre o locutor e o indivíduo enquanto ser social só veio a definir-se no momento em que passou a trabalhar na *Gazeta de Notícias* (1923-1930), assinando seus escritos com o nome próprio, Pedro Calmon. A partir desse momento, ele assume uma identidade autoral, que irá garantir-lhe um lugar no mercado editorial. Mesmo assim, de 1930 a 1936 escreveu comunicados especiais para o jornal *A Tarde*, sem assiná-los. Neles, Pedro Calmon falou sobre diversos temas como história, política, arquitetura e turismo. Conta em suas memórias (1995, p. 187), que o sucesso de seus escritos no jornal *A Tarde* foi tal, que chegaram a provocar a curiosidade dos leitores, querendo descobrir, por meio das marcas da escrita, o nome do redator das matérias. O fato de ter publicado comentários anônimos, Pedro Calmon considera que, naquele momento, usufruiu da liberdade peculiar à imprensa, e declara “a assinatura cerceia; impõe-nos os compromissos externos, da literatura, e interiores, do motivo, que desaparecem no espontâneo, no vivo, no atrevido palpite despersonalizado e oportuno” (CALMON, 1995, p. 187). Mas à medida que declara em suas memórias ter escrito essas matérias, informando, inclusive, os assuntos abordados e as datas das publicações, requer o reconhecimento da função autor para seus escritos que, até então, tinham, apenas, um redator.

Os textos literários do primeiro momento (1921), em geral, são curtos, mas já permitem observar neles a preocupação de Pedro Calmon com aspectos das

tradições regionais, influenciado pelas impressões acumuladas em contato com a vida rural. Tais fatos demonstram que ele preserva na memória paisagens do sertão baiano, com seus tipos, fatos curiosos, crenças e costumes. Percebe-se que se mantém fiel aos códigos morais e religiosos do homem do interior, valorizando suas diferenças no conjunto dos tipos brasileiros, subordinando-os a uma moldura física e social:

O antigo regionalismo, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, considerava as diferenças entre os espaços do país, como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. As variações de clima, de vegetação, de composição racial da população explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicavam a psicologia, enfim, dos diferentes tipos regionais (ALBUQUERQUE-JUNIOR, 1996, p.41).

Nesse sentido, as primeiras experiências ficcionais de Pedro Calmon apresentam características próprias do regionalismo pré-modernista. Segundo Alfredo Bosi (1978, p. 56), “[...] os regionalistas típicos esquivaram-se aos problemas universais, concentrando-se na estilização de seus pequenos mundos de província, cujo passado continuava virgem para a literatura brasileira”. Foram eles “[...] narradores de casos da vida rural, amantes de quadros animados e de cenas idílicas ou dramáticas”. (BOSI 1978, p. 56). O pré-modernista regionalista é, sobretudo, um contador de “estórias”, as quais se passam em ambientes carregados de atmosfera de suspense, mistério; os dramas expõem quase a tensão e possuem desfechos inesperados. Por outro lado, não deixam de se evidenciar aspectos moralizadores, próprios também da cultura popular e regional.

Numa perspectiva discursiva, pode-se afirmar que Pedro Calmon, nas primeiras formulações, instala, na condição de locutor, diversos enunciadores para compor o seu dizer, assumindo uma posição sujeito que lhe permite exercer a função autor.

Em “A caipora”, Pedro Calmon, no exercício da função autor, inicia a narrativa dissertando sobre o sertão, a que ele chama de “o meu sertão”,



“formidável de encantos”, um “sertão robusto, moço inculto, feroz”, para depois destacar os homens que ali habitavam: velhos “soturnos e mansos”, “bruxos velhos”, conhecedores de lendas e casos de alma penada. É uma dessas histórias passada no sertão, que é transmitida ao leitor. O modo de narrar então escolhido é o da técnica do encaixe ou enquadramento de um segundo narrador, ou seja, o enunciador coloca-se no lugar do locutor. A “voz” que conta a história é de um “ancião tristonho, alquebrado, reflexivo”, que lhe adianta tratar-se de um caso triste.

No conto “Histórias... como muitas”, o personagem narra como quase matara a esposa, supondo-a adúltera, por ter confundido como sendo de um suposto amante o barulho que no quarto fazia um simples gatinho de estimação.

Em “O presságio”, toma como espaço ficcional, em vez do sertão, ambiente preferido do autor, um vilarejo à beira-mar, habitado por pescadores. O objeto de observação passa a ser a vida dessas pessoas, continuamente expostas aos perigos, seu misticismo, uma convivência solidária e um destino comum às vezes trágico. Com esse conto, Pedro Calmon amplia o campo de observação dos vários tipos que compõem o universo humano das regiões distantes dos grandes centros urbanos. Além do sertanejo ingênuo, típico, os pescadores aí também se incorporam. São cenas como essas, de desfechos às vezes anedóticos, às vezes trágicos, que constituem grande parte das narrativas dos regionalistas das duas primeiras décadas do século XX, com as quais o autor se identifica.

Outro tipo de vida que o autor também observa para descrever é a do boiadeiro. Na crônica “A boiada”, é flagrante o gosto que Pedro Calmon revela pela descrição mitificadora do trabalho do boiadeiro. Nesse caso, não deixa também o autor de beber inspiração na literatura regionalista, sobretudo a de tradição oral, pela exaltação ao boi e suas façanhas.

O vaqueiro aqui é uma figura enigmática, destemida, que consegue domar o animal aplicando uma sabedoria que lhe fora passada pelos antepassados. Percebe-se que nessa crônica, Pedro Calmon baseia sua descrição nas recordações da infância: o cheiro, as cores, a amplidão do ermo, a natureza castigada pela seca. Portanto, não se trata de um simples observador do sertão, que descreve com distanciamento. Ele vê o vaqueiro como um herói, porque, ao conduzir o rebanho a seu destino, enfrenta uma labuta que pode se tornar fatal, diante de tantas dificuldades que tem de enfrentar. Muitas vezes, apesar de preparado para enfrentar tais dificuldades, pode sucumbir, ao tentar controlar a boiada, e acabar pisoteado pelo gado.

O motivo temático que liga textos que tratam tanto da vida dos pescadores quanto da vida dos boiadeiros, é o mesmo: o mar está para o pescador assim como a caatinga está para o vaqueiro; os códigos da natureza não devem ser desrespeitados e o destino de ambos é o mesmo. Enquanto o pescador deve reverenciar o mar e o céu, o vaqueiro não deve ignorar os entraves da caatinga. Se o pescador é o herói ou o anti-herói, o mesmo acontece com o vaqueiro. Ambos só não conseguem contrariar o destino quando nele cavalga a morte. Trata-se de dois lugares distintos, ocupados ora pelo pescador, ora pelo vaqueiro, mas o motivo é o mesmo: a morte determinada pelo destino funciona de forma interdiscursiva em ambos.

São tais, pois, os denominadores comuns que caracterizam as primeiras formulações literárias de Pedro Calmon, aquelas que antecipam alguns traços do estilo do autor, a exemplo da frase retumbante, a adjetivação excessiva e atmosferas contagiantes, das quais é o criador. Em tudo já se antecipa o gosto pela história, o amor pela região natal, jamais esquecida, a valorização da cultura popular, que se verificaria, por exemplo, no livro *A História do Brasil*.

Assim, pode-se dizer que a produção intelectual de Pedro Calmon, naquele momento, encontrava-se filiada a uma série de operações específicas e complexas, as quais permitem reconhecer um sujeito de discurso que se subjetiva nessas formas regionais e passa a ocupar um lugar no universo discursivo de sua época para exercer a função autor.

Seus escritos sobre História, nesse primeiro momento (1921), partem da compreensão da constituição do Estado nacional, assunto recorrente nas instâncias discursivas da época, já referidos quando verificamos as condições que possibilitaram o surgimento dos discursos das formulações referentes a esse período (veja-se p. 22 e 23).

Em artigo publicado no *O Imparcial*<sup>11</sup>, Pedro Calmon toma como objeto de análise a Revolução sul-americana e afirma que não houve uma liderança nacional autêntica, levando-se em conta que Bolívar e todos os líderes que se destacaram nas lutas revolucionárias são descendentes dos mesmos espanhóis que destruíram a civilização dos Incas. Dessa forma, Pedro Calmon exige uma base étnica e social natural para legitimar a transferência de poder. Segundo ele, não houve uma descontinuidade, uma vez que o processo de independência desses países foi liderado pelos descendentes dos colonizadores espanhóis que haviam colonizado os povos que já habitavam esse continente.

Nessa mesma linha de raciocínio, Pedro Calmon escreveu uma série de artigos sobre as Constituições Latino-Americanas, entre elas a brasileira, em que questiona suas originalidades, pois, segundo ele, advêm de adaptações de constituições européias principalmente da francesa.

No caso particular do Brasil, Pedro Calmon manifesta sua insatisfação e descrença na República a partir da guerra que destruiu a comunidade sertaneja que

---

<sup>11</sup> CALMON, Pedro. Nos bastidores da História. **O imparcial**, Salvador, 08 de mar. 1921. Dia a dia, p.1.

se rebelara contra os procedimentos republicanos. No artigo “A Derrocada<sup>12</sup>”, ele retoma o fato histórico de Canudos, com uma linguagem poética, rebuscada, no entanto sem fazer referência diretamente a Canudos. Talvez, por se tratar de assunto ainda recente e intocável, que veio mexer com as estruturas republicanas, não quisesse expor, de forma explícita, sua insatisfação com a República, que, em nome do progresso, cometera atrocidades contra o povo sertanejo.

Toma-se, como exemplo, o trecho seguinte em que são descritas por Pedro Calmon as tropas do Exército brasileiro adentrando a caatinga com seu arsenal moderno, que vem contrastar com o cenário desolador de uma região devastada pela seca. Pretende-se, assim, demonstrar como funciona a relação que se estabelece entre o locutor e os enunciadores em uma determinada formulação. Compreende-se, portanto, que, em um gesto de interpretação, Pedro Calmon, ao assumir a função-autor na perspectiva da Análise de discurso, coloca-se no lugar de locutor (L) e estabelece dois enunciadores (doravante E-1, E-2) para o seu dizer:

[E-1] As caatingas requeimadas listram-se de [E-2] compridos cordões de gente armada que se move em desordem pelas [E-1] estradas ínvias [...] nas matas fechadas, [E-2] os aceiros silentes reboam ao passo forte das cavalcadas em fio, e as picadas perdidas iluminam de ferro novo, como fartos vieiros [...] de metal.<sup>13</sup>

Têm-se, de um lado, “as caatingas requeimadas” [E-1], cujas características estáticas (sempre lá) marcam um lugar na ordem do discurso; por outro lado, ver-se os “compridos cordões de gente armada que se movem” [E-2], imprimindo uma ideia de movimento, portanto, outro lugar discursivo. Diante dos dois lugares ocupados pelos enunciadores, sob o domínio do locutor [L], inevitavelmente, o autor (no exercício da função) acaba privilegiando um deles em seu dizer. O lugar

<sup>12</sup> CALMON, Pedro. A Derrocada. **O Imparcial**, Salvador, 08 abr. 1921. Dia a dia, p.1

<sup>13</sup> CALMON, Pedro. A Derrocada. **O Imparcial**, Salvador, 08 abr. 1921. Dia a dia, p.1

assumido pelo locutor perante os enunciadores, nesse caso, identifica-se com [E-1] por meio da subjetividade que se instalam com o uso excessivo de adjetivos, fazendo com que a natureza, em seu estado estático, seja invadida pelo artefato novo em movimento.

Nesse jogo discursivo, em um deslize, sob efeito metafórico, o locutor assume em seu discurso um lugar de sujeito que, ao narrar, revela uma posição ideologicamente marcada, contrária àquelas encontradas em outros textos. Tais textos apesar de se encontrarem presentes no seu discurso, se fazem ausentes por uma ausência necessária. Nos textos ausentes, mas presentes no fio do discurso, sob efeito metafórico, situam-se os discursos outros que, naquele momento, não ousavam tocar no assunto para fazer uma análise histórica propriamente dita, ou seja, ouvirem também as vozes dos vencidos para se chegar mais próximo à compreensão dos fatos.

Os discursos da guerra assumidos e divulgados, quando não reafirmavam o ponto de vista do poder dominante, abordavam os aspectos sociológicos, geográficos e antropológicos da região, com uma linguagem poética e, muitas vezes, assumindo uma postura positivista. Ao traçar o percurso discursivo sob efeito metafórico, Pedro Calmon instala seu dizer em uma outra formação discursiva (que faz parte do jogo) e, conseqüentemente, produz historicidade.

A história aqui não funciona como uma exterioridade para respaldar o discurso; ela é constitutiva do discurso. Ao assumir o lugar de sujeito, em um tom épico, vale-se do discurso do outro, para em um deslize, remeter-se à experiência hostil e ameaçadora do Exército brasileiro adentrando à caatinga. Aí aparelhado para enfrentar a comunidade de Canudos, alheia aos recursos da guerra moderna e arredia às leis instaladas pelo regime republicano, vê-se tal comunidade tomada de surpresa em uma guerra de facção enfrentando artilharia. Nessas circunstâncias,

alguns anos depois do acontecimento histórico, Pedro Calmon levanta a voz e se mostra solidário com aquela comunidade que tivera sua utopia libertária destruída:

Pelos chapadões mudos, desfeitos além na revolta brusca de franças verdes [...], - a caudilhagem intemorata arremessou regimentos sujos, - que nas rasgadas correrias de assolação e catástrofe alastram em imundos escarchéos, esbatentes na frente da taipa irresistente dos vilarejos e na coberta mansa dos povoados quietos. E a sanha do cangaceiro não se contém diante dos pousos da honestidade e da paz: irrompe avante atropela, afogueia, vara e derrúe, de garras recurvas fincada nos pomos ricos da abastança particular, ignorantes de garantias e de direito, avêso às leis e ao respeito, deturpador, vândalo e ladrão, como sóe a espurícia na [...] degradação da psicopatia delinqüente.<sup>14</sup>

Nesses termos, Pedro Calmon, no exercício da função autor, usa adjetivos que funcionam em uma escala argumentativa de efeito positivo, quando se refere ao sertão e aos sertanejos, ou negativo, quando se referem aos republicanos. Dessa forma, ele põe em funcionamento os gestos de interpretação, os quais se instalam na língua, por meio de apelos emocionais, para produzirem o efeito de historicidade. Veja-se a seguir adjetivos que funcionam em uma escala argumentativa nos quais a discursividade permite dizer-se que eles produzem um efeito positivo ou negativo:

Quadro 1 - Adjetivos

Adjetivos que produzem efeito positivo	Adjetivos que produzem efeito negativo
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pelos chapadões <i>mudos</i>;</li> <li>- a taipa <i>irresistente</i> dos vilarejos;</li> <li>- na coberta mansa dos povoados <i>quietos</i>;</li> <li>- <i>ricos</i> da abastança particular,</li> <li>- <i>ignorantes</i> de garantias e de direito;</li> <li>- <i>avesso</i> às leis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- caudilhagem <i>intemorata</i>, que avança e arremessa regimentos <i>sujos</i>, <i>imundos</i> escarchéos</li> </ul>

<sup>14</sup> CALMON, Pedro. A Derrocada. *O Imparcial*, Salvador, 08 abr. 1921. Dia a dia, p.1

Diante do equilíbrio de forças entre os adjetivos que acrescentam qualidade positivas ou negativas ao acontecimento de Canudos, pode-se afirmar que Pedro Calmon identifica-se com a comunidade sertaneja<sup>15</sup>, saindo em sua defesa. Posição que mantivera até a maturidade intelectual.

Nas memórias, Pedro Calmon, ao comentar as teses de doutoramentos, defendidas em 1897, na Faculdade de Medicina da Bahia, por Manuel Bernardes Calmon e Afrânio Peixoto, sob orientação do professor Nina Rodrigues<sup>16</sup>, emite a seguinte opinião:

O episódio de Canudos e o enigma de Antônio Conselheiro (psiquiatricamente, caçado o maníaco pelo epilético, Moreira César) tornaram-se para Afrânio um claro tema de ciência neurológica, no seu conjunto de infortúnio e estupidez a tolice de considerar-se o arraial dos fanáticos a nova Vendéia e o *monge* um torvo político, acumpliciado com os monarquistas, para derrubar a República, nos *sertões*... Faltara ao fenômeno o diagnóstico. E ao desfecho, o clínico. Propôs-se Euclides da Cunha a fazer em livro o processo do hediondo equívoco. Afrânio Peixoto deu-lhe os elementos para o julgamento médico (CALMON, 1995, p. 137-138).

Reconhece-se o gesto de interpretação, que constitui a função autor, em Pedro Calmon, assim como o de leitor interessado pelos conhecimentos psiquiátricos, ao reagir às teses levantadas sobre “o episódio de Canudos e o enigma de Antônio Conselheiro”. Os autores consideram a comunidade sertaneja a “nova Vendéia” e Conselheiro um “maníaco” cúmplice dos monarquistas para derrubar a República nos sertões.

Colocando-se em um outro lugar, Pedro Calmon considera que Conselheiro foi um “monge” religioso, que pregava a fé cristã, e seus seguidores uns “fanáticos”. Diante das teses defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia, Pedro

<sup>15</sup> Pedro Calmon (**O Imparcial**, 08 abr. 1921, p.1) ao se referir à população de Canudos, chama os integrantes do arraial de “cangaceiros”, terminologia ideologicamente marcada, muito usada na época. Os estudiosos do tema, na contemporaneidade, corrigem essa expressão chamando-os de “canundenses”.

<sup>16</sup> As teses tratam do episódio de Canudos e se complementam; a primeira sob o título **Degenerados e criminosos**, a segunda, com o título **Epilepsia e crime** (CALMON, 1995, p. 137).

Calmon conclui dizendo que faltou o olhar científico (clínico) para se chegar a uma conclusão (ao diagnóstico) sobre o ocorrido no sertão baiano e complementa: as teses de Manuel Bernardes Calmon e Afrânio Peixoto forneceram para Euclides da Cunha os elementos necessários para em seu livro, *Os sertões*, fazer o processo de julgamento e reparação do equívoco.

Diante das colocações de Pedro Calmon, compreende-se que, ao sair em defesa da comunidade sertaneja que se rebelara contra a República instalada em 1889 no Brasil, e tivera que enfrentar o Exército brasileiro, sua atitude converge para o ponto de identificação ideológica de um sujeito de discurso, em que ambos (comunidade sertaneja e Pedro Calmon) reafirmam o reconhecimento da “Monarquia Portuguesa” como regime ideal para o Brasil. Tomam-se aqui as palavras de Ubiratan Castro de Araújo (1998, p.56) para reafirmar a análise, quando ele diz que o aspecto marcante na obra de Pedro Calmon é o reconhecimento da “Monarquia Portuguesa, a casa real e a corte e o povo português como empreendedor da conquista da América portuguesa”. Identifica-se, portanto, com a postura daqueles que defendia a excelência das tradições, o resultado da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica.

Ressalta-se que a passagem de Calmon pelo jornal *O Imparcial* durou pouco mais de um ano, pois, logo veio o convite para servir como secretário da Comissão Nacional dos Congressos da Independência, no Rio de Janeiro, capital da República, que desde o século XIX, até os anos 1960, acolhia todos os intelectuais que partiam de seus locais de origens em busca de maior visibilidade. O emprego foi-lhe oferecido pelo seu padrinho e primo Miguel Calmon<sup>17</sup>, mas, ao chegar lá, acabou servindo como secretário particular de seu protetor, ao invés de ocupar o cargo prometido. De acordo com Luis Henrique Dias Tavares (1977), contribuíram

---

<sup>17</sup> Miguel Calmon exercia na época o cargo de Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1922-1926), no governo de Artur Bernardes.



para a formação intelectual de Pedro Calmon, D. Maria Romana Moniz de Aragão, mãe e mulher de muita cultura, assim como Miguel Calmon, homem de cultura humanista e exímio conhecedor da língua portuguesa.

Ao partir para assumir as novas atribuições na capital da república em janeiro de 1922, Pedro Calmon (1995, p. 95) conta em suas memórias como foi difícil tomar a decisão de ir em busca de reconhecimento nacional: [...] “doeu-me, porém, a despedida, aquilo, de abandonar o costume em troca do futuro: de não voltar à faculdade e à gazeta, de não ser quem dantes fui: entre os meus [...]”. Mesmo com esse pesar, era preciso ir para o centro do poder, porque somente assim era possível desenvolver uma carreira de projeção nacional.

Entretanto, deve-se reconhecer que a primeira experiência de produção intelectual no campo ficcional, da História e do Direito, que desenvolveu no jornal *O Imparcial*, credenciara-o para exercer a função autor. A partir daí, sua atuação intelectual expandiu-se e ganhou grandes proporções, principalmente, na área da História e do Direito.

## 2.2 A CONSAGRAÇÃO DO PROFESSOR AUTOR

Já instalado no Rio de Janeiro, em 1923, Pedro Calmon foi consagrado na função autor pelo mundo literário, com o livro de contos relacionados à história da Bahia, intitulado *Pedras d'armas*, lançado pela editora M. Lobato & Cia.<sup>18</sup>, São Paulo. Conforme Lizir Arcanjo Alves<sup>19</sup>, em 28 de abril do mesmo ano, esse livro

---

<sup>18</sup> Editora fundada por Monteiro Lobato em 1918, depois de ter comprado a *Revista do Brasil*. No dizer de Lúcia Lippi Oliveira (1997, p. 192), “Lobato pensa o livro como um produto a ser vendido, faz uma revolução no mercado editorial do Brasil, de divulgação com o aumento dos pontos de venda; altera a qualidade gráfica com capistas, ilustradores”. A editora vai à falência, em 1924, para renascer, em 1925, com o nome de Cia. Editora Nacional.

<sup>19</sup> ALVES, Lizir Arcanjo. **Tempos de romance-folhetim**. A Tarde, Salvador, 14 de dez. 2002, Cultural, p.8.

foi recomendado pela *Gazeta de Notícias* na seção “Livros a ler”, endossando dessa forma a inserção de Pedro Calmon no mercado editorial brasileiro.

Alguns meses depois de ter chegado ao Rio de Janeiro, Pedro Calmon é convidado para ensinar História no Instituto Lafaiete. Lá publicou um estudo que, segundo ele, “tinha a novidade da bibliografia e a pretensão do protesto contra o método enfadonho de rememorar o tempo” (CALMON, 1995, p. 123). Chamou o estudo crítico sobre os métodos historiográficos de *A História e suas leis*<sup>20</sup>. E confessa em suas memórias: “ensaiei nesse bosquejo de filosofia (baseado, sobretudo, em Henri Berr) outra maneira de conhecer: analisando-lhe as ‘funções’, de ordem, comércio, interpretação” (CALMON, 1995, p.123). Declara, ainda, que o método historiográfico tinha como propósito:

[...] inovar, e renovar essa História sonolenta, que se tornara uma chatice do compêndio, a caricatura do mais vigoroso poema de construção anônima, do mais soberbo e audaz movimento de apropriação da terra, conquista do Brasil por nossos avós (CALMON, 1995, p. 123).

Nesses termos, Pedro Calmon assume uma posição crítica perante a escrita histórica tradicional (puramente factual), cujos princípios exigiam que o aluno decorasse série e nomes de personagens históricas e sua cronologia, afastando, assim, o interesse do jovem pelo estudo da História e, conseqüentemente, pelo reconhecimento da importância da conquista portuguesa como origem de fundação do Brasil.

No método historiográfico, Pedro Calmon considera que embora as funções sociais, de um modo geral, sejam interpretativas, deve-se considerar de um modo menos geral, a religião, a moral, a arte e a ciência como um só grupo, que embora exercendo funções específicas, complementam-se. E declara nas memórias não conceber a História:

---

<sup>20</sup> Consta da publicação mensal e enciclopédica do Instituto Lafaiete, **Organum**, ano I, nº 5, ago. 1923, p.538-543.

[...] sem a flama da ciência, sem o apelo à imaginação, sem a consulta às massas, cujo desdobramento, como de grande rio, sem reparar nos nenúfares que arrasta nem nas barragens que transpõe – arrebatada a biografia dos povos! (CALMON, 1995, p. 124).

Para ele, o conhecimento histórico deve ser entendido em duas ordens que interagem entre si: por um lado, os procedimentos científicos, que têm como obrigação consultar também as massas na explicação dos acontecimentos sociais; por outro lado, a memória, as lembranças, que apelam à imaginação, manifestada, muitas vezes, de forma subjetiva. Sendo assim, o processo histórico na obra de Pedro Calmon opera-se em duas etapas: a primeira, mítica ou heróica, na qual se verifica a ausência de fontes documentais e monumentais; a segunda, histórica, na qual se verifica a predominância de documentos escritos e os monumentos.

Quanto aos historiadores, Pedro Calmon (1995, p. 271) separa-os em duas categorias: aqueles que investigam, revivem, evocam, recordam; outros que desprezam tudo isso, “substituindo o trabalho sério da ‘ressurreição’ [...] pela arbitrariedade dos esquemas que podem simbolizar as épocas, sem nunca lhe revelarem as coisas”. Enfim, aqueles que consideram o fato histórico revelador em si mesmo, e outros que fazem uma investigação, buscando as causas na exterioridade dos fatos para justificarem suas análises.

Seguindo a primeira orientação, Pedro Calmon procura associar sua pesquisa à cultura de um modo geral, recorrendo à memória, valendo-se dos modelos, das formas literárias dos relatos históricos, cujas fontes mantêm uma regularidade que permitem a comprovação. Entretanto, ao reconstituir os fatos, através das fontes, não ousa fazer uma análise que revele outros significados, mas mantém-se fiel às conclusões constituídas pela erudição, considerando-as origem dos sentidos. Além disso, a forma de lidar com o conhecimento histórico, envolvendo elementos das mais diversas ordens, faz com que a narrativa torne-se complexa, encaminhando-se

para uma síntese histórica, que permite associá-lo às correntes historiográficas do século XIX, principalmente, às idéias de Henri Berr<sup>21</sup>. No dizer de Françoise Dosse (2001), essa forma de fazer história apresenta uma formulação:

[...] em que há tensão entre a vontade de fazer ciência, que induz a um discurso generalizador, e um respeito escrupuloso pelas singularidades, pelas particularidades [...] a nação é exatamente o lugar em que entram em jogo essas duas ambições: o acesso à verdade sensível de um passado que deve ser ressuscitado e a exigência de uma totalidade inteligível, de uma coerência de exposição (DOSSE, 2001, p. 13).

Além disso, resulta em:

[...] uma nova sensibilidade história marcada pela distância, pela descontinuidade da ruptura revolucionária e caracterizada pela busca da cor local, do detalhe distanciador, do gosto pela narração animada que pertence de pleno direito a uma estética romântica que supera a simples corporação dos historiadores (DOSSE, 2001, p.13).

Calmon constrói suas formulações históricas, valendo-se dos dados documentais que se misturam na análise às séries (o geral) e às particularidades (os acidentes).

### 2.2.1 A passagem pela *Gazeta de Notícias*

A estréia de Calmon como jornalista da *Gazeta de Notícias*<sup>22</sup> ocorreu em maio de 1923, com o artigo “1823 (O centenário da Bahia)”, um mês depois<sup>23</sup> do jornal o apresentar aos leitores, indicando seu livro de contos *Pedras d’armas*.

<sup>21</sup> Filósofo francês, fundador da **Revista de Síntese Histórica**. Embora sua formação tenha sido em filosofia, concede um lugar de destaque ao método Histórico. L.Febvre e F.Braudel reconhecem Henri Berr como um dos precursores da Escola dos Anais.

<sup>22</sup> Apesar de que sua primeira aparição ao público leitor carioca ocorreu com a publicação do artigo “Visão de arte colonial. O templo de S. Francisco na Bahia. Patrimônio e Escola dos antepassados” (1921), publicada na **Revista da Semana**, e “A mártir da Independência” (1923), publicado na **Revista do Brasil**, que, nesse momento, pertencia a Monteiro Lobato.

Em junho, a *Gazeta* anuncia a publicação do romance histórico *Os malditos*, como um “romance luso-brasileiro [...] empolgante história de sangue e de amor na época em que o Brasil surgia” (CALMON, 1995, p. 128). Conforme Arcanjo-Alves<sup>24</sup>, o primeiro capítulo foi publicado em folhetim em 1º de julho e o último em 18 de agosto, mas a história não foi concluída. Era uma história de costumes do século XVI, que, segundo Pedro Calmon (1995, p. 128), “começava clássico e terminava tenebroso, com a gargalhada sibila, cristalina, serena, sobrenatural”. Tratava-se de um romance que buscava estrategicamente explorar os elementos (história, sangue e amor) necessários para assegurar uma boa receptividade do público leitor. Contudo, no entendimento de Alves<sup>25</sup>:

A essa altura de 1923, já havia se passado mais de um ano desde que, em São Paulo, acontecera a Semana de Arte Moderna. A *Gazeta* parecia não ter tomado conhecimento da mudança que se operava no campo literário, no país [...] acompanhava com o interesse de discordar. É o que se infere da leitura de textos assinados por Astério de Campos, Amadeu Amaral e outros em defesa dos “deuses do Olimpo” e em prol da “Grécia imortal”.

Enquanto isso, Pedro Calmon e outros intelectuais da *Gazeta de Notícias* continuaram recorrendo ao passado no que tange ao modelo totalmente acabado da cultura grega romana (à origem), no qual se perpetuara a imortalidade do herói, fonte das tradições culturais. Não aderem, portanto, à emergência (ao novo) que se coloca constantemente em transformação, fazendo com que o moderno se oponha ao antigo, o presente se coloque contra o passado, e, nesse processo, o moderno não reconheça a memória discursiva que lhes serve de alento.

No exercício da função de jornalista, Pedro Calmon deu continuidade às publicações de contos no suplemento de *Literatura*, até quando foi deflagrada a

---

<sup>23</sup> De acordo com Lizir Arcanjo Alves (Suplemento A Tarde Cultural 2002), o primeiro artigo foi publicado em 23 de maio de 1923.

<sup>24</sup> **A Tarde**, Salvador, 14 dez.2002, Cultural p.8.

<sup>25</sup> **A Tarde**, Salvador, 14 dez.2002, Cultural p.8.

revolta paulista de 1924, revolta tenentista, comandada pelo general Isidoro Dias Lopes. Naquele momento, Pedro Calmon ficou encarregado de escrever a história da revolta, narrando-a de forma lúdica. Ao fazer isso, confessa, em suas memórias (1995, p. 125), ter tomado partido da legalidade<sup>26</sup>, contando a história da revolta de São Paulo no folhetim (no rodapé da página do jornal), que intitulou *Deus meu, em cima da hora!* Assina os folhetins com as iniciais (P.C.), vacilando perante uma assinatura já assumida anteriormente (Pedro Calmon), e faz a seguinte declaração: “[...] precedi-o de fria exposição; dia-a-dia, narrei com objetividade honesta, os fatos; crônica prolixa, que parou no meio [...]”<sup>27</sup>, assumindo, dessa forma, que mantinha uma postura imparcial diante dos fatos. Nesse jogo, em que declara não ter se envolvido com os fatos e, ao mesmo tempo, assumindo ter tomado partido da legalidade, as narrações se findaram com a derrota dos revoltosos (liderados por Isidoro Lopes), que, depois de vencidos, marcharam rumo ao sul para se unirem aos oficiais gaúchos comandados por Luís Carlos Prestes. A partir daí, prossegue Calmon (1995, p. 125): “[...] o folhetim e a sublevação. A coluna Prestes continuou-a; e enquanto a perseguiam pelos sertões, devia eu liquidar as contas escolares do fim do ano”.

Alves<sup>28</sup> constatou em suas pesquisas que as publicações somaram “ao todo 53 folhetins publicados entre 24 de agosto e 1º de novembro, repletos de farta documentação, depoimentos de participantes, notícias e relatos colhidos nos jornais diários”. Além disso, ressalta a forma de Pedro Calmon introduz a narração dos fatos, estabelecendo parâmetros com personagens clássicos da literatura universal, assim reconhecidos por materializem em suas representações imaginárias à idéia de traição. Veja-se a seguir as palavras da pesquisadora:

<sup>26</sup> Assumiu a defesa de Artur Bernardes, presidente da república, que autorizou o bombardeio da cidade de Paulo em 1924, pelo exército legalista para conter os revoltosos, comandados pelo general Isidoro Dias Lopes.

<sup>27</sup> CALMON, Pedro. **Memórias**. 1995, 125.

<sup>28</sup> A Tarde, Salvador, 14 dez. 2002, Cultural, p.9.

A narração dos acontecimentos é precedida de uma longa dissertação sobre a história das revoluções, revoltas, rebeliões, desde os tempos primordiais, como a desencadeada por Lúcifer nas esferas celestes e a de Caim, que trucidou o irmão, passando pelo mitológico Prometeu e heróicos atenienses e romanos que a história geral registra<sup>29</sup>.

Ao seguir tal orientação, pode-se afirmar que, Pedro Calmon mantém a coerência em seus escritos, recorrendo a uma ampla pesquisa para atender as necessidades científicas. Vale-se, ao mesmo tempo, da tradição literária como estratégia para tornar a leitura menos densa, mais prazerosa e, por conseguinte, prender a atenção do público leitor. Ele põe em prática, portanto, o método historiográfico que desenvolveu para o ensino da história. Numa perspectiva discursiva pode-se afirmar que prevalece em suas formulações a memória discursiva, cujo domínio do saber se constitui sob bases históricas (científicas) e literárias (memória). Recorre, muitas vezes, à tradição literária como estratégia, em função de seu fácil reconhecimento, para atingir o público leitor e convencê-lo de seus argumentos.

Ao rever sua atuação na *Gazeta* naquele primeiro momento, Pedro Calmon, em suas memórias (1995, p. 124), reconhece os ímpetos da juventude, que lhe rendeu inclusive uma repreensão do diretor do jornal, e faz uma autocrítica: “[...] encarregava-me do registro cívico, coisas de cultura, *faits divers*, que apostilava com inocente irresponsabilidade”. Às suas palavras acrescenta-se: sem atinar, portanto, para as relações de poder subjacentes à linha editorial de qualquer jornal, que exige do jornalista sutileza ao expor suas ideias políticas.

---

<sup>29</sup> Suplemento A Tarde Cultural, 14 dez. 2002, p.9.

### 2.2.2 A literatura e a história de mãos dadas

Na sequência, ele publicou os livros de ficção *O Thezouro de Belchior* (1928), pela Companhia Melhoramentos de São Paulo e *Malês: a insurreição das senzalas* (1933), publicada pela Pro Luce, Rio de Janeiro. O último teve sua segunda edição publicada em Salvador 2002, promovida pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e Academia de Letras da Bahia.

No primeiro, conta a história de expedições que adentraram o sertão da Bahia (os sertanistas), seguindo os passos de Belchior Dias Moréa<sup>30</sup>, em busca do tesouro perdido nas serras de Jacobina: “[...] a montanha branca, toda de prata, que por duzentos anos se procurou em vão” (CALMON, 1928, p.3). Para construir a narrativa histórica, Pedro Calmon declara em nota (anexa à obra) que se orientou nas crônicas deixadas pelo coronel Pedro Barbosa Leal, pertencentes ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No segundo livro, declara em suas memórias (1995, p. 185) tratar-se de uma narrativa de “[...] introdução à vida de Luís Gama, filho de Luísa Mahim, senegalesa “da Líbia rainha”, desaparecida, diz o abolicionista, após a revolta dos pretos islâmicos (*malês*) em 1835”. E completa: “[...] o que me interessou não foi o mistério, foi o episódio, a guerra servil como em Roma de Spartacus, ameaçando a cidade em que havia três vezes mais africanos do que brancos e morenos...”. Na leitura de Florentina Souza (2002, p. 8):

O romance constrói uma Luiza Mahim comerciante, esperta, mãe cuidadosa e elo [...] entre os dois núcleos de personagens. Inicialmente colocados como inimigos, o promotor Ferraz e Luiza Princesa, situados que estão em lugares étnicos e sociais distintos, disputam espaço para a concretização de seus objetivos: ela, para contribuir para a vitória da revolta; ele, conter a todo custo a rebelião e manter a ordem na cidade.

<sup>30</sup> Na novela, Pedro Calmon (1928) informa que Belchior Dias Moréa, conhecedor dos caminhos que levavam ao tesouro, abandonara a expedição depois que um escravo delatou o que ouvira dos estrangeiros que o acompanhavam na expedição, ou seja, eles tramavam traí-lo depois que chegassem às minas de prata.



Entretanto, ao final, promove-se a aproximação conciliatória entre os dois, de tal modo que, sem alterar o quadro e as convenções sociais, o autor vale-se do discurso cristão sobre o amor e o perdão como móvel dos comportamentos humanos mais nobres. Dessa forma, deslocam-se para um plano secundário os fundos conflitos sociopolíticos e raciais que dariam fundamento ao ódio (ou à revolta negra/escrava) temido (a) pelos personagens brancos.

Numa perspectiva discursiva, entende-se que ao procurar relacionar a maneira de dizer ao objeto dito, Pedro Calmon instala duas formações discursivas, que se contrapõem nos discursos depois de se ajustarem aos respectivos enunciadores. De modo que, de um lado, expõe as práticas da elegante sociedade baiana, traduzidas em um campo gestual, em um momento de festa, na casa de um rico comerciante; por outro lado, apresenta as práticas cotidianas dos escravos africanos e negros livres, perambulando pelo centro da cidade, ou participando de reuniões secretas para articularem o levante, que ficou conhecido como Insurreição dos Malês. Contudo, diante das duas formações discursivas, Pedro Calmon identifica-se e assume em seu dizer a posição da primeira. Em diversos momentos, verificam-se materialidades as quais permitem se fazer essa afirmação, mas tomamos aqui, apenas dois momentos, o de abertura e o de conclusão.

No primeiro momento, Pedro Calmon, em nota explicativa, afirma: “[...] houve na Bahia uma insurreição de muçulmanos malês que ameaçou a província, a religião e a raça”. (CALMON, 2002, p. 10). Marca, assim, dois lugares de poder que se confrontaram: por um lado, a resistência escrava, por outro lado, as instâncias de poder dominante da província. Diante da exposição de lugares de poder, pode-se afirmar que Pedro Calmon identifica-se com as forças dominantes, quando deixa materializado em seu discurso que a “insurreição [...] *ameaçou* a província, a religião e a raça”, ameaçou desestabilizar o poder político, o poder religioso católico e o poder dos brancos. Essa é a ideia que transmite a aplicação do verbo “ameaçar” nesse enunciado.

No segundo momento, coloca a concessão do perdão como uma condição inalterável da classe dominante: Ferraz é quem perdoa os malês, representados pelas personagens Luiza Princesa e seu filho Luiz Gama, e declara:

Fiz acompanhar os teus passos em São Paulo, desde a república de estudantes onde aprendeste a ler até o cartório onde garatujavas as escrituras. Segui-te, longe e perto, na tua marcha para cima, áspera e heróica como um caminho rasgado entre sarças ardentes, e quando li o teu primeiro livro, inquieto, magoado, enraivecido, chorei. É que nunca mais esqueci uma cena brutal, trinta anos passados, quando eras pequenino, tão pequeno que cabias inteiro nos braços egoístas de tua mãe, e enxugavas a fronte que os maus sonhos anuviavam ao calor amoroso do seu seio... (CALMON, 2002, p. 127).

Entretanto, fica implícito na trama do fazer discursivo um sentimento fraternal de Ferraz em relação a Luiz Gama. Nesse momento, Ferraz procura rever sua postura anterior, manifestando um sentimento de culpa, deixando perpassar pelo discurso a existência de uma relação afetiva que o permite perdoar. Luiz Gama é muito mais do que indivíduo capaz, daí a transmutação discursiva em torno de sua figura. No decorrer da narrativa os afro-descendentes eram considerados estúpidos e selvagens, e aí passa a ser considerado um ser de inteligência, um poeta, cujo desenvolvimento intelectual foi acompanhado à distância por Ferraz.

Em ambos os livros, Pedro Calmon elege aspectos da sociedade baiana, do século XVIII e XIX, como assunto para o desenvolvimento da ação do dizer. Entre a descrição dos fatos acontecidos e a tradução das formações discursivas neles contida, desenvolvidas pelos enunciadores, deixa escapar um gesto particular de interpretação que o coloca no lugar de locutor.

Entre final de 1929 até meados de 1930, Pedro Calmon publicou na revista *Vida Doméstica*<sup>31</sup> uma série de folhetins com o título de *A bala de ouro*, nos quais

<sup>31</sup> Os treze capítulos da novela histórica *A bala de ouro* de Pedro Calmon encontram-se publicados na revista **Vida Doméstica** n.º. 140 nov. 1929 p. 119-121; n.º. 141 dez. 1929, p.39-41; n.º. 142 jan.1930, p.60-61; n.º. 143 fev.1930, p.88-89; n.º. 144, mar. 1930, p. 95-97; n.º. 145 abr.1930, p.181-183; n.º. 146 maio de 1930, p.57-59; n.º. 148, jul.1930, p.155-158, que fazem parte do acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

conta de forma romanceada a história do assassinato de Júlia Fetal. Veja-se a ilustração estampada no primeiro capítulo:



Figura 1 - Ilustração de *A bala de ouro*: novela histórica (1929-1930)

No primeiro capítulo publicado em novembro de 1929, a revista abre um olhinho (uma janela) no meio do texto de Pedro Calmon para apresentá-lo ao público leitor, nos seguintes termos:

Pedro Calmon, brilhante polygrapho, revela no relato novelesco dos dramas sentimentais, a erudição histórica que lhe sagrou em definitivo a cultura invejável. A *Vida Doméstica* cede o Dr. Pedro Calmon a exclusividade de sua novella *A bala de ouro*, que iniciada neste número, prosseguirá nos subseqüentes. A acção desenvolve-se na velha Bahia. É um caso autêntico ocorrido em 1840, e que o talento de Pedro Calmon exhuma dos arquivos e faz ressurgir, com toda a intensidade dramática, dentro do esplendor de uma forma sedutora.

Descreve, portanto, o perfil do autor, tecendo elogios a sua capacidade intelectual e cultural, avaliando, assim, perante o público leitor, a aquisição que a revista estava fazendo naquele momento. Além disso, faz um resumo da história que será narrada, prevenindo ao leitor desde já que se trata de uma história verídica e situada na tradição.

Ao completar cem anos do assassinato de Júlia Fetal (1947), Pedro Calmon retoma o caso e refaz a formulação dando uma conotação histórica à narrativa. Para isso, mantém o mesmo título que usou na publicação da revista, fazendo-lhe um complemento, ou seja, dá-lhe o nome de *A bala de ouro: história de um crime romântico*. A obra foi publicada pela José Olympio editora e corresponde ao volume 41 da coleção “O romance da vida”:



Figura 2 - Ilustração da capa e contracapa de *A bala de ouro: história de um crime romântico* (1947)

Na narrativa, a morte de Júlia Fetal é tomada como um acontecimento discursivo que (abriga uma atualidade e uma memória) traduz as práticas do cotidiano, dos comportamentos sociais e das instituições de poder que regem a sociedade baiana do século XIX.

A versão da obra de 1947 encontra-se estruturada em vinte e seis capítulos, os quais se desenvolvem com títulos relativamente independentes, em forma de crônicas. Eles se articulam em torno do acontecimento discursivo: o assassinato de Júlia Fetal, que serve de motivo para o desenvolvimento da narrativa sobre a cidade do Salvador no século XIX. Neles, Pedro Calmon descreve diversos aspectos da vida cotidiana, tais como: as disputas políticas, os comportamentos sociais e religiosos, o sistema educacional, procurando ajustá-los o mais possível a uma realidade, dando credibilidade ao texto pelo real que exhibe. Ademais, expõe uma série de fontes documentais para imprimir um caráter de verdade.

Em 1998, a Academia de Letras, em convênio com a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, patrocina a 2ª edição de *A bala de ouro: história de um crime romântico*. Nessa edição, ilustrada por Gentil, procurou-se atualizar a ortografia:

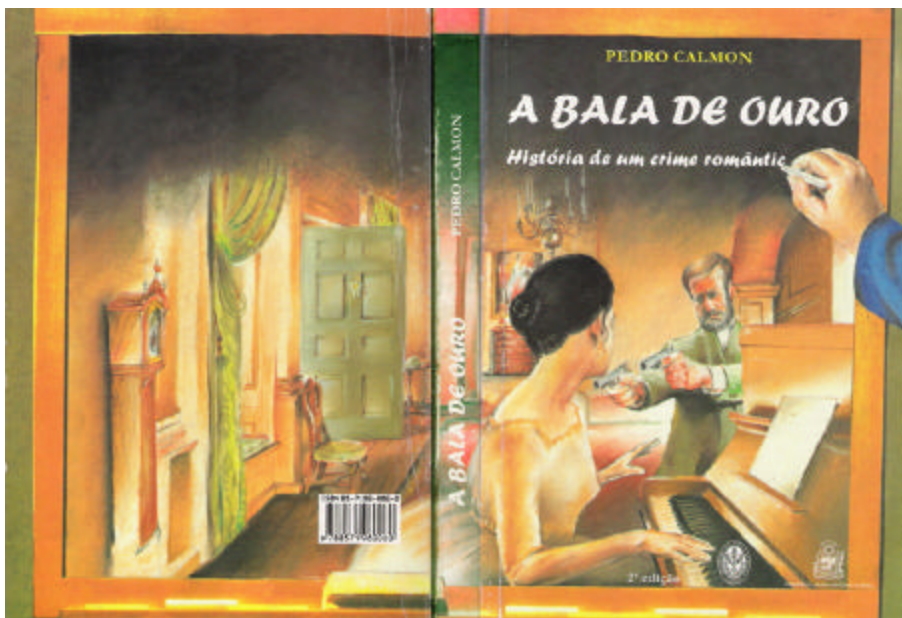


Figura 3 - Ilustração da capa de *A bala de ouro: história de um crime romântico* (1998)

No dizer de Arcanjo-Alves<sup>32</sup>, “ser ou não ser historiador, sem deixar-se atribular pelas veredas da literatura foi o dilema enfrentado e resolvido racionalmente: trocou o ‘enredo imaginado’ pela verdade documental”. E Pedro Calmon justifica sua atitude da seguinte forma:

Se é certo que dos livros fictícios o que fica é o cenário, em que a História e a criação se entrelaçam, porque insistir nesta em prejuízo daquela, o acontecimento mais importante do que a fábula, a pesquisa mais valiosa do que a invenção, o retrospecto mais necessário do que a fantasia? Já se vangloriava Camões (CALMON, 1995, p. 128).

Depois de avaliar a questão, Pedro Calmon acaba decidindo-se pela História, sobrepondo o acontecimento histórico (a pesquisa, o retrospecto) à literatura (a fábula, a invenção, a fantasia). Mas sem nunca abandonar a forma literária de narrar. Juntou à história documental paisagens e recordações do passado, e à literatura acrescenta-lhes dados selecionados da heterogeneidade do arquivo.

Não demorou muito para se tornar notório pelas sínteses da História do Brasil que elaborou. No dizer de Falcon (1999, p. 17) “[...] sínteses documentadas com rigor, mas escritas de modo a fazer de sua leitura uma tarefa agradável, atraente”. Sua intenção, conforme Falcon (1999) era conquistar o público leitor, que abominava o excesso de erudição e cobrava uma linguagem mais acessível.

O primeiro trabalho historiográfico elaborado por Pedro Calmon foi *História da Bahia* (de 1926 para 1927 escreveu esta obra sob encomenda do governador Góes Calmon). No dizer de Consuelo Pondé de Sena (1986, p.101) “a pequena história da Bahia, de 1927, composta com entusiasmo e vibração, revela a predisposição do jovem historiador em pensar a história de sua terra e escrevê-la com o fervor dos apaixonados”. É, ainda, nesse período que lança a *História da Independência do Brasil*.

---

<sup>32</sup> Suplemento A Tarde Cultural, 14 dez. 2002, p.9.

Na seqüência veio a *História da Civilização Brasileira* (1933) e a *História Social do Brasil*, em três volumes (1935, 1937, 1939). Por último, *História da Fundação da Bahia* (1949) e a *História do Brasil* (em sete volumes).

No prefácio da primeira edição da obra *História da Civilização Brasileira* (1933), Pedro Calmon confessa: “a distribuição da matéria e a sua explanação” são resultados do curso que ministrava no Colégio D. Pedro II, e do curso de extensão universitária, regido por ele no Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro, em 1932. Faz questão de ressaltar também que a obra trata de uma nova síntese da História do Brasil: história social, econômica, administrativa e política do Brasil. No prefácio da terceira edição (publicada em 1937), o historiador, entusiasmado com os resultados didáticos apresentados (depois da publicação) nas classes de instrução secundária no Brasil, exalta a importância do método historiográfico aplicado na feitura dela, respaldado nas “conquistas e novidades da ciência social”. Nela obra, o autor procura fazer uma síntese da formação da civilização brasileira, desde o processo de ocupação do território brasileiro até sua exploração econômica, fazendo constar também aspectos sociais, culturais e político-administrativos, de forma a incluir as regiões e as etnias que compõem o povo brasileiro.

A *História Social do Brasil* compõe-se de três volumes, didaticamente organizados de acordo os períodos que constituíram as mudanças de paradigmas e possibilitaram a instalação de fases que se sucedem na História do Brasil. Esses períodos são organizados na seguinte ordem: (1) *Espírito da Sociedade Colonial*, refere-se ao Brasil colonial; (2) *Espírito da sociedade Imperial*, aborda o período monárquico constitucional; (3) *Época Republicana*, dedica-se à Primeira República do Brasil. O próprio Pedro Calmon declarou, no segundo volume, que aquela obra tratava-se de “[...] um novo ensaio destinado a tornar compreensível a sociologia da Pátria”. Na explicação do terceiro volume, Pedro Calmon faz questão de avisar ao

leitor que o método anteriormente utilizado na feitura do primeiro e segundo volume será abandonando para poder fazer uma “síntese compreensiva e larga” do regime republicano.

Ao analisar as correntes historiográficas que deram sustentação à obra *História Social do Brasil*, Falcon (1999) observa que, apesar de Pedro Calmon valer-se das práticas sociais em suas análises (constituindo uma espécie de abertura em direção à sociologia e à psicologia social), ele não se referiu às novas ideias historiográficas da Escola dos Anais<sup>33</sup> e fundamenta sua sustentação teórica em uma historiografia clássica. Ressalta:

Calmon não se caracteriza como um historiador dedicado à pesquisa sistemática em arquivos em busca de novas fontes. Sua característica maior é a capacidade de utilizar, não raro de modo original, textos os mais variados. Documentos e crônicas articulam-se aos relatos e “memórias” de inúmeros viajantes, ou às histórias propriamente ditas [...] Como historiador, Calmon assume por inteiro a tarefa de narrar ou contar uma história. Nem a estrutura temática dos volumes, com a predominância da postura descritiva e explicativa, pode-nos levar a perder de vista a verdadeira essência destes textos (FALCON, 1999, p. 20).

Mas, vale esclarecer que Pedro Calmon já havia declarado em suas memórias que para desenvolver seu método historiográfico tomara como modelo, principalmente, os princípios defendidos por Henri Berr, que mesmo sem ser historiador, concede um lugar privilegiado ao método histórico sem dogmas<sup>34</sup>. Além disso, Berr era contra o domínio que a sociologia queria imprimir à História no século XIX. Essa maneira de ver a história foi posteriormente reconhecida por

<sup>33</sup> A Escola dos Anais dava seus primeiros passos, na França, sob a influência de Marc Bloch e Lucien Febvre.

<sup>34</sup> O trabalho da História tradicional restringia-se aos acontecimentos singulares. Tratava-se de uma história que tomava os acontecimentos de uma forma linear. Para Braudel (1972, p. 130-131), “ultrapassar o acontecimento equivalia a ultrapassar o tempo breve que o contém. [...] Esta busca de uma história não limitada aos acontecimentos impôs-se de um modo imperioso no contato de outras ciências do homem, contacto inevitável [...] e que em França, se organizou depois de 1900, graças à maravilhosa *Revue de Synthèse Historique* de Henri Berr, cuja leitura resulta retrospectivamente tão emocionante; depois, a partir de 1929, graças à vigorosa e muito eficaz campanha do *Annales*, de Lucien Febvre e Marc Block.” A partir daí a História passou a considerar tanto as repetições como as singularidades, tanto a realidade consciente como as inconscientes.



L.Febvre e F. Braudel, que consideram Henri Berr um dos precursores da Escola dos Anais.

*A História da Fundação da Bahia* (1949) trata-se de uma obra comemorativa dos quatrocentos anos de fundação da cidade do Salvador, uma publicação do Museu do Estado da Bahia. Nessa obra, Pedro Calmon procura fazer uma síntese da fundação da cidade do Salvador, desde a chegada dos portugueses à baía (que denominarão de Todos dos Santos), passando pela fundação da cidade do Salvador, em 1549, por Tomé de Souza, e, por fim, a expansão da cidade para além dos muros que o cercavam. O estudo do entorno da Baía de Todos os Santos, tomado como objeto de análise pelo autor foi em grande parte dedicado à:

[...] conquista portuguesa, vista não somente enquanto imigração e colonização mas também como conquista, entendida no sentido medieval cruzadístico, uma missão de toda a nação portuguesa capitaneada pelo rei e pelos seus fidalgos e executada por um povo historicamente apto para este mister (ARAÚJO, 1999, p. 57).

No que diz respeito à *História do Brasil*, Tavares (1977), com base no plano da obra, afirma tratar-se de duas obras distintas. Na primeira, *História Geral do Brasil* (1939-1956), composta de cinco volumes, têm-se um volume para cada século. O primeiro volume aborda as origens, ou seja, o século XVI; o segundo volume refere-se à formação e corresponde ao século XVII; no terceiro volume consta a organização, século XVIII; o Império, século XIX, encontra-se no quarto volume; a república, os últimos anos do século XIX e os anos iniciais do século XX, no quinto volume. A segunda edição, publicada em 1959, com o nome de *História do Brasil*, embora seja composta de sete volumes, mantém as características da edição anterior, mas acrescenta ao texto ilustrações que funcionam como elementos de apoio. É o que acontece também com as inúmeras notas de pé de página, todas elas indispensáveis à conclusão das lições e altamente

esclarecedoras. No dizer de Tavares (1977), somente as notas fariam de Pedro Calmon um historiador de alta presença na historiografia brasileira.

Na introdução do livro *História do Brasil* (1959), Pedro Calmon procura explicar sua concepção de História, separando a concepção mitológica ou heróica marcada pela ausência de fontes, portanto, suplementar à história, da visão histórica propriamente dita que se encontra nos documentos e nos monumentos. Justifica, posteriormente, em suas memórias, que sua pesquisa sobre a História do Brasil, trata-se de “um retrato inteiriço e harmônico da nação, desde a sua raiz selvática até os dias que correm” (CALMON, 1995, p. 271).

Entre os trabalhos biográficos que Pedro Calmon produziu destacam-se: *A conquista, José de Anchieta, o Santo do Brasil* (1929); *O Rei Cavaleiro*, vida e glória de D. Pedro I (1933); *O Rei do Brasil*, vida de D. João VI (1935); *O Rei Filósofo*, vida de D. Pedro II (1938); *História de Castro Alves* (1947).

Adquiriu Pedro Calmon o grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1924), para onde fora transferido no terceiro ano do curso (1922) (na qual fora aprovado com distinção em todas as disciplinas). Na época, pretendia, além de bacharelar-se, doutorar-se em Direito com a tese sobre o *Direito de Propriedade*, mas as normas daquela universidade não permitiam a progressão do grau de Bacharel para o de Doutor ao mesmo tempo. O trabalho que redigiu com a intenção de doutorar-se em Direito, rendeu-lhe a primeira publicação na área das letras jurídicas, de repercussão nacional, com o título *Direito de Propriedade: à margem dos problemas* (1926). Cabe, no entanto, lembrar que muitas outras reflexões na área do Direito já tinham sido publicadas no jornal *O Imparcial* (1921) de Salvador.

O trabalho sobre o Direito de Propriedade foi também o tema escolhido para apresentar no concurso público da Faculdade Nacional de Direito que pretendia prestar, mas, devido às implicações políticas (A revolução de 1930), o desejo de

ingressar nessa instituição teve que ser adiado para quatro anos depois. De modo que, em 1934, prestou concurso e passou a ensinar Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Alguns anos depois (1938), presta outro concurso e se torna catedrático.

Durante o período que atuou como Deputado Estadual (1924-1928), Pedro Calmon dedicou também a escrever *A reforma constitucional da Bahia* (1929).

Já era professor da Faculdade de Direito do Brasil quando lançou os livros *Curso de Direito Constitucional* (1937) e *Curso de Teoria Geral do Estado* (1941).

### **2.2.3 O intelectual e a vida pública**

Embora Pedro Calmon tenha desempenhado carreira pública como político e administrador, uma grande parte de sua produção intelectual está vinculada ao ofício de professor, portanto, tem um caráter eminentemente pedagógico em que o sujeito educador se confunde com o sujeito historiador e jurista.

Como político, no governo de Francisco Marques de Góes Calmon, ele retorna à Bahia e se elege Deputado Estadual, mandato que exerceu durante o período de 1924-1928. Impedido de continuar na política pela Revolução de 1930, só retorna a vida pública em 1935, quando se elege Deputado Federal pela Bahia pelo partido União Democrática Nacional. Entretanto, mais uma vez sua carreira política foi suspensa, agora, pelo golpe que resultou no Estado Novo. Em 1954 é candidato ao Governo da Bahia pelo Partido Social Democrático, mas não se elege. Naquele momento, encerra sua carreira política para se dedicar mais a sua vida administrativa e intelectual.

Como administrador exerceu vários cargos, entre eles cita-se: Diretor da Faculdade Nacional de Direito (1934-1948), Reitor da Universidade do Brasil (1948-1966) e Ministro da Educação e Saúde, no governo do Presidente Eurico

Gaspar Dutra. Exerceu o cargo, entre agosto de 1950 e janeiro de 1951, em substituição a Eduardo Rios Filho que ocupava interinamente o lugar de Clemente Mariani.

Depois de traçar-se um perfil de Pedro Calmon com base nas atividades profissional e cultural que exerceu, e sua produção intelectual no campo a Literatura, História e Direito, procura-se a partir de agora entendê-lo enquanto intelectual no exercício da função autor.

Para isso, toma-se mais uma vez à perspectiva de Gramsci (1974, p. 194), para quem “[...] todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer por isso; mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”. Mas o que faz do homem um intelectual é seu desempenho na sociedade, que permite classificá-lo em dois grupos distintos: os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos. No primeiro, inclui os professores, os eclesiásticos e os administradores, aqueles que desenvolvem um tipo de trabalho que se estende de geração após geração e são imutáveis. No segundo, inclui os indivíduos que estão envolvidos de forma ativa, sempre em movimento para a transformação da sociedade e acabam sendo os responsáveis pelos avanços da sociedade moderna.

De acordo com a concepção de Gramsci (1974), pode-se dizer que Pedro Calmon é um intelectual tradicional, um intelectual ilustrado, à maneira do intelectual universal, pensado por Benda (2007). Seu interesse era transmitir conhecimento que tivesse compromisso, ao mesmo tempo com a “verdade histórica” - história enquanto ciência - e com a memória histórica – instrumento de autoidentidade de uma cultura. Isso se dava a partir de um ponto de vista que expõe o foco de interesse do historiador situado em seu próprio tempo, distante, portanto, daquele intelectual, idealizado por Said (2000) com um papel específico na sociedade, “[...] cuja razão de ser é representar todas as pessoas e todos os assuntos que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete” (SAID,

2000, p. 28). O compromisso Pedro Calmon, pois, era com o conhecimento histórico, era a reconstituição histórica para atender as seguintes necessidades:

A de explicar, pelos fatos averiguados, a contextura moral das coletividades; a de ensinar as novas gerações; e a de assegurar a permanência das culturas, que instintivamente desejam sobreviver (WEHLING, 1999, p. 8).

Como se pode verificar, o interesse de Pedro Calmon centrava-se na conservação da tradição cultural e, para isso, não levava em consideração a questão do valor que envolve as questões sociais e morais do conhecimento que estimulam a transformação. Até porque, conforme Araújo (1999, p. 56), “a sua abordagem não é de ruptura com o passado português, mas é de continuidade”.

A representação do intelectual, comprometido simultaneamente com a ciência histórica e a memória histórica, está sempre presente em sua obra. Toma-se como exemplo a obra *A bala de ouro*, publicada em 1947, em que relata um crime ocorrido na sociedade baiana, no século XIX, ocasião em que esse completava 100 anos. Pedro Calmon retoma o fato que se mantivera guardado na memória coletiva e faz desse um ponto de encontro das memórias histórica, social e mítica que se entrecruzam na narrativa.

Depois de ter analisado alguns de seus escritos, pode-se afirmar que, Pedro Calmon dedicou grande parte de sua vida à educação e à cultura, até mesmo sua vida política foi dedicada a tal causa. Lembra Consuelo Pondé de Sena (1986, p. 97) que o grande destaque de Pedro Calmon como Deputado Estadual “[...] ocorreu em 1927, quando encaminhou à mesa da Assembléia [...] projeto de criação de um organismo destinado a proteger o patrimônio cultural e histórico da Bahia, transformado na Lei Estadual nº. 2.032”. Na condição de Deputado Federal, em seu primeiro projeto legislativo, reivindicou que fosse criada a Universidade da Bahia. Sonho que só veio realizar-se dez anos depois, quando presidiu, no salão nobre da

Faculdade de Medicina, a criação dessa universidade. Assim, conta Pedro Calmon (1995) em suas memórias.

No dizer de Said (2000, p.17) o dever do intelectual é atuar com certa independência “[...] como exilado e marginal, como amador e como autor de uma linguagem que tenta falar verdade ao poder”, pois, o papel do intelectual deveria ser o de prestar serviço à humanidade, assumindo um compromisso público no entendimento do bem estar do homem. Mesmo que para isso tenha que mexer em questões delicadas, ditas intocáveis e, o que só é possível mantendo-se afastado dos mecanismos do poder político-social. Entretanto, Pedro Calmon é um homem de seu tempo, que precisou dos cargos públicos, ora como professor, ora como administrador e ora como político para garantir-lhe a sobrevivência. Esse procedimento era muito comum entre os intelectuais da época, que atuavam como funcionários públicos ou políticos, colocando-se a serviço de políticas partidárias que acabavam perdendo a autonomia intelectual.

A produção intelectual de Pedro Calmon não permite que o enquadre na classificação de intelectual idealizada por Said (2000), uma vez que suas atitudes não foram de reação, mas de reafirmação. Isso não o impediu de exercer com vigor a função de intelectual/autor nos moldes acima referidos. Comprovou a capacidade de representar tanto para escrever como para falar e, conseqüentemente, obteve um reconhecimento público notável. Foi endeusado por muitos como “um sobredotado”, enfim, um intelectual à maneira como pensou Benda (2007) e esquecido por outros que menosprezam suas ideias.

Porém, o reconhecimento institucional do desempenho intelectual, desenvolvido ao longo de quase sessenta anos (1920-1980) no campo da Literatura, do Direito e da História, como pesquisador dedicado à identificação da formação da nação brasileira (desde as primeiras expedições até a República), numa perspectiva clássica dos estudos históricos, permitem identificar um sujeito que durante a vida

intelectual procurou manter a coerência, subjetivando-se nos discursos na condição de locutor regente dos enunciadores, para assumir a função autor. Embora Pedro Calmon não tenha elaborado em suas formulações algo polêmico ou transformador, chamado por Foucault (2001) de “diferente”, que lhe garantisse o *status* de “instaurador de discursividade”, podemos dizer, com base em Orlandi (2002), que ele exerceu com competência a função autor. Desde então, manteve a coerência em seus escritos, fazendo dos acontecimentos cenários atrativos para instalar os discursos sobre a cultura brasileira, evidenciando a cultura baiana.

**PARTE III**  
**A ABERTURA DO ARQUIVO DE A *BALA DE OURO***



### 3 MODOS DE LER UM ARQUIVO

Neste capítulo mostra-se que a leitura de um arquivo pode ser feita a partir de procedimentos teóricos e metodológicos variados, tais como: a oposição entre os *corpora* experimentais e os *corpora* de arquivos; a noção de percurso temático ou percurso de arquivo; a relação entre arquivo e instituição, memória institucionalizada<sup>35</sup>. Trata-se de procedimentos técnicos utilizados pela ciência e pela literatura, mas considerados insuficientes pela Análise de Discurso (AD), na medida em que cada uma dessas áreas do conhecimento se isola em um campo disciplinar. Além disso, a AD não considera o arquivo:

[...] o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes (GUILHAUMOU; MALDIDIER 1997, p.163).

Para se entender os gestos de leitura de um arquivo na perspectiva da AD, partem-se das colocações de Michel Pêcheux (2002) sobre as técnicas que permitem chegar-se ao real, haja vista que elas são quem organizam os *corpora*, definindo o método que deve ser utilizado na investigação dos objetos. Tratam-se das “técnicas materiais (todas as que visam a produzir transformações físicas ou biofísicas), [...] das técnicas de gestão social dos indivíduos” (PÊCHEUX, 2002, p.30), que têm como objetivo organizar o espaço administrativo: jurídico, econômico e político, e das técnicas interpretativas (que lidam com as materialidades discursivas).

Seguindo tal orientação, considera-se que, enquanto os *corpora* experimentais lidam com “técnicas materiais”, os *corpora* de arquivo lidam com

---

<sup>35</sup> Toma-se aqui a classificação feita por José Horta Nunes (2007).

“técnicas de gestão social dos indivíduos”. Essas técnicas “implicam o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não – A?)” (PÊCHEUX 2002, p. 31). Enfim, trabalham com técnicas logicamente estáveis, e opõem-se às técnicas interpretativas uma vez que para se chegar a elas, é preciso reconhecer:

[...] um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das “coisas-a-saber” ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos (PÊCHEUX 2002, p. 43).

Trata-se de um real que se instala na língua e faz com que todo enunciado esteja sujeito a se tornar outro, diferente de si mesmo, deslocando-se do sentido para tornar-se outro. As práticas de leituras do arquivo permitem se chegar às materialidades discursivas, que se encontram nos monumentos textuais. A maneira de conceber o real surgiu, conforme Pêcheux (2002), sob o efeito do pensamento de Marx-Freud-Saussure que questionavam as evidências de ordem humana como estritamente bio-social, e assinala:

[...] restituir algo do trabalho específico da letra, do símbolo, do vestígio, era começar a abrir uma falha no bloco compacto das pedagogias, das tecnologias (industriais e bio-médicas), dos humanismos moralizantes ou religiosos: era colocar em questão essa articulação dual do biológico com o social (excluindo o simbólico e o significante) (PÊCHEUX, 2002, p. 45).

Enfim, era preciso desconfiar das técnicas, estabelecidas pelas ciências naturais e humanas, de lidar com o arquivo, para se chegar ao real dos objetos estudados, uma vez que excluía do processo de investigação o simbólico para evitar os deslizamentos de sentidos. Seguindo a orientação do pensamento de Marx-Freud-Saussure, Pêcheux (2002) reivindica o reconhecimento das técnicas de interpretação como necessárias à leitura do arquivo. Veja, a seguir, a síntese das

técnicas de leitura do arquivo que se elaborou com base no raciocínio de Pêcheux (2002):

Quadro 2 – Técnicas de leituras do arquivo

<b>Técnicas</b>	<b>Método</b>	<b>Tipo de corpora</b>	<b>Encontra-se o real</b>
Técnicas Materiais (empírica)	Investiga as transformações físicas ou biofísicas  (ciências naturais)	<i>Corpora</i> experimentais	No resultado apurado da investigação (esgotamento) dos processos naturais.
Técnicas de gestão social dos indivíduos (empírica)	Procura marcar, identificar, classificar, comparar, colocar em ordem, em coluna, em tabela, reunir e separar a gestão social dos indivíduos  (ciências humanas)	<i>Corpora</i> de arquivo	No resultado apurado das regularidades dos processos sociais.
Técnicas de interpretação (teórica)	Procura entender o acontecimento lingüístico e o funcionamento discursivo  (o simbólico e o significante)	<i>Corpora</i> uma construção do analista	Nas materialidades discursivas que se instalam na ordem da língua na história. Trata-se de um saber que existe produzindo efeito.

Para Orlandi (2002) ler um arquivo na perspectiva da AD, antes de tudo, implica na escolha e na análise daquilo que se pretende ler, tendo em vista que selecionar os *corpora* é definir as propriedades discursivas que se pretende analisar, e os critérios não são empíricos, mas teóricos. Os *corpora* são construções do próprio analista, que procura mostrar como um discurso funciona, produzindo sentidos em uma determinada materialidade. No entanto, para se chegar a tais procedimentos teóricos, o analista deve, antes de tudo, compreender o acontecimento lingüístico e o funcionamento discursivo que permite se chegar ao

discurso, ou seja, ao objeto teórico e, conseqüentemente, aos sentidos, à interpretação.

Para a AD, a leitura do arquivo não implica em se trabalhar os *corpora* com o objetivo de se chegar à exaustão de determinado problema, procedimento comum ao critério empírico. A AD interessa as práticas discursivas compostas das mais diferentes naturezas materiais. Além disso, o arquivo não é composto de documentos a serem tomados como dados para a comprovação de hipóteses; ele deve permitir leituras com configurações significantes. O arquivo está relacionado à memória discursiva, ao interdiscurso, que permite a instalação dos sentidos:

Enquanto arquivo, a memória tem a forma da instituição que congela, que organiza, que distribuí sentidos. O dizer nessa relação é datado. Reduz-se ao contexto, à situação de época, ao pragmático. Enquanto interdiscurso, porém, a memória é historicidade, e a relação com a exterioridade alarga, abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento (ORLANDI, 2003a, p. 15)

Diante do que foi colocado, acrescenta-se que é o funcionamento da memória discursiva (interdiscurso) que vai permitir a abertura do sentido na relação com o arquivo enquanto memória institucional estável<sup>36</sup>. Na relação com o interdiscurso e com a exterioridade constitutiva, o arquivo traz em si um traço de memória (algo que foi dito antes, em outro lugar), permitindo a produção de uma rede de sentido, sempre aberta a outros sentidos. Enfim, é o trabalho da memória sobre o arquivo que põe em movimento os sentidos, sob determinadas condições de produção que possibilitam a emergência.

Na leitura da textualidade do arquivo, é preciso verificar a tensão que ocorre entre a paráfrase e a polissemia, uma vez que os sentidos se processam no dizer pela repetição dos enunciados, produzindo a historicidade e, ao mesmo tempo,

---

<sup>36</sup> O arquivo enquanto memória institucional estável é “identificado pela presença de uma data, de um nome próprio de chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997, p. 164).

permitindo o deslocamento, a deriva, a transferência e o efeito metafórico que se processam na língua para constituírem os gestos de interpretação.

A análise que se realiza nesta tese, centra-se nas noções de arquivo que, apesar de diferentes, lidam com procedimentos discursivos, operando no mesmo campo conceitual, que coloca em evidência os princípios de historicidade, ou seja, a compreensão dos efeitos de sentidos que são apreendidos ao ler um arquivo em um dado momento. Considera-se, por um lado, que a leitura feita por um sujeito-autor, que ocupa um determinado lugar na estrutura social, traz em si um gesto de interpretação, no qual “a formulação é a atualização da memória, a textualização do discurso” (ORLANDI, 2003a, p. 10). Por outro lado, o sujeito-leitor, ao problematizar a leitura, explicitando as condições de produção que possibilitaram os gestos de interpretação (do sujeito-autor), tenta compreender o que foi dito. Para isso, é preciso considerar que os sentidos fazem parte de um processo; eles se realizam em um determinado contexto, mas não se encerram nele. Os sentidos têm historicidade à medida que trazem de forma interdiscursiva um passado, que se manifesta em uma determinada temporalidade e projeta-se em um futuro.

Para se chegar à noção de arquivo, verificam-se: a distinção feita por Foucault (2000)<sup>37</sup>, entre o *a priori* histórico/formal e o arquivo; o modo de leitura proposto por Michel Pêcheux (1997d)<sup>38</sup>, respaldado na língua e na história, a partir do questionamento das abordagens e métodos literários e científicos que se confrontam na leitura do arquivo; a proposição feita por Jacques Derrida (2001)<sup>39</sup>, da ligação entre arquivo e poder que remete à pulsão de morte. Por último, toma-se

---

<sup>37</sup> Estas reflexões constam da obra **A arqueologia do saber**, cuja publicação francesa data de 1969.

<sup>38</sup> Reflexões apresentadas no texto **Ler o arquivo hoje** (1982), cuja tradução brasileira (de Maria das Graças L. Morim do Amaral) foi publicada no livro **Gestos de Leitura** (ORLANDI, 1997).

<sup>39</sup> Reflexões apresentadas no colóquio internacional: **Memória: a questão dos arquivos** (1994), com o título “O conceito de arquivo: uma impressão freudiana”, cuja tradução brasileira, de Cláudia de Moraes Rego, foi publicada com o título **Mal de arquivo: uma impressão freudiana** (2001).

a noção de arquivo desenvolvida por Orlandi (2003a), na qual a pesquisadora procura relacioná-la à memória constitutiva do discurso, ao interdiscurso.

Busca-se nas abordagens supracitadas, o apoio teórico necessário para compreender o gesto de leitura do arquivo do qual se valeu Pedro Calmon na formulação de *A bala de ouro* ([1929-1930] [1947]1998): a princípio, recorrendo à memória discursiva, ao interdiscurso, que constitui o dizer e se estrutura pelo esquecimento; depois, tomando os documentos comprobatórios e estáveis como dispositivos de arquivo (memória institucionalizada), que não se esquece, para fazer jus à postura de historiador. Na tensão entre a memória que se dilui no discurso em uma espécie de apagamento, e o arquivo institucional que não se esquece, Pedro Calmon desenvolve a narrativa, instaurando a historicidade, a materialidade discursiva, que vai se evidenciando no discurso textual, entre o discurso histórico, jurídico e literário.

Mas, antes de entrar na análise propriamente dita, sente-se a necessidade de elucidar mais as questões teóricas que serão utilizadas no desenvolvimento da análise, que, apesar de seguirem por caminhos teóricos distintos, operam na linguagem e se valem de técnicas interpretativas.

### 3.1 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS

#### 3.1.1 O arquivo na ordem do discurso

Na perspectiva de Foucault (2000), *a priori* é visto, fundamentalmente, operando em dois níveis que se cruzam no discurso para constituir sentido. São eles: o nível histórico e o nível formal. O primeiro nível (*a priori* histórico)

designa a condição de realidade para um enunciado<sup>40</sup>, cujo sistema de dispersão temporal é em si mesmo transformável (está sempre sujeito às falhas, à superposição e substituição recíproca, à simultaneidade que não é unificada nem dedutível), na constituição dos discursos, que não têm apenas um sentido uma verdade, mas princípios de historicidades. O segundo nível (*a priori* formal) sustenta uma regularidade formal, que caracteriza a emergência e/ou domínio do discurso. Na articulação entre *a priori* histórica (o real da história) e *a priori* formal (as representações imaginárias manifestadas através do formal) é que o arquivo se constitui como a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. No nível do enunciado, tem-se a descontinuidade, a dispersão, a contradição, elementos constitutivos do sujeito e do sentido; no nível do formal, tem-se a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição. No equilíbrio de forças é que a historicidade se instala para constituir o sentido, e o arquivo funciona como uma prática através da qual surge uma multiplicidade de enunciados enquanto acontecimento discursivo. Ao explicar como funciona o arquivo, assinala Foucault:

Chamarei de arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas. Analisar os fatos de discurso no elemento geral do arquivo é considerá-los não absolutamente como

---

<sup>40</sup> Para Foucault (2000) o enunciado é um acontecimento estranho, porque é, ao mesmo tempo, singular, no momento de sua irrupção, na emergência enunciativa, e plural, quando opera no campo da memória, sempre disposto “a repetição, à transformação, à reativação”. Além disso, ao se apresentar em uma determinada atualidade, de maneira escrita ou falada, está sempre operando sua existência remanescente no campo de uma memória ou da materialidade enunciativa guardada nas diversas formas de registros. Para que o enunciado exerça a função de existência, é preciso descrever essa função “em seu exercício, em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza” (FOUCAULT, 2000, p. 99). Para isso, precisa-se identificar a que referencial está ligado, que relações ele mantém com o sujeito, em que campo associado atua e como se apresenta materializada sua existência. Portanto, de nada adianta procurá-lo “junto aos agrupamentos unitários de signos” (FOUCAULT, 2000, p. 100), desde quando exerce funções e como tal não constitui unidade.

documentos (de uma significação escondida ou de uma regra de construção), mas como monumentos (FOUCAULT, 2005, p. 95).

Enfim, o arquivo na ordem do discurso é o sistema geral que controla a formação e transformação dos enunciados vistos como acontecimentos discursivos, singulares na sua emergência e plurais quando operam no campo da memória. O arquivo é, portanto, conjunto de regras de caracterizam as práticas discursivas que permitem aos enunciados subsistirem e se modificarem, regularmente, para formarem as unidades discursivas.

Pêcheux, no texto “Ler o arquivo hoje” (1997d), trata da questão do arquivo e define-o, em sentido amplo, como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Ressalta, logo de início, que estão na origem de sua reflexão as leituras feitas pelo viés dos “bancos de dados”. Numa leitura mais atualizada dessa noção, Solange L. Gallo (2005) sugere que se entenda como documentos existentes na rede. O domínio do discurso textual, segundo Pêcheux (1997d), é um lugar contraditório. Nele, disputam espaço duas culturas que a tradição escolar-universitária francesa designa como literária e científica. As diferenças existentes entre elas localizam-se nos

[...] confrontos sobre temas, posições ou, às vezes sobre métodos de trabalho. Mas, mesmo neste último caso, *a questão da leitura* permaneceu quase sempre implícita: há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagem subterrânea entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo. (PÊCHEUX, 1997d, p. 56-57).

As diferenças situam-se, portanto, no tratamento dado aos *corpora* na leitura do arquivo, no método utilizado para se chegar ao real. Para dirimi-las, sugere Pêcheux (1997d), é preciso rever os gestos de leitura subjacentes à construção do arquivo. É preciso reconhecer as evidências práticas que os direcionam, fazendo com que a leitura de apreensão de um arquivo seja uma leitura interpretativa que



verifique os efeitos de sentidos, a historicidade e, conseqüentemente, produza uma escritura. Mas para que a mudança de comportamento tenha êxito, sugere, também, uma postura que leve em consideração uma pesquisa multidisciplinar diante do arquivo textual. No dizer de Pêcheux (1997d), por um lado, os literatos (historiadores, filósofos, pessoas de letras) são, por tradição, os leitores de arquivos que, ao agirem isoladamente, constroem um mundo particular de arquivos, em torno de nomes próprios, de grupos e de escolas. Por outro lado, os cientistas inscrevem-se no espaço lógico-matemático e defendem uma metalinguagem universal.

Diante das posturas de leituras do arquivo, é que Pêcheux (1997d) convoca todos os seguimentos do conhecimento para reverem as posições, de modo a considerarem a materialidade da língua, que não é transparente, como elemento fundamental na discursividade do arquivo. Com isso, propõe o desenvolvimento de práticas sobre o arquivo textual, que reconheçam as preocupações do historiador, do linguista, do matemático-técnico “face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, também nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo” (PÊCHEUX, 1997d, p. 63).

No entendimento de Pêcheux (1997d), é preciso que haja tolerância entre as áreas do conhecimento, e que se reconheça a necessidade de coexistência entre os campos disciplinares. Somente assim, a leitura do arquivo poderá ser feita no espaço que se estabelece entre eles, possibilitando a recuperação dos gestos de leitura subjacentes à construção do arquivo.

O acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los nas práticas de leitura, segundo Pêcheux (1997d), são recuperados a partir dos seus efeitos na escritura. Ademais, é preciso verificar as relações de poder que controlam a construção do arquivo. O desempenho na recuperação dos dados permite verificar o tratamento dado ao arquivo textual. Assim, o espaço de interpretação mantém-se permanentemente aberto, para possibilitar diferentes formas de leituras, e o arquivo é

uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição de sentidos. Enquanto os fatos e os eventos exigem a interpretação para se chegar ao sentido (à história), os efeitos de arquivo são produzidos através de diversos mecanismos linguísticos que servem de base para a compreensão dos processos de significação (da historicidade).

Ao refletir sobre o arquivo Derrida (1994), em sua obra *Mal de arquivo*, põe em questão a memória, relacionando-a as inovações técnico-científicas, indagando até que ponto elas repercutem no campo da psicanálise com a “pulsão de morte” e, também, com o poder. Para tanto, procura, antes de tudo, resgatar na epistemologia da palavra arquivo, *arkhê*, a dupla significação, ou seja, “começo e comando”, que se mantém no fio do discurso, apesar dos traços semânticos distintivos que se instalam. A esses dois significados lexicais, epistemologicamente identificados, Derrida atribui dois princípios: o primeiro, da natureza ou da história, “princípio físico, histórico ou ontológico”; o segundo, da lei, “nomológico”. Enquanto o primeiro (começo) refere-se ao lugar em que as coisas começam, o segundo (comando) marca o lugar onde os “arcontes” exerciam a competência hermenêuticas e detinham o poder político de fazer e representar as leis, como também de interpretar os arquivos. A *arkhê* é, também, lugar de “consignação”, isto é, de uma técnica de repetição que exige a marca da exterioridade. Dito de outra forma, o poder é quem comanda o arquivo; é ele que dispõe de informações e, também, organiza a história dentro de seu interesse. O poder sobre o arquivo remete-o à “pulsão de morte”: o poder tem como prática arquivar e destruir o arquivo. Assim funciona a própria “pulsão de morte”, que, permanentemente, arquivava, tira da vida e registra. Tende a destruir o próprio arquivo, a própria lembrança, quando não se valem de efeitos metafóricos que o disfarça, o maquia, o transforma em verdade.

No entanto, para Derrida, com as novas tecnologias cibernéticas, não é mais o conteúdo do arquivo que vai ser determinante no processo de arquivamento, mas as

técnicas de arquivamento é que vão decidir o que pode e deve ser arquivado. No entanto para que a memória e a história coloquem em funcionamento o arquivo, fazendo com que produza historicidade, elas devem estar aptas a sofrerem inúmeras revisões decorrentes de repressões, negações, apagamentos e censuras.

Nas abordagens teóricas, referidas acima, embora existam três maneiras distintas de lidar com arquivo, verifica-se que elas além de se situarem em uma mesma temporalidade (na contemporaneidade), suas práticas discursivas remetem a um real próprio e comum a todas elas: o real que se estabelece na linguagem, além do que recorrem às práticas interpretativas.

Na seqüência que se apresenta este trabalho, Foucault foi o primeiro a levantar questionamentos sobre a função do arquivo, propondo que se reconheça no documento um monumento, partindo do princípio de que não existe um documento objetivo que evoque o passado, ligando-se a um poder de perpetuação voluntária ou involuntária da sociedade. Para Foucault, o arquivo é uma prática em que os enunciados se articulam para constituírem sentido em torno de acontecimentos singulares.

Seguindo a linha de raciocínio de Foucault (2000), Pêcheux (1997d), preocupado com o avanço da tecnologia cibernética, convoca as comunidades de conhecimento para se unirem em torno de gestos de leitura, levando-se em conta a existência da materialidade da língua como fator principal. Tal comportamento deveria deixar de lado as diferenças e os conflitos, que “remetem em surdina a clivagem subterrânea entre maneiras diferentes ou mesmo contraditória de ler o arquivo”, valendo-se das técnicas materiais, das técnicas de gestão social dos indivíduos, das técnicas de interpretação. Acrescenta-se à noção de arquivo desenvolvida por Pêcheux (1997d), os desdobramos da noção de arquivo desenvolvida por Orlandi (2003a), à qual a autora associa o arquivo à memória.

Essa permite a produção de uma rede de sentido, sempre disposta a se transformar em outros sentidos.

Por último, Derrida busca os sentidos da palavra arquivo, a partir da recuperação do significado epistemológico de *arkhê*, mostrando os traços significativos que se mantiveram ao longo do tempo, os quais devem ser levados em conta para se chegar ao conceito de arquivo na contemporaneidade. Busca na psicanálise um paralelo, colocando-o como elemento importante na regência e controle da linguagem, suas relações de poder.

Observa-se que as abordagens referidas acima embora sigam por caminhos distintos acabam operando no mesmo campo conceitual, uma vez que elas consideram a língua o lugar em que os processos discursivos do arquivo acontecem e a língua tem um real que lhe é próprio. Sendo assim, os arquivos são compostos de enunciados que estão sempre sujeitos a falhas, transformações ou pulsão de morte.

Cabe ressaltar, previamente, que o interesse da análise a seguir é explorar o gesto de leitura subjacente à constituição dos processos discursivos do arquivo de *A bala de ouro* ([1929-1930] [1947] 1998), de autoria de Pedro Calmon. Para tanto, procura-se articular, no que for possível, a noção de arquivo elaborado por Foucault com a noção de arquivo desenvolvida por Pêcheux e Orlandi, considerando o arquivo um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, mas relacionando-o a uma memória discursiva. Por último, aplica-se a concepção de arquivo desenvolvida por Derrida.

### 3.2 A TEIA DE SENTIDO DO ARQUIVO

Pretende-se com as noções abordadas assinalar a questão do arquivo na obra acima citada para compreender o gesto de leitura constitutivo do dizer que se

instala na disputa entre a história e a memória na revelação do arquivo. Considera-se que, enquanto a história busca cultivar a verdade, apurando as fontes para aprisionar os sentidos, a memória cobra os direitos de lembrança, a partir de um começo possível. O assassinato de Júlia Fetal, enquanto acontecimento discursivo serve de ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória que permite o entrecruzamento de enunciados em um dado momento. Trata-se de uma reflexão que pensa a relação que se estabelece entre a noção de arquivo e a noção de memória, ambas em uma perspectiva discursiva.

Considera-se, portanto, que o funcionamento do domínio do saber (o *a priori* histórico), das práticas discursivas, é quem vai permitir a abertura do sentido na relação com a estabilidade do arquivo. Assim, o arquivo traz na sua reminiscência um traço de memória, que produz uma rede de sentido (uma singularidade), sempre aberta a outros sentidos.

Toma-se na leitura o percurso temático, desenvolvido em torno do acontecimento discursivo - o assassinato de Júlia Fetal (o tema da morte) – dentro de uma abordagem interpretativa romântica, aliada a alguns *corpora* de arquivo (documentos de arquivo) - elementos utilizados por Pedro Calmon para desenvolver a formulação que resultou em *A bala de ouro*.

Pretendem-se, na abertura do arquivo, compreender, na transversalidade dos discursos, as práticas (sociais e políticas) do cotidiano da cidade do Salvador, na passagem do século XVIII para o século XIX, traduzidas e materializadas nos enunciados de *A bala de ouro*.

Valendo-se de uma narratividade clássica, na qual a descrição procura se ajusta a uma realidade (alguns anos depois do assassinato de Júlia Fetal, ocorrido em 1847), Pedro Calmon procurou reunir os enunciados que circularam em torno do caso, para constituir os *corpora* de arquivo. Assim resultou na escritura de *A bala de ouro* ([1929-1930] [1947] 1998).

No decorrer da história narrada, o historiador procurou articular, em um gesto de interpretação, os discursos em torno de uma configuração ideal. Representa, então, a singularidade do cotidiano da sociedade baiana entre o século XVIII e XIX, expondo suas práticas em uma tentativa de traduzir o real da história.

Para tanto, mantém-se fiel à formação discursiva naturalista do regionalismo que antecedeu a década vinte, na qual as diferenças de costumes e hábitos, práticas sócias e políticas eram categorizadas como o reflexo da natureza, do meio e da raça. Ao colocar-se nesse lugar, Pedro Calmon procura desenvolver a formulação, elegendo um “começo” possível, prevenindo, logo de início, ao leitor o assunto e a maneira como é tratado, veja-se a seguir:

Este livro pudera ser uma novela. É do período romântico, e tem consonâncias sentimentais com a *Fanny*, de Camilo. Pudera ser um romance de pitoresco panejamento informativo, suspendendo ao palco do seu teatro verídico paisagens e costumes duma época digna de memória. Pudera ser – veja-se isto! – uma tese jurídica, ou de corte científico, em que se provasse a precedência de grandes ideias liberais, no domínio da criminologia. Pudera ser história seca, barrada de exatidão doutas. O quer que fosse, na escala dos livros que fazem dum episódio da vida real – mais interessante porque colabora para sua análise a emoção popular – motivo e núcleo de pesquisas enfadonhas. Preferimos contar nele, com amenidade e nitidez, o estranho caso do doutor Lisboa, do seu amor de perdição e de sua penitência inaudita, dando-lhe os tons cabíveis, de narrativa romântica, de história documental, de recuperação crítica, de revisão, enfim, daquele processo contraditório (CALMON [1947] 1998, p. 13).

É possível verificar neste recorte que, para selecionar os *corpora* de arquivo, o autor reflete sobre as possibilidades e caminhos que poderiam ter assumido cujos domínios que lhes são próprios sustentariam a formulação, e explica: **pudera ser** uma novela, um romance, uma tese jurídica e história. A marca temporal do verbo, mais-que-perfeito (**pudera ser**), vai se repetindo em cadeia, indicando os tratamentos possíveis de ser dado ao arquivo para se chegar ao real. Entretanto, Pedro Calmon preferiu tomar o acontecimento (a morte de Júlia Fetal) como ponto

de encontro de todos esses saberes, trabalhando no espaço de interseção que existe entre eles, ou seja, sem isolá-los em campos disciplinares.

Para tanto, revela por meio de personagens reais os saberes que interferiram na vida cotidiana, nos espaços institucionais e psicológicos – aqueles que permitiram imprimir os gestos de interpretação, mantendo-se fiel à formação discursiva na qual se inscreve. A interseção dos saberes só foi possível, porque subjacentes a eles, encontram-se as práticas discursivas que regem a sociedade e, conseqüentemente, tecem a rede de sentido do arquivo trabalhado em torno de uma singularidade.

Diante do universo discursivo, Pedro Calmon seleciona o que é possível dizer para “comandar” a seleção do que é dito. Ao mesmo tempo, controlar o poder de “consignação”, da discursividade, reunindo os signos em torno da História do Direito e da Literatura, para que se evidenciem na obra. Nesse jogo de princípios, pensados por Derrida, é que a historicidade se instala para afirmar o significado discursivo do arquivo (através de um começo e de um comando) e colocar em questionamento a transparência da linguagem por meio da consignação, imprimindo sentidos às formulações.

Pode-se afirmar que a historicidade nas formulações de *A bala de ouro* instala-se à medida que Pedro Calmon faz uso de uma linguagem literária para tratar da História do cotidiano, História política e econômica baianas, História do Direito Penal.

Ao eleger um começo possível para comandar o gesto de interpretação dos processos discursivos, Pedro Calmon procura, na leitura do arquivo, articular áreas diversas do conhecimento (literatura, história e direito), tentando, romper os limites da “clivagem subterrânea”. Tais limites exigem o isolamento das áreas do conhecimento para manter a ordem e a homogeneidade lógica das técnicas de leituras, tendo em vista o resultado que se pretende chegar.

### 3.2.1 A singularidade do arquivo

De acordo com o que foi anunciado, Pedro Calmon começa a narrativa fazendo um estudo genealógico de um segmento da família Lisboa, na qual se insere João Estanislau da Silva Lisboa. Mostra como se organizou a sociedade baiana e seu funcionamento em torno da riqueza e da articulação das malhas de poder na cidade do Salvador, a partir do século XVIII. Para isso, declara em suas memórias que a narrativa:

Ficaria incompleta sem a história dos Lisboa. Sem um pedaço desconhecido da história literária, da história social, da história política do Brasil, e o mistério de jacobinos franceses na Bahia dos fins do século XVIII, o segredo de conjurações malogradas, o enredo dos poetas e comerciantes ricos, o panorama de uma cultura nascente, tosca e esquecida, a revolução de uma sociedade, que abrisse com estrondo a sua janela para as tempestades do mundo. E a redescoberta de um grande espírito (CALMON, [1947] 1998, p. 15-16).

E acrescenta: a família Lisboa cumpre a “profecia das três gerações brasileiras: o rico poupado e modesto, o desperdiçado herdeiro e, finalmente, o neto pobre” (CALMON, [1947] 1998, p. 26). Nessa ordem, Pedro Calmon organiza a narração em torno do patriarca, o avô, Antonio da Silva Lisboa; o filho, João Estanislau da Silva Lisboa; o neto, João Estanislau da Silva Lisboa. No percurso de vida dos personagens reais é que Pedro Calmon faz a seleção do arquivo (comanda), articulando-o à memória discursiva, fazendo com que a memória se atualize na emergência do assassinato de Júlia Fetal (1847). Para isso, procura ajustar o dizer a uma realidade do cotidiano, dando credibilidade ao texto pelo real da história literária, política e social que exhibe. Aponta logo de início a origem das famílias portuguesas que vieram para o Brasil, de modo que:

Os Bragas eram bracaraenses, os Guimarães vimarenses, os Viana vianeses [...] do Rocio, do bairro alto, de beira-rio ou da freguesia de São Nicolau assolada pelo terremoto (como o nosso personagem) os Lisboas, os ilustres e decantados Lisboas... da Bahia (CALMON, [1947] 1998, p. 26).



Muitos dos membros da família Lisboa, provavelmente, vieram para o Brasil logo após o terremoto que destruiu grande parte da cidade de Lisboa em 1755. Ao se instalar na Bahia, Antônio da Silva Lisboa começou a trabalhar como caixeiro de um rico armador. Não demorou muito para se tornar sócio de um exportador de açúcares e, em seguida, reger seu próprio negócio, passando a construir “navios de alto bordo com o irmão Francisco. E foi levá-los afortunadamente pelos sete mares” (CALMON, [1947] 1998, p. 27).

A cidade do Salvador, naquele momento, funcionava como entreposto de produtos estrangeiros. A partir dela, abastecia-se o mercado interno da Colônia de produtos do Reino, da Ásia e da África, especialmente, de escravos: “a praça da Bahia é uma das mais comerciais das colônias portuguesas, e que o seu comércio, bem a pesar das nações estrangeiras, é somente privativo aos vassallos da Coroa Portuguesa” (VILHENA, 1969, p. 56). Para atender à demanda comercial, a população em idade economicamente ativa era dividida em segmentos sociais, em que os comerciantes ocupavam um lugar de destaque. Distribuía-se, pois, em dois grandes grupos, assim compreendidos:

Em se tratando dos comerciantes, temos, num primeiro grupo, os grandes comerciantes, aqueles que comerciam com seus próprios cabedais e, ainda, aqueles que comerciam somente com seu nome e com cabedais pertencentes a terceiros. O que caracteriza este grupo em relação aos outros, que também se dedicam a atividades mercantis, é o fato de suas operações transcenderem o âmbito local, integrando-se no grande comércio (interprovincial ou transoceânico (JANCSÓ, 1996, p. 78).

De acordo com essa classificação, pode-se afirmar que Antônio da Silva Lisboa enquadra-se no grupo que Jancsó (1996) chamou de primeiro segmento social de comerciantes. Tornou-se um negociante habilidoso, fazendo fortuna na Bahia com o tráfico de escravos e o fornecimento de utilidades trazidas das diversas partes do mundo. Pedro Calmon ao traçar o percurso de arquivo, no qual expõe os

personagens que compõem o cenário da história narrada, procura situá-los nos segmentos sociais que lhes são próprios, expondo as práticas econômicas da época.

Dando prosseguimento a abertura do arquivo, à memória discursiva que o compõe, chegou-se ao ano de 1799, quando o Tribunal da Relação<sup>41</sup> decidiu condenar à morte na forca e ao esquartejamento os revoltosos que foram responsabilizados pela Revolta dos Búzios (Revolução dos Alfaiates, também conhecida como Conjuração Baiana). Cogitou-se, então, o envolvimento de Antônio da Silva Lisboa. A suspeita deu-se em função de o comerciante receber em sua casa, situada à Praça de São Bento<sup>42</sup>, de forma hospitaleira, os franceses suspeitos de jacobinos. Eles haviam passado pela Bahia no século XVIII e a presença de “[...] um francês, na colônia, era positivamente uma infecção!” (CALMON, [1947] 1998, p. 33). Nos momentos em que o comerciante recebia tais hóspedes indesejáveis na Província, “[...] ostentava riqueza, abria à boa gente os salões esmaltados de arte nova, falava de França e não receava os jovens inimigos da ordem velha” (CALMON [1947] 1998, p. 28). Tornou-se um anfitrião daqueles que defendiam “o império da Razão, os direitos do homem, liberdade, igualdade e fraternidade...” (CALMON, [1947] 1998, p. 28). Cogitava-se, inclusive, que:

A infiltração jacobina datava provavelmente de 1795, quando correu na Bahia que alguns militares estouvados pretendiam comer carne em semana santa. Imagine-se o escândalo desse sacrilégio, a mais disto boatejado com argúcia, para aterrorizar a pacata gente e por ânsia piedosas o clero! (CALMON, [1947] 1998, p. 34).

As ações que sinalizam o sentimento de rebeldia não se encerram em comer carne em dias consagrados, nem se resumem aos membros das camadas mais

---

<sup>41</sup> De acordo com Schwartz (1979) o Tribunal da Relação da Bahia foi criado em 1609. Trata-se do primeiro tribunal de segunda instância de Portugal criado nas Américas.

<sup>42</sup> A casa do Senhor Lisboa situada à Cidade Alta fora “construída em alvas pedras, com jardim de alamedas e bosquetes, traçados ao gosto europeu, enfeitado de estátuas de mármore – Pomona, Indústria – e, ao centro, um volumoso e belo grupo representando a Rainha de Portugal rodeada de sua família” (PINHO, 1970, p. 32).

favorecidas. Os cidadãos pertencentes às camadas populares da sociedade também se encontravam instruídos pelos princípios libertários, uma vez que “os livros contrabandeados de navios franceses, segundo um anônimo, serviam a esse fim” (JANCSÓ, 1996, p. 117). Depois da leitura dos livros que pregavam os ideais de liberdade, continua o historiador, os envolvidos sentiam-se encorajados para pronunciar discursos públicos e praticar ações como:

Apedrejar os Nichos da noite, que estão pelas ruas, onde o Povo reza o Terço de Ma. Santíssima Nossa Senhora, e aos Religiosos quando estavam rezando o Ofício Divino à meia noite, como o fizeram aos Franciscanos (JANCSÓ, 1996, p.117).

Os dogmas da Igreja Católica eram os alvos preferidos dos revoltosos, em função das relações estreitas que a instituição religiosa mantinha com a política. Na disposição do arquivo, fica posto que embora a divulgação dos ideais franceses tenha sido promovida na Província por membros das classes mais privilegiadas, como Antônio da Silva Lisboa, condenaram ao “[...] cadafalso quatro pobres diabos, os pardos João de Deus, Manuel Faustino, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas” (CALMON, [1947] 1998, p. 35). O sonho da “Republica bahiense” acabou na prisão daqueles que passaram a ser:

Os mártires da inconfidência tomaram o lugar aos mentores, aos letrados nela metidos, aos jacobinos teóricos, o acanhado padre Francisco Agostinho, os trêfegos irmãos Barata, o poeta Moniz, os irmãos Pantoja... (CALMON, [1947] 1998, p. 35).

Inevitavelmente, os ideais da Revolução Francesa, divulgados no ocidente, chegavam à Província para instalar a estética da liberdade e igualdade na sociedade baiana. A cultura francesa vai dando sinais de assimilação pelas classes mais favorecidas, promovendo a transmutação de valores. Ditam-se uma nova moda, os salões de Antônio da Silva Lisboa abrem-se decorados com mobílias e objetos de arte nova, serve-se à mesa de maneira francesa. Nesses espaços, fala-se francês e da

França, com naturalidade. As ideias de liberdade e igualdade vão interferindo lentamente nos gestos de pentear-se, de ir às festas, nos modelos de sapatos, na decoração das carruagens, no hábito de ir ao teatro<sup>43</sup>.

Antônio da Silva Lisboa foi reconhecidamente um homem poderoso, “inteligente das línguas, prático dos costumes mercantis em toda a Europa” (CALMON, [1947] 1998, p. 57). Seu filho primogênito, João da Silva Lisboa, não teve a mesma sorte. Ao completar 19 anos, “[...] não lhe sorriu a idéia branda de ficar na Bahia, com casa de comércio na baixa ou, letrado e influente, nos empregos do governo que lhe dessem estabilidade à herança” (CALMON, [1947] 1998, p. 71). Trocou a vida pacata da Bahia, onde teria estabilidade proporcionada pela herança e as influências do pai, por uma vida de aventura, circulando entre o Oriente, o Brasil, Lisboa e Londres.

No Brasil, a abertura dos portos (1808) estabeleceu uma nova ordem: os navios ingleses passaram a abastecer o mercado brasileiro com mercadorias de diversas partes do mundo. No dizer de Pedro Calmon ([1947] 1998), o comércio da província abastecida pelo monopólio inglês entra em decadência até mesmo a Casa da Bahia que, em uma só geração surgiu, prosperou, agigantou-se e viu-se obrigada a encerrar suas portas.

Do outro lado do mundo, narra Pedro Calmon ([1929-939] [1947] 1998), a fortuna do filho do rico negociante também desandara, de modo que, não suportando a ruína, veio a falecer na Índia, deixando a família pobre, mas esperançosa de melhores dias. Assim, mãe e filho (contando 15 anos de idade) chegaram à Bahia, por volta de 1835, para rever a herança deixada pelo sogro e

---

<sup>43</sup> Na narrativa de *A bala de ouro*, era assim que Luiz Antônio Pereira Franco, o Bacharel em Direito, por quem Júlia havia se apaixonado trajava: “Meneava com elegância franceza a bengala de marfim e trazia o mais rico chapéu de castor cinza-perola da estação” (CALMON, 1930, p. 59).

avô. Nada encontraram, uma vez que a herança deixada por Antônio da Silva Lisboa havia sido dissipada pelo genro.

No percurso de arquivo abordado, verificou-se que Pedro Calmon fez um estudo genealógico da família Lisboa, estabelecendo como começo o tronco que descende a partir de Antônia da Silva Lisboa (o avô) e os desdobramentos com as gerações que as sucederam. No período em que viveu essa família, Pedro Calmon procurou tecer uma rede de sentido, tomando como base aquela que se estabelece em torno das relações sócias, políticas e econômicas da cidade do Salvador. Para isso, armou um cenário no qual expõe a história da família Lisboa como parte do cotidiano da história da Bahia: o avô, Antônio da Silva Lisboa, negociante bem sucedido na Bahia; o filho, João Estanislau da Silva Lisboa, marinheiro nos quatro cantos do mundo; o neto, João Estanislau da Silva Lisboa, que após a morte do pai veio estar na Bahia, onde enfrentou dificuldades ao lado da mãe (indiana de descendência inglesa), até se tornar um renomado professor prodigioso, dando aulas no Liceu. Além do que, dava aulas particulares de inglês e nas horas vagas praticava esportes de inspiração inglesa:

[...] montava a cavallo como um “jockey”, jogava o florete como um mestre d’armas, atirava de pistola e clavina com espantosa precisão e gostava de perseguir perdiz arisca nas capoeiras de arrebaldes, virgens de todo o caçador (CALMON, 1929, p. 39).

Devido aos hábitos incomuns à sociedade baiana, João Estanislau da Silva Lisboa era considerado um sujeito de comportamento excêntrico. Era reconhecido como um indivíduo de cultura exemplar, cujos hábitos aristocráticos eram frutos da educação que recebera. Vestia-se com elegância e praticava esportes de inspiração inglesa. Isso fazia com que se destacasse na sociedade baiana moldada nos padrões portugueses.

Apesar de o professor conhecer Júlia dos eventos sociais (Igreja e teatro), as relações só se estreitaram quando ele foi convidado pela viúva Fetal para ensinar inglês à filha. Depois de alguns meses, o professor formalizou, perante a viúva Fetal, em cerimônia reservada, o pedido de noivado, seguindo os costumes da época. Para a ocasião, o professor procurou vestir-se adequadamente, proferindo um discurso ensaiado, no qual, primeiro, pediu o consentimento da mãe de Julia, dizendo que: “[...] tinha a honra de pedir a sua excellencia o consetimento para o seu noivado, por ora particular, enquanto não se podia tornal-o publico...” (CALMON, 1929, p. 40). Depois fez o juramento de amor, ocasião em que declara ser “[...] D. Júlia Fetal era o seu grande amor. Que com ella a vida lhe sorria, prospera, sem obstáculos, lisa, pacífica... Que sem ella não saberia viver...” (CALMON, 1929, p. 40). Mas não demorou muito, Júlia acabou engraçando-se por Luiz Antônio Pereira Franco, um estudante de Direito. O namoro tornou-se público, de modo que, na tentativa de evitar a tragédia, a mãe de Júlia dirige-se ao professor por meio de uma carta, na qual procura desfazer o compromisso de noivado assumido, nos seguintes termos:

Exmº Sr. Professor Lisboa,

Hoje, quinze dias passados desde que V.S. se exquivou do nosso convívio, tomo a liberdade de escrever-lhe esta, cumprindo o dever que me assiste, de mãe e tutora de minha filha e sua noiva, declarar extinto o compromisso existente, e tanto V. S. como ella, livres da palavra dada. Lamento que V. S., com o seu procedimento inesplicavel, e os modos bizarros que ultimamente nos alarmavam, infundisse a Julia um grande terror, que eu baldadamente combati: e por esta razão, notificando a V. S. o rompimento acima dito, rogo a fineza de não mais nos procurar, o que sobretudo estimarei pela tranqüilidade da menina, deveras nervosa e apprehensiva. Sou de V. S. com toda a consideração, etc. Viúva J.B. Fetal (CALMON, 1930, p. 182).

Para estabelecer o rompimento do noivado, vínculo associado ao mundo dos fatos, sem relevância no mundo do Direito Civil, a mãe de Júlia dirige a carta acima ao professor. Nessa correspondência formal, a viúva, que antes firmara o

compromisso, toma a iniciativa de romper o noivado da filha, apresentando os motivos que a levaram assumir tal atitude. Em primeiro lugar, aponta o afastamento do professor sem prestar uma justificativa; depois os “modos bizarros” que Júlia vinha observando nele já algum tempo. A viúva procura romper, assim, o compromisso assumido, apontando as falhas do professor, antes que ele resolvesse acusar a filha de estar tendo um comportamento transgressor.

Os recortes da versão literária de *A bala de ouro* (1929-1930, verifica-se que Pedro Calmon ao narrar a história “se remete ao passado por um tipo de relato de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas” (SARLO, 2007, p. 12), reduzindo, pois, o compromisso do historiador de explorar, livremente, na leitura do arquivo, a ação humana e os significados subjetivos necessários à literatura e desnecessários à investigação da ciência histórica.

### 3.2.2 Os gestos de interpretação do arquivo

Toma-se a seguir recortes de *A bala de ouro* ([1947] 1998), em que Pedro Calmon, em um gesto de interpretação, recorre à linguagem literária, privilegiando, no entanto, a postura de historiador, da qual se valeu como método válido para a investigação histórica. Considera-se, que ao reescrever a história de *A bala de ouro*, Pedro Calmon tomou o material de arquivo como gestos<sup>44</sup> simbólicos que se inscrevem na História. Por um lado, procurou evidenciar os efeitos de arquivo sobre o tema da morte com uma linguagem literária, que serviu de base para o processo discursivo, e, por outro, considerou os fatos e os eventos que se encontravam nos documentos de arquivo institucionais para assegurar a veracidade

---

<sup>44</sup> Orlandi (2004) considera a interpretação um gesto. A interpretação é o “vestígio do possível”, mas não se pode perder de vista que ela relaciona-se à história.

dos fatos. Ao se situar entre essas duas áreas do conhecimento, o autor produz um gesto de interpretação no qual procura unir duas formas de leitura do arquivo, consideradas distintas. Veja-se na passagem, abaixo transcrita, como esse procedimento ocorre:

A bala de ouro adornou esta história lamentável; foi nela um banco de cortesia triste; abrochou-se com uma jóia, último presente, que lhe alojou no coração... **145.** (CALMON, [1947] 1998, p. 117-118).

**Nota (145).** A tradição da “bala de ouro” chegou até nós. Com este título publicamos, misturada em ficção, a abreviada história de que este livro se ocupa, na *Vida Doméstica*, Rio, números de nov. 1929 ... jul.1930. Anísio Circundes de Carvalho aceitou-a no ensaio sobre João Estanislau (Bahia 1935). Esta a lenda que a geração contemporânea de Júlia Fetal nos transmitiu. Uma “bala de prata”, em 1837, matara, em Cuiabá, João Poupino, chefe local. Projétil romântico... (José de Mesquita, *João Poupino Caldas*, p.32, Cuiabá, 1934) (CALMON, [1947] 1998, p. 123).

Aceitaram todos a versão, da bala lavrada pelo joalheiro, com o metal – porventura – das alianças inúteis e à falta de quem a desmentisse – que ele conservou para sempre os lábios selados – se perpetuou na lenda... Era falso, mas romântico. **146.** (CALMON, [1947] 1998, p. 118).

**Nota (146).** Desfez-se a lenda da bala de ouro – e, da mesma sorte, da premeditação, a que Anísio Circundes, op. cit., p.21, opôs científicos argumentos... – com a abertura da urna funerária da igreja da Graça. Verificou-se (comunicação feita pelo doutor Colombo Spínola, distinto médico baiano) que a bala, de que morreu Júlia, era de chumbo, e vulgar... O professor não tivera o requinte novelesco de encomendar ao ourives a jóia, para presentear a noiva perjura... Anísio Circundes diagnosticou-lhe *impulsividade e obsessão*. Desaparecendo a prova da última, resta, de verdade, aquela, a impulsividade, testemunhada, no seu tempo de menino, pelo ensaísta. (CALMON, [1947] 1998, p. 123).

Assim, Pedro Calmon, em várias passagens da versão da obra, respalda sua formulação com um discurso narrativo, valendo-se da lembrança dos fatos que, apesar de não terem sido vividos, “fazem parte de um cânone de memória escolar, institucional, política e até familiar (a lembrança em abismo: “lembro que meu pai lembrava”, “lembro que na escola ensinava”, “lembro que aquele monumento lembrava”)” (SARLO, 2007, p. 90). Na seleção dos *corpora*, cem anos depois, a



lembança só foi possível porque ocorreu um processo de identificação do dizer com o fato narrado que se encontrava instalado na memória. Mas, o lembrar somente não satisfaz Pedro Calmon, que incrementa a narração com fontes documentais, apontando-as em notas de rodapés (documentos de arquivo), para imprimir um estatuto de verdade e, assim, tentar domesticar os sentidos, perante os aspectos simbólicos do discurso literário.

Abrem-se parênteses para dizer que a tragédia da morte de Júlia Fetal, na sua emergência (1847), comoveu e inspirou segmentos políticos e literários da sociedade baiana, transformou-se em um acontecimento discursivo, apreendido na consistência dos enunciados. Por um lado, nos discursos literários o tema da morte foi se repetindo, alimentando o imaginário de romancistas<sup>45</sup>, poetas, trovadores e seresteiros, servindo de assunto para suas composições, as quais eram recitadas ou cantadas nos saraus de final de tarde, ou nas noites de lua cheia<sup>46</sup> - práticas comuns à época. Por outro lado, nos discursos políticos, os enunciados alimentaram a disputa entre dois partidos políticos: os conservadores e os liberais - forças que, naquele momento, se debatiam para manter o controle das instâncias de poderes sociais, culturais, educacionais e políticas da sociedade baiana. Portanto, os enunciados que defendiam o professor partiam dos liberais, e os enunciados que o acusavam vinham dos conservadores (aspectos discursivos são trabalhados no capítulo seguinte). Depreende-se que os enunciados produzidos em torno do caso trazem em si uma produção de subjetividade<sup>47</sup>, da qual se valeu Pedro Calmon para produzir o gesto de interpretação que se configura na formulação da obra.

---

<sup>45</sup> Inspirado no caso Manuel Carigé publicou, em 1847, na Bahia uma novela que intitulou de *Júlia*, assinando-o com as iniciais do seu nome (M.C). Tem-se notícia também de que Francisco Pessoa de Barros escreveu um romance que intitulou "*Rodolfo o louro*" (obs: embora um exemplar dessa obra conste nos registros do acervo do Gabinete Português de Leitura de Recife, PE, não foi encontrado).

<sup>46</sup> Essas práticas foram observadas pelo príncipe Maximiliano e anotadas por Spix Martius, conforme Reis (1991, p. 32)

<sup>47</sup> Toma-se, o entendimento de Gattari (1986) sobre a noção de "produção de subjetividade", para quem a subjetividade é de natureza industrial: fabricada, modelada, recebida e consumida pela sociedade. Em

Nos recortes retirados da obra em análise, observam-se duas maneiras de lidar com o arquivo, utilizadas por Pedro Calmon. Em primeiro lugar, ele apresenta uma formulação na qual se vale de recursos literários. Aí expõe as “técnicas de interpretação”, cujo real realiza-se na língua e permite que a historicidade se instale para se chegar aos sentidos. Em segundo, utiliza-se de fontes documentais (os *corpora* de arquivo) com suas “técnicas de gestão social dos indivíduos”. Em um jogo complexo, as “técnicas materiais” (os *corpora* experimentais) já se encontram instalados nos *corpora* de arquivo. Enfim, vale-se de um percurso temático (com o tema da morte), mas respalda-se nos *corpora* de arquivo. A morte de Júlia Fetal, no percurso temático ou percurso de arquivo, é considerado um acontecimento discursivo que tem uma atualidade (1847), mas, ao mesmo tempo, abriga uma memória social, administrativa e política da cidade do Salvador do século XIX.

Na complexidade discursiva do arquivo operado, assinala-se que Pedro Calmon ao selecionar os *corpora* para sua formulação, faz com que prevaleçam as técnicas de interpretação (literária), perante as técnicas de arquivo e as técnicas experimentais. As duas últimas, na maioria das vezes, são trazidas em notas de rodapé.

Valendo-se das técnicas interpretativas, Pedro Calmon, no exercício da função autor, conduz a narrativa para a instalação da historicidade que ocorre em torno do caso, fazendo com que as questões simbólicas prevaleçam perante a objetividade das técnicas de arquivo e das técnicas experimentais, uma vez que elas exigem que se ajuste o discurso a um universo logicamente estabilizado. Na junção dos métodos de leitura do arquivo, Pedro Calmon procura imprimir à textualidade de *A bala de ouro* publicada em 1947 um discurso no qual expõe o arquivo que

---

sistemas tradicionais ela opera na escala da etnia, das corporações e de casta. Além disso, a produção de subjetividade não trabalha somente na esfera da representação como a ideologia, “mas de uma modelização que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários etc” (GATTARI, 1986. p. 28).

afirma a versão interpretativa da morte de Júlia Fetal com uma bala de ouro. Na oportunidade, explica, inclusive, que a primeira versão da história foi publicada em *Vida Doméstica*, de nov.1929 a jul.1930, na qual apela para a interpretação simbólica. Veja-se a seguir:

A bala varou o coração sem lesar nenhum outro órgão. Mal chamoscou a blusa estreita de cambraia. No seio immaculado da menina ficou só a mancha vermelha da ferida, pequenina, com uma mosca de sangue ali pousada. Era talvez a pétala de uma rosa encarnada que lhe cahira no regaço.

Extrahido depois o projétil, verificou-se, com espanto, que não era a carga commum das pistolas inglesas do fabricante Torrens. Julia Fetal fora morta com uma bala de ouro. [...] Um ourives fundira a jóia que devia acabar com aquella vida. João Estanislau da Silva Lisboa só se atrevera a tocar-lhe com uma bala de ouro. Nesse respeito e nessa homenagem puzêra a derradeira emoção do seu amor abominável (CALMON, 1930, p.59).

Como pode se observar, trata-se de um “saber dizer” que ajusta o objeto a uma variante literária do discurso, valendo-se para isso de um percurso temático que se respalda na tradição romântica. Embora na segunda versão, publicada em 1947, Pedro Calmon tenha procurado manter o mesmo percurso temático, o enfoque agora é mais histórico do que literário, uma vez que procura apoiar o seu dizer em documentos de arquivos.

Na reformulação da obra, procura acrescentar uma série de dados sobre o caso, tais como, relatos orais e citações de outras produções literárias. Sendo a maioria dos documentos produzida sob bases interpretativas. Acrescenta aos dizeres argumentos científicos de Anísio Circundes, médico baiano, que, em 1935, escreveu uma biografia de João Estanislau da Silva Lisboa. Na oportunidade, diagnosticou o comportamento do professor de “impulsividade obsessiva”, pelo fato de matar a “noiva perjura” com uma bala de ouro. Embora a comprovação dos fatos já tivesse sido feita com a abertura da urna funerária (procedimento empírico), por Dr. Colombo Spínola, constatando ser o projétil da bala que matou Júlia Fetal de chumbo e vulgar. O desvendamento do caso desautorizou, portanto, os

argumentos da “premeditação obsessiva” do criminoso, com base na idéia da “bala lavrada pelo joalheiro, com metal – porventura – das alianças inúteis”, condição considerada agravante pelos criminalistas que julgaram o caso. Assim, as técnicas experimentais são encaixadas às técnicas de gestão social dos indivíduos, uma vez que os resultados apurados em provas materiais, no estágio em que foi tomado e utilizado por Pedro Calmon, já haviam se tornado um documento de arquivo.

Entretanto antes de trazer os arquivos para a formulação da obra, como já foi dito, Pedro Calmon instala um percurso temático, apoiado nos *corpora* de arquivo. O pesquisador conduz a leitura para um campo de observação no qual valoriza tanto as questões simbólicas como as tentativas de se chegar a uma verdade, domesticando os sentidos. Os arquivos complementam-se, quando permitem a reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história. Eles trazem as marcas da constituição dos sentidos e permitem o gesto de interpretação sobre a vida cotidiana da sociedade baiana nos séculos XVIII e XIX.

A postura de Pedro Calmon perante o arquivo, situando-se entre as teias da literatura e da ciência histórica, justifica-se na medida em que desde seus primeiros escritos transitou entre duas áreas do conhecimento. Não desprezou a História por princípios, enquanto historiador, mas, também, não silenciou diante dos elementos simbólicos que são abordados em torno da “bala de ouro”, demonstrando interesse pela literatura.

Na “clivagem subterrânea” da formulação da obra, os dizeres relacionam-se tanto com “a lembrança em abismo” (os elementos simbólicos), como com os *corpora* de arquivo. Funciona no lembrar o interdiscurso, a memória constitutiva do dizer na sua singularidade. A memória vista dessa forma é historicidade - aquela que lembra, mas esquece como foi visto e onde foi visto pela primeira vez. Enfim, os dizeres, na formulação, encontram-se misturados a outros dizeres, na teia em que os enunciados mantêm relação com a exterioridade que o põe em movimento,

permitindo a abertura dos sentidos. Enquanto isso, nos *corpora* de arquivo, a memória funciona como uma instituição, que congela e distribui os sentidos. O dizer, nessa relação, pertence a um determinado contexto.

Sendo assim, a memória discursiva que constitui a historicidade associada aos documentos de arquivos e a memória institucionalizada traduzem uma maneira de conhecimento que funciona nos discursos e permitem compreender os sentidos entre as duas maneiras de ler o arquivo, ou seja, entre a literatura e a história.

Ao se tentar compreender o objeto discursivo que se materializa na textualidade do enunciado “bala de ouro”, verifica-se a existência de um discurso subjacente à formulação. Esse se refere ao tema da morte e serve de inspiração a muitas formulações poéticas desenvolvidas em torno do caso (o assassinato de Júlia Fetal), dando, inclusive, nome à obra. No percurso temático, que serviu de abrigo aos enunciados da obra, localiza-se um discurso simbólico em torno do ouro: metal precioso, símbolo da perfeição e da imortalidade. Ainda a propósito da perfeição, tem-se a “idade de ouro”, primordial, seguida pela idade de prata, bronze e ferro, em etapas descendentes do ciclo.

Esse discurso sobre a morte vai estar em muitos outros lugares, a exemplo, do conselho que Zaratustra deu àquele que, ao começar a tomar gosto pela vida, soubesse o momento exato para se retirar, caso desejasse ser lembrado por muito tempo. Envia-lhe, para tanto, “a bala de ouro” para que fosse lançada, eternizando-o na memória.

Assim foram produzidos os discursos que se repetem em várias formulações literárias produzidas em torno da morte de Júlia Fetal e recuperadas por Pedro Calmon em “Assim falava Zaratustra”. A bala que atingiu Júlia no peito, no esplendor da juventude, lançada por um “fero algoz”, precisou ser de ouro, metal precioso, para eternizá-la na memória da sociedade baiana, enquanto adorno fatal da história narrada.

A comprovação, de que a bala “era de chumbo e vulgar”, feita na abertura da urna funerária, reafirma uma das posições discursivas assumidas - o discurso científico, mas não se sobrepõe à “bala de ouro” do discurso literário, que prevaleceu no imaginário da sociedade baiana. Embora o discurso científico respalde-se no resultado apurado (real), a “bala de chumbo”, tentando determinar os sentidos (à medida que qualifica a bala como “de chumbo e vulgar<sup>48</sup>”), desestabiliza a lógica do arquivo respaldada nas técnicas científicas, abrindo outras possibilidades de interpretações. Veja-se a seguir a descrição lingüística do enunciado que configura o discurso literário, confrontado com o discurso científico:

Quadro 3 – Configuração lingüística do discurso literário e do discurso científico

<b>Sintagma nominal</b>	<b>Sintagma verbal</b>	<b>Sintagma adjetivo</b>	<b>Coordenação</b>	<b>Sintagma adjetivo</b>
A bala	Era	de ouro	e	Nobre
A bala	Era	de chumbo	e	Vulgar

Ao procurar compreender as configurações textuais que se apresentam em torno da “bala” que matou Júlia Fetal, verifica-se a recorrência lingüística nos aspectos co-textuais, em que tanto o discurso literário como o discurso científico mantém a mesma estrutura. Verifica-se, então, nas relações internas do texto, a presença do mesmo sintagma nominal (a bala), cujos termos complementares encontram-se ligados a dois predicadores que se apresentam de forma coordenada (sintagmas adjetivos), introduzidos pelo um verbo transpositor “ser”. No que diz respeito aos sintagmas adjetivos ligados pela conjunção “e”, deve-se considerar que “a coordenação nunca é objeto de uma refutação ou de uma recusa, ela é ou não

<sup>48</sup> Vulgar aqui tem o significado de comum, domínio popular (povo, plebe).

objeto de uma enunciação” (GUILHAUMOU, MALDIDIER, 1997, p. 173). Depois da constatação de que “a bala era de chumbo e vulgar”, amplia-se a coordenação com mais um enunciado, no qual discursivamente se infere: “portanto” João Estanislau da Silva Lisboa não premeditou a morte. Ele não era obsessivo. A atitude dele foi vulgar (comum), normal em qualquer homem em uma situação semelhante.

Depreende-se da análise feita que as diferentes maneiras de ler o arquivo não tiram as possibilidades de interpretação dos elementos discursivos que se encontram materializados na própria língua. Daí, Pêcheux (1997d) convocar todos os seguimentos do conhecimento para deixarem de lado as diferenças e atentarem para a materialidade da língua, que não é transparente, mas sempre sujeita à falhas e a equívocos.

Sendo assim, o discurso textual, que compõe o material de arquivo, fica sujeito aos gestos de interpretação, que, de um lado, se manifesta no discurso literário, cuja configuração, alimentada por uma memória discursiva de conotação simbólica, transcende ao compromisso da objetividade dos fatos. Por outro lado, têm-se os significados dos gestos de leitura respaldados em um discurso científico, autorizado e pretensamente verdadeiro. Nesse jogo é que a historicidade se instala para produzir os sentidos a partir do lugar ocupado pelos sujeitos de discursos.

Em torno do tema da morte exposto em *A bala de ouro* desenvolve-se uma narrativa na qual o locutor, no exercício da função autor, expõe, por meio dos enunciadores que compõem o texto, as práticas sociais econômicas e políticas da sociedade baiana no século XIX. Veja-se a seguir, em alguns recortes, como o procedimento acontece:

O crime do doutor Lisboa impressionou fundamente a cidade. Falaram dele os jornais, em muitos artigos, os poetas, em muitos versos, o povo, em infundáveis conjecturas, o presidente da província, na mensagem oficial. (CALMON, [1947] 1998, p. 25)

Verifica-se que, na narratividade do arquivo que Pedro Calmon procura trazer as impressões causadas pelo crime à sociedade, evidenciando a maneira como os seguimentos sociais se expressaram sobre o caso, através de suas opiniões e competências distintas, sem deixar de ser fiel às tradições discursivas que funcionavam naquele momento. Cita, pois, as práticas que constituem as tradições discursivas mais comuns à sociedade da época: artigos de opinião, manifestações poéticas, conjecturas ou boatos e mensagens oficiais. Essas práticas obedecem a um saber próprio do idioma, um saber elaborar textos adequados às situações específicas, de acordo com temas e interlocutores, e um saber expressivo, que funciona em nível formal.

Destaca-se, aqui, a homenagem que Adélia Fonseca, poetisa baiana, presta a Júlia Fetal: um soneto, que ficou gravado na lápide do “[...] túmulo artístico que se fez na igreja da Senhora da Graça [...] enroscando-lhe no mármore fino uma roseira mística [...] o monumento oferecido pela compaixão ao martírio...” (CALMON, [1947] 1998, p. 25), um jazigo perpétuo:

Estavas bela Júlia descansada  
Na flor da Juventude e formosura,  
Desfrutando as carícias e ternura  
Da mãe que por ti era idolatrada.

A dita de por todos ser amada  
Gozavas sem prever tua alma pura  
Que por mesquinho fado à sepultura  
Brevemente serias transportada...

Eis que de fero algoz a destra forte  
Dispara sobre ti Júlia querida  
O fatal tiro que te deu a morte!

Dos olhos foi-te a luz amortecida  
E do rosto apagou-te iníqua sorte  
A branca, viva cor, com a doce vida.

(em CALMON, [1947] 1998, p.126)



Era tradição no século XIX enterrar os mortos nas Igrejas, segundo João José Reis (1991), mas a concessão para o sepultamento em jazigo perpétuo era dada somente àqueles que tinham condições de recompensar ao templo com doações. Ainda conforme Reis (1991, p.131), “[...] além de rezas pelo morto, poemas para o morto ajudavam os vivos a enfrentar solidariamente a visita da morte”. Nas ocasiões, dava-se preferência ao soneto, daí a escolha do soneto de Adélia Fonseca para adornar o túmulo, perante tantas produções literárias. Ramos de rosas místicas (símbolo da pureza) complementam a decoração do túmulo e a invocação da Virgem Maria.

Consta, ainda, na formulação de Pedro Calmon, que Júlia Fetal foi enterrada “amortalhada em seu vestido branco”, e o sepultamento foi feito em lugar de destaque no interior da Igreja da Graça. Conforme fora encomendado ao Hospício Nossa Senhora da Piedade: o cortejo fúnebre pomposo foi acompanhado pelas ruas de Salvador em procissão com “pluvial” (água benta para saudar a jovem morta, afastando os demônios que porventura estivessem à sua volta), sacristão e vinte padres. Essas eram as práticas do século XIX. Os *corpora* que permitem chegar-se ao real da história, quando não são explicitados pelo próprio Pedro Calmon ([1947] 1998) com base em documentos de arquivo, encontram-se materializados na língua, e permitem chegar-se à interpretação pela interdiscursividade que se instala nos discursos.

A mortalha usada por Júlia Fetal no leito de morte não se trata de uma mortalha confeccionada para a ocasião, nem de um vestido qualquer, mas de um vestido “seu”, para eventos sociais. No leito de morte, tal indumentária servia para marcar a posição social da jovem:

[...] a mortalha falava pelo morto, protegendo-o na viagem para o além, e falava do morto como fonte de poder mágico, mas também enquanto sujeito social. Dizia de sua idade sexo, [...], dizia de sua posição na sociedade [...] (REIS, 1991, p. 124).

Embora a mortalha fosse uma vestimenta comum aos mortos, era costume da época, também, assinala Reis (1991), as pessoas serem enterradas com vestimentas que indicavam a posição que ocupava em vida na sociedade:

Os padres se enterravam de batina, os soldados fardados, muitas pessoas com os hábitos de suas confrarias. Um senhor foi enterrado de casaca e um menino de nove anos de farda escolar. (REIS, 1991, p.119).

Além disso, para os cristãos, o uso da cor branca, na referida ocasião, simboliza a esperança na vida eterna. Trata-se da “cor do Santo Sudário, o pano que envolveu o cadáver de Cristo e com o qual ele mais tarde ressuscitou e ascendeu ao céu” (REIS, 1991, p.118). Embora tenha ficado evidente nos discursos do funeral a posição social de Júlia Fetal, Pedro Calmon ([1947] 1998) explicita mais ainda, acrescentando mais elementos para alimentar o funcionamento discursivo do arquivo:

A bela Júlia era filha, de um negociante português estabelecido à rua da Alfândega, João Batista Fetal, e de uma senhora francesa, Julie Fetal, metódica, ambiciosa e enérgica, que bem se desempenhou, quando perdeu o marido, dos arranjos de uma fortuna razoável e da educação de cinco filhos (CALMON, [1947] 1998. p.114-115).

A população branca da cidade do Salvador, no século XIX, dividia-se entre os nascidos no Brasil, como Júlia Fetal, e os estrangeiros como João Batista Fetal (português) e Julie Fetal (francesa). Conforme Reis (1991), os estrangeiros normalmente eram imigrantes europeus: portugueses, franceses, ingleses, alemães e alguns norte-americanos. A maioria era negociante que atuava no bairro do comércio, à Rua da Alfândega e adjacências, situadas na cidade baixa, nas proximidades do cais do porto. Lá, vendiam-se de tudo: vinho, azeite doce, bacalhau, tecidos, mercadorias vindas de diversas partes do mundo, principalmente da Europa.

Ao ficar viúva, Julie Fetal depara-se com as dificuldades de acompanhar os negócios do marido e a criação dos filhos. Ao se referir às atitudes da viúva, assumindo o lugar ocupado pelo chefe da família em uma sociedade austera, Pedro Calmon administra alguns adjetivos, tais como: “metódica, ambiciosa e enérgica”. A partir de atribuições de valores, característica própria dos adjetivos, é que se procura entender o funcionamento do discurso, mas, considerando-se que a língua está sujeita a falhas, deslizes e transformações (movimentos próprios de sua natureza), atribuem-se os seguintes sentidos aos adjetivos aplicados: “metódica” porque, na condição de viúva, assumiu a criação dos cinco filhos depois do falecimento do esposo; “ambiciosa” porque defendia um casamento dentro de melhor posição social para a filha, (daí apoiá-la na quebra do juramento de noivado com o professor); “enérgica” porque tomou a iniciativa de produzir uma carta de desenlace do compromisso de noivado da filha.

As mudanças sociais, econômicas e políticas promovidas no Brasil no século XIX, desde a chegada da família real em 1808, interferiram na sociedade como um todo. Depreendem-se, no entanto, da textualidade do arquivo trazido por Pedro Calmon, que os preconceitos contra a participação da mulher na vida pública permaneceram por muito tempo. À mulher era reservado o direito de uma educação moral. Para isso além das prendas domésticas, Júlia Fetal

Precisava de outros conhecimentos. Não bastava o francês. O doutor Lisboa foi ensinar-lhe o seu inglês em aulas espaçadas, a severa Júlia admirando-lhe à distância o aspecto grave, as maneiras corretas, a sua linguagem... (CALMON, [1947] 1998. p. 116).

O complemento à educação feminina era feito no seio familiar, porque era muito restrita a circulação de mulheres nos espaços educacionais públicos. Até porque a orientação educacional dirigida à mulher impossibilitava-a de trabalhar, preparando-a, apenas, para o exercício exclusivo da posição de esposa e mãe. Era

preciso nos momentos de tédio provocado pela monotonia da vida doméstica, era preciso refugiar-se no conforto da religião. Embora Júlia Fetal tenha seguido a orientação educacional da época, cabe ressaltar que, conforme Luis Henrique Dias Tavares (2001, p. 270), foram criados na Bahia em 1836, o Liceu Provincial<sup>49</sup> e a Escola Normal da Bahia. O Liceu foi instalado no Convento dos Agostinhos, situado no Largo da Palma, para suprir as aulas avulsas de latim, francês e grego. Lá, matriculou-se João Estanislau da Silva Lisboa na primeira turma (1837). A Escola Normal começou as atividades em uma casa antiga situada na rua do Colégio. Seu objetivo era formar professores do ensino elementar. As instalações dessas instituições de ensino só foram possíveis depois da:

[...] autonomia dada às províncias pelo Ato Adicional, para organizarem livremente o ensino secundário, fora o clarim de convocação daqueles letrados, sob a direção de um grande cônego. O cônego José Cardoso Pereira de Melo. Homem de jornal, de idéia, de revolução, de matemática, escondia, por essa época, bela tradição liberal na mediania de um fim de vida pacato, virtuoso e retraído (CALMON, [1947] 1998, p. 95).

Ao abrir a leitura do arquivo interpretado por Pedro Calmon, verifica-se na sua textualidade que o ensino secundário, promovido pelo Liceu Provincial, só aconteceu depois do Ato Adicional de 1834. O Ato criou a Regência Una e alterou a organização política e administrativa do Império. Conferiu, também, maior autonomia às províncias na organização do ensino primário e secundário, cabendo às Assembléias Legislativas promoverem a instrução pública com estabelecimentos próprios.

Cabe ressaltar que naquele momento duas forças políticas liberais disputavam o poder no Brasil: os moderados e os exaltados. Os liberais moderados estavam no poder, eram centralizadores e queriam o modelo unitarista de governo do Sudeste. Embora fossem adeptos de relativa autonomia política para as

---

<sup>49</sup> Encontra-se instalado, desde 1900, no local onde funcionou o Liceu Provincial, o Colégio da Bahia.

províncias, defendiam a monarquia centralizada e buscavam o equilíbrio entre Legislativo e Executivo. Os liberais exaltados eram federalistas, e encontravam-se, portanto, fora do eixo das decisões econômicas. Por um lado, aceitavam a monarquia descentralizada e possuíam interesses diversificados no Império; por outro, compartilhavam objetivos comuns, como a eliminação do Poder Moderador, o poder do senado vitalício e do Conselho de Estado e a concessão de maior poder para as províncias. Defendiam uma República Federalista, com direito de voto e fim da escravidão. Sua base de apoio situava-se no setor urbano, com pequenos e médios comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais.

Alguns dias depois que se iniciaram as atividades no Liceu, eclodiu a Sabinada<sup>50</sup>. Na oportunidade muitos dos professores foram presos e acusados de estarem envolvidos no movimento revolucionário. Com isso, as atividades da instituição foram interrompidas em 07 de novembro de 1837. Depois da interdição, o Liceu só voltou a funcionar em 1841, mas foi preciso ser sancionada uma nova Lei, que reformulou os estatutos e estabeleceu exames prévios como pré-requisito para ingressar nos cursos de Grego, Gramática Filosófica, Belas Letras, Filosofia, Retórica, Geografia. Assinala Tavares (2001, p. 262) que, meses antes do levante o jornal *Novo Diário da Bahia*, de tendência federalista, vinha divulgando as ideias e os propósitos do movimento. Pretendia-se fazer uma revisão ampla da constituição de 1824. Defendiam que as províncias tivessem suas próprias estruturas políticas, mas ligadas a um poder executivo central. Enfim, defendiam um sistema republicano de governo.

---

<sup>50</sup> No entendimento de Tavares (2001), a Sabinada foi um movimento revolucionário que eclodiu na Bahia em 1837, liderado pelo médico baiano, Francisco Sabino Álvares da Rocha. O principal objetivo da Sabinada era instituir uma república baiana, mas só enquanto o herdeiro do trono imperial não atingisse a maioria legal. Trata-se de uma revolta caracterizada pelo descontentamento e insatisfação de parcelas das classes dominantes e populares diante da condução do governo monárquico pelas regências.

No ano seguinte, em 1842, aos 23 anos de idade, José Estanislau da Silva Lisboa requereu ao Liceu o bacharelato em Letras, defendendo tese em ato público. Abordou aí “[...] três proposições de filosofia e outras tantas de gramática filosófica, retórica e geografia, o que era fato novo – e fulgurante” (CALMON, [1947] 1998, p.105). Foi aprovado com louvor. No mesmo ano, ao vagar no Liceu a cadeira de Geografia, imediatamente, candidatara-se para ocupar lá a vaga, prestando concurso e logrando aprovação. Além disso, dava aulas particulares de inglês. Foi, então, que conheceu Júlia Fetal.

Na formulação de *A bala de ouro* (1947), Pedro Calmon traz para a narrativa o cotidiano da cidade do Salvador, personagens, gestos, diálogos e objetos. Seleciona e reproduz materialidades enunciativas, a exemplo de fotografias, tapeçarias feitas por Júlia e bordado de autor anônimo, feito com os fios do cabelo dela. O projétil da bala que matou a jovem não poderia faltar nesse acervo material. Toma todos os elementos sem separar a produtividade discursiva do antes e depois do crime. Indiscutivelmente, consideramos a morte como um acontecimento discursivo, por meio do qual é promovida a atualidade (o crime), o passado (a memória) e o futuro (a produção textual e plástica que sucedeu ao crime).

Ao procurar identificar os gestos de leitura do arquivo, utilizados por Pedro Calmon na construção da narrativa textualizada em *A bala de ouro*, verificou-se que, na primeira versão (1929-1930), sobressai-se mais uma postura literária. Em primeiro lugar, têm-se estabelecido o cenário (a cidade do Salvador e suas relações de poder), as personagens (a família Lisboa, a família Fetal e suas relações sociais); logo em seguida, é apresentada a complicação da história (o rompimento do noivado, seguido do crime); por último, têm-se o desfecho da história, o julgamento e a pena que coube ao assassino.

Na segunda versão de 1947, a narrativa se estrutura mais ou menos na mesma ordem da versão anterior (1929-1930), com uma diferença - Pedro Calmon procura

dar à segunda versão uma configuração mais histórica. Respalda, pois, a formulação em narrativas sobre o caso, publicadas em jornais e relatadas por testemunhas. A grande maioria delas apresenta-se em notas de rodapé, como documentos para provar a veracidade dos fatos.

Vale ressaltar que o interesse pelas áreas do conhecimento referenciadas evidenciara-se desde os primeiros escritos publicados pelo autor em o jornal *O Imparcial* da Bahia, em 1921. Entretanto, o fato de Pedro Calmon circular, confortavelmente, entre a ambivalência da literatura e a objetividade da história renderam-lhe duras críticas na ocasião do lançamento da obra *A bala de ouro* (1947), como se apresenta a seguir:

Um dos gêneros mais apreciados ultimamente em literatura para uso generalizado tem sido o romance histórico. [...] Estou persuadido de que esse gênero é uma especialização muito difícil e para a qual é necessário um treino que se apóia na riqueza de imaginação do autor e seu preparo anterior em obras de ficção. [...] É um gênero incompatível com o historiador. [...] Nunca um historiador fará um romance histórico. [...] As citações, com que Pedro Calmon documenta qualquer fato banal mencionado no seu texto, chegam a ser enfadonhas naquilo que visa ser um romance histórico. (MEDEIROS, 1947)<sup>51</sup>.

Nestes termos, o crítico reconhece Pedro Calmon enquanto historiador, mas questiona sua capacidade literária. Exige o distanciamento do historiador para que a narração prossiga sob os efeitos da emoção dramática do fato. Cobra um trabalho de leitura do arquivo restrito ao mundo particular da literatura, em que a cultura de familiaridade com a língua entende ser desnecessário reconhecer o arquivo referencial. No entanto não se pode deixar de reconhecer que os sentidos que se evidenciam nos discursos, sejam literários ou históricos, funcionam no arquivo de forma interdiscursiva (disfarçado ou maquiado sob a tensão da pulsão de morte) e podem ser recuperados na interlocução que estabelecem entre os indivíduos. Portanto, enquanto os significados na literatura emergem de dentro para fora, os

---

<sup>51</sup> MADEIROS, Maurício. Um criminoso ilustre. *A gazeta*. São Paulo. 25 set. 1947. Notícias literárias. (Material, gentilmente, cedido pela pesquisadora Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lizir Arcanjo Alves).

sentidos (a historicidade) são construídos na relação que se estabelece com a exterioridade.

Depois de ter confrontado o arquivo em *A bala de ouro* ([1929-1939] [1947] 1998), chega-se a conclusão de que não se trata de formulação autônoma, suficiente por si mesma, ela se apóia em outras formulações históricas, jurídicas e literárias do arquivo selecionado e comandado por Pedro Calmon e passam a funcionar de forma interdiscursiva. Ao abrir o arquivo, expondo a singularidade no século XIX, Pedro Calmon mostra através dos personagens reais as práticas discursivas que permitiram tecer a rede de sentido.



**PARTE IV**  
**OS JOGOS DE VERDADE EM “O JÚRI DA TERRA”**

## OS SABERES DISCIPLINARES

Neste capítulo, busca-se compreender as práticas judiciárias, enquanto práticas discursivas, que se instalaram no Brasil no século XIX. Observam-se os saberes que vão interferir nas relações de poder, promovendo mudanças estruturais na sociedade brasileira com a instalação da “sociedade disciplinar”<sup>52</sup>, caracterizada pela reestruturação do sistema judiciário e penal.

Para Foucault (2000, 206-2007), o saber é tudo aquilo que se pode falar em uma determinada prática discursiva. É um espaço no qual o sujeito pode se colocar para falar dos objetos que se refere em seu discurso. Trata-se de um campo de coordenação e subordinação dos enunciados, que permite aos conceitos aparecerem, definirem-se e transformarem-se. Explica-se, portanto, o saber pelas possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso.

O saber para ser considerado como tal depende de práticas discursivas definidas, que se configuram pelo saber que tais práticas formam. Além disso, um saber organiza-se por meio de regras que caracterizam as práticas discursivas, fazendo com que a vontade de verdade, de racionalidade exerça pressão sobre os discursos com a intenção de chegar a ter o *status* de ciência.

No dizer de Foucault, o saber está relacionado ao poder porque é o saber que vai permitir se elaborar um discurso para disciplinar os indivíduos. Portanto, o poder de disciplinar os indivíduos é produzido a partir do discurso de saber, que permite ao poder manter o controle da sociedade.

Tomam-se aqui, como objeto de análise, os discursos de defesa e acusação do professor João Estanislau da Silva Lisboa para mostrar as relações de saber-poder-verdade. Elas se estabeleceram na sociedade baiana do século XIX por meio de práticas discursivas, traduzidas por Pedro Calmon como um gesto de

---

<sup>52</sup> Assim Foucault (2003a) chamou a sociedade contemporânea.

interpretação em *A bala de ouro*. Para tanto, instituíram-se dois lugares de discursos em que os sujeitos se colocavam assumindo posições distintas para falarem de seus objetos, apropriando-se dos discursos que se encontravam disponíveis no domínio de saber da formação discursiva que regia as práticas discursivas da “sociedade disciplinar” brasileira.

Antes de iniciar a análise, faz-se necessário esclarecer que os saberes das práticas discursivas (jurídicas) foram responsáveis pela instalação da “sociedade disciplinar” na contemporaneidade, não só nos países da Europa como em grande parte do mundo ocidental. No dizer de Foucault (2003a), tais saberes promoveram a reforma de leis e da administração da justiça penal, no fim do século XVIII.

Os sistemas penais que seguiram a orientação européia fizeram a reelaboração teórica da lei penal, tomando como base, principalmente, Cesare Beccaria<sup>53</sup>, Jeremy Bentham<sup>54</sup> e legisladores cujos saberes se encontravam relacionados à Revolução Francesa. No entanto, à proporção que os sistemas foram sendo instalados nos diversos países, eles foram obrigados a obedecer às cronologias próprias, adaptando-se às regras de cada um deles. Ao se referir a Bentham, Foucault (2003a) pede desculpas aos demais historiadores da filosofia ao

---

<sup>53</sup> **BECCARIA** (Cesare BONESANA, *marquês* DI), economista e criminalista italiano (Milão, 1738 - *id.*, 1794), autor de uma obra, *Dos delitos e das penas*, cujos princípios renovaram e abrandaram o Direito penal. (KOOGAN-HOUAISS, 2002).

<sup>54</sup> **BENTHAM** (Jeremy), filósofo inglês (Londres, 1748 - *id.*, 1832). Fundou a escola filosófica conhecida como *utilitarismo*. Acreditava que as ideias, instituições e atos deviam ser julgados com base em sua utilidade. Bentham definiu utilidade como a capacidade de produzir felicidade. Desejava produzir a maior quantidade possível de felicidade na sociedade. Acreditava que: o prazer podia ser medido com precisão; os indivíduos preocupam-se apenas em aumentar seu próprio prazer e reduzir sua dor; e uma pessoa deve fazer sempre o que produzirá mais bem para o maior número de pessoas. Bentham estabeleceu uma série de princípios para medir o prazer. Propôs também organizar a legislação e as instituições de seu país a fim de que colocassem o bem-comum acima do interesse de cada pessoa. Suas críticas provocaram várias reformas. Por exemplo, na Grã-Bretanha, os tribunais sofreram uma reforma porque não promoviam o bem de todos. Entre suas obras, figuram *Fragmentos sobre o governo* (1776) e *Princípios de moral e de legislação* (1789). (KOOGAN-HOUAISS, 2002).

considerá-lo o mais importante pensador da sociedade contemporânea na área do Direito, colocando-o à frente de Kant e Hegel.

Abrem-se parênteses para esclarecer, com base em Bittencourt (2003), que embora Kant e Hegel sejam apontados como os principais representantes das teorias absolutas da pena, também chamadas de retribucionistas<sup>55</sup>, suas formulações são fundamentadas em princípios teóricos distintos. Enquanto para Kant<sup>56</sup> a fundamentação situa-se na ordem ética, para Hegel<sup>57</sup> encontra-se na ordem jurídica.

A importância que Foucault atribuiu a Bentham consiste no fato do filósofo não só ter programado e definido as formas de poder, como também de ter apresentado um modelo arquitetônico de funcionamento institucional da sociedade que chamou de Panóptico. Esse modelo vai servir à sociedade disciplinar, podendo ser aplicado nas diversas instâncias de funcionamento da sociedade, tais como, escolas, hospitais, prisões, casas de correção, hospícios, fábricas, entre outras instituições.

Foucault (2003a) chegou a considerar esse período, no qual se situam as ideias de Bentham, como um marco histórico e diz: “[...] entramos assim na idade do que eu chamaria de ortopedia social”, caracterizada por uma forma de poder gerado por uma “sociedade disciplinar” em oposição às sociedades penais que os antecederam. Na sociedade disciplinar, as leis enquanto procedimentos técnicos ditam as regras de ordenamento social. As leis se definem pela possibilidade da

---

<sup>55</sup> De acordo com Bittencourt (2003) as teorias retributivas são absolutas, pois não se vinculam a um fim, concebem a pena como um fundamento em si mesmo, como compensação ou retribuição ao delito, justificado pelo seu valor moral.

<sup>56</sup> Para Kant, conforme Bittencourt (2003), a lei é inviolável, trata-se de um imperativo categórico pelo qual todo aquele que mata deve morrer, e a pena é destituída de qualquer função utilitária, ela é aplicada somente pelo fato de a lei ter sido violada.

<sup>57</sup> Para Hegel, no dizer de Bittencourt (2003), a pena restabelece a vigência da vontade geral representada na ordem jurídica, o que não foi negado por aquele que cometeu a violência, deve ser negada por meio do castigo penal para que assim renasça a vontade geral e se restabeleça o direito.

apropriação dos discursos, que se encontram instalados no meio social, promovendo as práticas discursivas:

Se o crime é um dano social, se o criminoso é o inimigo da sociedade, como a lei penal deve tratar esse criminoso ou deve reagir a esse crime? Se o crime é uma perturbação para a sociedade; se o crime não tem mais nada a ver com a falta, com a lei natural, divina, religiosa, etc., é claro que a lei penal não pode prescrever uma vingança, a redenção de um pecado. A lei penal deve apenas permitir a reparação da perturbação causada à sociedade (FOUCAULT, 2003a, p. 81).

A “sociedade disciplinar” parte da ideia do contrato social, no qual a finalidade da pena é apenas evitar que o criminoso cause novos males à sociedade com a prática de atos delituosos. O crime causado à sociedade não é mais uma falta, uma infração à lei natural, à lei religiosa, à lei moral. O crime passa ser visto como uma infração perante a lei civil, estabelecida pelo poder legislativo.

Nessa nova ordem, a lei penal tem como princípio representar o que é útil à sociedade. Enquanto o crime é considerado um dano social, uma perturbação, um incômodo à sociedade, o criminoso é considerado um inimigo social que perturba a ordem - trata-se de um indivíduo que quebra o pacto social. Para intimidar o comportamento reprovável, voluntário e consciente é preciso aplicar-se a pena como castigo justo.

Manoel Barros da Motta (2003), na apresentação da obra de Michel Foucault, intitulada *Estratégia, Poder Saber - Ditos e Escritos*, volume IV (2003b), ao falar do nascimento da prisão no Brasil, confirma a análise de Foucault sobre a prisão e o poder disciplinar. Ressalta que no Brasil, na primeira metade do século XIX:

A ideia da instrução de uma nova ordem carcerária, consagrada no Código Penal, que estabelece a prisão como sua pena principal, toma conta da elite de dirigentes da corte. Planeja-se a instalação de uma casa de Correção que deverá seguir o modelo do Panóptico de Bentham (MOTTA, 2003, p. XXXI).

Os saberes da nova ordem defendem a humanização das penas com a proteção da liberdade individual contra a determinação judiciária. Opõem-se à justiça que prevalecia no país com base no Livro V *das Ordenações Filipinas*. A assimilação das novas práticas discursivas pelas instâncias do poder no Brasil é inevitável, porque a vontade de mudança já havia se instalado nas práticas sociais. Seria impossível o poder manter o controle sobre os indivíduos sem a reforma, a reorganização do sistema judiciário e penal.

No entanto, o “sistema disciplinar” para se instalar no Brasil teve antes que obedecer a uma cronologia interna, ou seja, foi preciso instituir a primeira Constituição Brasileira em 1824. Os saberes dessa Carta Magna embora refletissem as ideias liberais da época, na concepção geral dos princípios de igualdade jurídica, da representação e da divisão dos poderes, foi conservadora e centralizadora, uma vez que contemplava em um de seus artigos o Poder Moderador do Imperador, as restrições eleitorais e a submissão das províncias ao governo central. Ficou determinada (artigo 179, Inciso XVIII da Constituição de 1824) a necessidade de se organizar o quanto antes um Código Civil e um Código Criminal, “fundados nas sólidas bases da justiça e da equidade”.

Até então, *as Ordenações Filipinas*<sup>58</sup> eram quem regiam a maior parte da vida colonial. De todos os seus livros, o mais conhecido é o *Livro V*, que ditava as regras penais e processuais. Esse livro só deixou de ser usado depois da instalação do Código Criminal, sancionado pelo Imperador D. Pedro I em 1830. O novo sistema de leis penais revogou as práticas do *Livro V*, mas manteve a pena de morte (para cabeças de insurreições escravas, homicídios e roubos com agravantes) e as galés (perpétuas ou temporárias). Já o Código de Processo Criminal, que tratava da

---

<sup>58</sup> As Ordenações Filipinas estendeu-se para além da independência do Brasil. As regras penais e processuais do Brasil eram ditadas pelo Livro V das Ordenações Filipinas.

reestruturação administrativa da justiça brasileira, só foi aprovado em 1832. Os dois códigos foram responsáveis pela instalação no Brasil do que Foucault (2003a) chamou de “sociedade disciplinar” nos moldes contemporâneos:

A introdução de uma penalidade doce poderia levar a pensar que se tratava de uma mudança gradual, da antiga legislação. Tratava-se um novo sistema, ao menos para a sociedade livre. Eliminara-se a legislação repressora do concubinato e outras ofensas morais. Garantia-se liberdade à imprensa. A ideia moderna de liberdade faz na área do direito penal sua aparição pública (MOTTA, 2003, p. XXXI).

Para o Brasil se inserir na “sociedade disciplinar”, foi preciso demonstrar nos discursos a vontade de mudança e o desejo de reconhecer um saber que emergia das práticas sociais, promovendo a transformação do sujeito de conhecimento. Para tanto, concorda-se com Pêcheux (1997c) quando ele diz que a produção histórica de um conhecimento científico dado não é uma “inovação das mentalidades”, uma “criação da imaginação humana”, um “desarranjo dos hábitos do pensamento”, mas um “efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela condição de produção” (PÊCHEUX, 1997c, 190). Diante disso, conclui-se que a implantação da sociedade disciplinar no Brasil é parte das condições que lhes foram favoráveis.

No dizer de Bitencourt (2003), apesar de o texto do Código Criminal Brasileiro fundar-se nas ideias de Bentham, Beccaria e Mello Freire (jurista português), no Código Penal Francês de 1810, no Código da Baviera de 1813, no Código Napolitano de 1819 e no Projeto de Livingston de 1825, sua originalidade é evidente, uma vez que não seguiu à risca nenhum daqueles que tomou como modelo. Por isso, foi considerado um dos mais bem elaborados Códigos Criminais da América Latina, no que diz respeito à clareza, precisão e apuro técnico, servindo, inclusive, de modelo para alguns países do mundo.

Entre as escolas e tendências penais que surgiram na Europa a partir do século XVIII, e no Brasil, no início do século XIX, encontra-se a Escola Clássica cujos saberes se dividiram, conforme Bittencourt (2003), em dois períodos distintos, o primeiro, filosófico ou teórico em que se proclamou a necessidade de se atribuir um fundamento essencialmente utilitário e político à justiça penal, modificado e limitado pela lei moral; o segundo, jurídico ou prático no qual a lei deveria se ajustar aos indivíduos. Sua aplicação deveria ser circunstancial, ou seja, a lei poderia ser modificada por determinação do juiz ou do júri e, também, em função do indivíduo posto em julgamento. Na última fase, a metafísica jusnaturalista<sup>59</sup> passa a dominar o Direito Penal, acentua-se a exigência ética de retribuição, representada pela sanção penal. Os maiores expoentes da Escola clássica foram “[...] Beccaria e Carrara. Se o primeiro foi o precursor do Direito Penal liberal, o segundo foi o criador da dogmática penal” (BITENCOURT, 2003, p.49).

A posição ocupada pelo saber filosófico ou teórico foi consagrada pelo Iluminismo, começou com Beccaria e ficou conhecida como utilitarista, uma vez que dirigia o saber para uma necessidade de ordem social. Para isso, tomou como inspiração *O contrato social* idealizado por Rousseau (1762)<sup>60</sup>, no qual o Estado e a ordem jurídica são considerados o resultado de um grande acordo entre os homens. Aí eles cedem parte dos seus direitos em prol do interesse, da ordem e segurança

---

<sup>59</sup> Conforme Guido Fassó (1986, p. 655), “o Jusnaturalismo é uma doutrina segundo a qual existe e pode ser conhecido um ‘direito natural’ (ius naturale), ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetiva diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo). Este direito natural é anterior e superior ao direito positivo e, em caso de conflito, é ele que deve prevalecer”.

<sup>60</sup> **ROUSSEAU** (Jean-Jacques), escritor e filósofo suíço de língua francesa (Genebra, 1712 – Ermenonville, 1778). Escritor mais importante do Iluminismo, um movimento cultural do séc. XVIII. Sua filosofia política exerceu grande influência no surgimento da Revolução Francesa. [...] Rousseau expressou suas críticas à sociedade em diversos ensaios, entre os quais *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens* (1755) e *Carta a d'Alembert sobre os espetáculos* (1758). *Júlia*, ou a *Nova Heloísa* (1761) não é só uma obra romântica, mas também de crítica social. Em *O contrato social* (1762), um marco na história da ciência política, expressou suas opiniões sobre o governo e os direitos dos cidadãos. (KOOGAN-HOUAISS, 2002).



comuns. À lei cabe fixar a pena para cada delito, sem considerar nenhum caso especial.

A orientação jurídica ou prática tivera Francesco Carrara (1859) como seu maior expoente. Para Carrara, o delito é um ente jurídico, portanto, não é uma ação, trata-se de uma infração, é a violação de um direito. O direito nasceu com o homem, foi dado por Deus à humanidade para que cumpra os deveres na vida terrena. O cerne do sistema pensado por Carrara é o livre arbítrio como fundamento da punibilidade. Para que haja responsabilidade penal, é preciso que ela esteja respaldada no livre arbítrio, na culpa moral do cidadão. O objetivo da pena é restaurar a ordem externa à sociedade, violada pelo crime e resultado de uma vontade livre e consciente.

Contra o iluminismo da Escola Clássica ergueu-se a Escola Positiva. Tal corrente defende o corpo social, priorizando os interesses sociais em relação aos individuais. Nela, a aplicação da pena é concebida como uma reação natural do organismo social contra a atividade anormal dos seus componentes. A Escola Positiva nega o livre arbítrio, dispensa os conceitos morais e funda-se em conceitos sociais. Enfim, consideram o delito e o delinquente como patologias sociais.

Conforme Bittencourt (2003), a Escola Positiva configurou-se em três fases, compreendidas como antropológica (Cesare Lombroso), sociológica (Enrico Ferri) e jurídica (Rafael Garofalo). Na concepção antropológica destaca-se o conceito de criminoso atávico – um criminoso nato, cujas anomalias constituíram um tipo específico. O crime não é resultado de uma única causa, mas consequência de muitas causas convergentes ou independentes. No desenvolvimento da teoria amplia-se a tipologia de delinquente, que passa a ser entendido como: nato, por paixão, louco, de ocasião e epilético. Do ponto de vista sociológico, a escola Positiva nega o livre arbítrio, considera que a pena não deve ser aplicada tomando como base a capacidade de autodeterminação da pessoa, mas pelo fato de ser um

membro da sociedade. Ademais, a responsabilidade não é moral, mas social. Já a visão jurídica prega a periculosidade como fundamento da responsabilidade do delinquente e a prevenção especial como fim da pena. Tomando como referência as ideias de Darwin, aplica-se a seleção natural ao processo social, sugerindo a pena de morte para o delinquente irrecuperável (criminoso nato).

#### 4.1 O JOGO DISCURSIVO

Tomam-se, a seguir, os dizeres que remetem à singularidade do julgamento do professor Lisboa, o acusado de ter assassinado Júlia Fetal no entardecer de 20 de abril de 1847, relatados por Pedro Calmon em *A bala de ouro* ([1929-1930] [1947]1998), para mostrar os saberes que se instalaram nos discursos, buscando o estatuto de verdade perante o tribunal do júri.

Cabe esclarecer que os relatos trazidos por Pedro Calmon são familiares tanto às pessoas que viram o crime como àquelas que, apesar de não terem visto, ouviram dizer. Trata-se de relatos populares que permaneceram na memória de forma oral ou escrita; ao serem organizados, eles vão sustentar a narração. Aos relatos, Pedro Calmon vai acrescentar as práticas discursivas do século XIX e seus saberes: históricos jurídicos e literários.

Ao construir a formulação, Pedro Calmon expõe as relações e transformações estabelecidas na sociedade baiana entre os séculos XVIII e XIX sob influência da Revolução Francesa. Mostra como os sujeitos se articularam para instalar os “jogos de verdade” como prática de poder. Como assumiram lugares de discurso que lhes permitiram imprimir autoridade através do saber, fazendo com que o saber, aliado, muitas vezes, à força da persuasão, do convencer sobre aquilo que se diz, institua-se como verdade perante o poder. Para tanto, entende-se que a

força do dizer enquanto saber sobrepõe a verdade ao poder, fazendo com que o poder submeta-se ao saber, e dessa forma estimule a transmutação, muitas vezes, de “[...] uma verdade sem poder a um poder sem verdade” (FOUCAULT, 2003a, p. 54). Isso se refere às práticas discursivas que se instalaram no Brasil, no século XIX. Elas estimularam o funcionamento de saberes, até então, “[...] descontínuos, desqualificados não legitimados” (REVEL, 2005, p. 52), como todo discurso que procura incrementar mudança. As forças, que se colocaram em oposição às àquelas instituídas pelo poder Imperial, tiveram, principalmente, os saberes do discurso liberal<sup>61</sup> funcionando na sua transversalidade dos discursos que regem a “sociedade disciplinar”.

#### **4.1.1 A ressonância dos discursos do julgamento**

Os discursos do julgamento do crime repercutiram na sociedade baiana, envolveram os cidadãos e as instituições. Enfim, a sociedade como um todo. Instalaram-se, então, dois lugares de discurso que se constituíram como acusação e defesa. Falaram do crime:

As gazetas locais e alguns diários da corte noticiaram as peripécias do julgamento. A 4 de Maio, marcara o “Jornal do Comércio” o relevo célebre do réo, tratando-o por “lente de geographia do Lyceu, moço em extremo moralizado, de talentos não vulgares e de conhecimento literários raros em sua idade”. A nação inteira, numa época de romances magoados e daquelas perdições, voltára para elle a atenção enternecida (CALMON 1930, p. 155-156).

As partes envolvidas (acusação e defesa) recorriam a meios próprios para divulgar os discursos, tornando-os públicos. Assim, “[...] os liberais, com as suas

---

<sup>61</sup> No entendimento de Abreu (1988) a concepção liberal foi assimilada pelos brasileiros antes da independência do Brasil. As influências liberais, que se instalaram no Brasil, são reflexos das Revoluções européias, tais como a Revolução Francesa (1789) e o Enciclopedismo.

gazetas e os seus poetas; não lhes perdoavam os conservadores, com os seus escrúpulos, a folha oficial e a sólida virtude”. (CALMON, [1947]1998, p.143). Os conservadores, na posição de poder, se valeram do *Diário Oficial*, já os liberais, que se colocaram na oposição, atuaram em jornais próprios. Eles procuravam mostrar ao leitor, por meio dos discursos, que o acusado não era um réu comum, mas tratava-se de um homem de saber e comportamento exemplar, que fora tomado pela paixão no momento em que cometera o desatino. Não se tratava de um assassino nato cujo traço característico é a atrofia do senso moral.

Abrem-se parênteses para dizer que no ano de 1847, quando ocorreu o julgamento do professor Lisboa, a conjuntura interna do Brasil refletia as transformações sócio-históricas que vinham acontecendo no mundo. As relações conflituosas de ordem política e social que vinham se estabelecendo, desde o início do século XIX, vão encontrar, na emergência da materialidade enunciativa dos discursos de acusação e defesa, o clima ideal para se instalarem. Por conseguinte, as mudanças vão possibilitar a instalação da sociedade moderna sob o domínio dos princípios e saberes liberais.

Tem-se, inclusive, nesse período, a criação, no Brasil, dos partidos políticos (1830), que, no entendimento de Boris Fausto (1995), embora se tratasse de agremiações políticas opostas, não seguiam a orientação de princípios nem mantinham a coerência ideológica, porque os interesses eram chegar ao centro do poder instituído.

No entendimento de Abreu (1988), o discurso liberal no Brasil era controvertido. A partir dele, surgem movimentos cujos significados vão estar de acordo com as condições de produção que lhes são próprias, visto que o discurso liberal encontrava-se tanto no âmbito da formação discursiva promovida pelas elites de proprietários rurais, donos de escravos, como na formação discursiva dos grupos urbanos mais combatentes. Diante disso, depreende-se que, à medida que o

discurso liberal passa a ser contemplado por sujeitos que ocupam lugares diferentes, os sentidos passam a ser diferentes, ou seja, eles vão se adequar à formação ideológica de cada grupo. Os primeiros não tinham pretensões democráticas, não revelavam a intenção de transformar o país em uma República e sequer se baseavam na premissa da igualdade jurídica, política e social. Os segundos entendiam que a liberdade e a igualdade significavam o fim da miséria, das diferenças de cor, de privilégio, de fortuna e de ocupação de cargos preferenciais:

O que então se sentia era a vacilação entre Império e República, ordem e Revolução, compostura de rotina e desabrochar do progresso. Pagava-se um farto tributo às palavras do dia, civilização, liberdade, democracia, luz! Invadira a elite dos bacharéis de Olinda e de São Paulo, a fadiga do passado, a monotonia e a mediocridade do passado; e estalavam na Bahia as diatribes do parlamento francês, como se proferidas ali perto, e trazidas frescamente à cidade por um tufão de aplausos. (CALMON, [1947] 1998, p. 138).

Observa-se ser esse um momento de transição política no Brasil, impulsionada pelas práticas sociais. Os sentidos das palavras “liberdade, democracia e luz”, próprias dos discursos republicanos, ditados pela revolução francesa, são assimilados e passam a interferir nas práticas discursivas que, aos poucos, vão avançando e se fazendo aceitas pelos diversos segmentos sociais. Reconhece-se que as dificuldades encontradas para a concretização de tais práticas residem na necessidade de construção de um pensamento nacional, de formar um quadro jurídico estatal independente da antiga metrópole, Portugal. Para isso, era preciso fazer com que os saberes republicanos fossem assimilados pelas Escolas de Direito instaladas nas províncias de Pernambuco e São Paulo. Ambas tinham dado início às atividades em 1828, sendo que a Academia pernambucana, a princípio, funcionou em Olinda, depois foi transferido para Recife em 1854.

No dizer de Abreu (1988), enquanto os integrantes da Academia de Olinda ou Recife recebiam uma formação jurídica mais intelectual (eram produtores de

ideias), a Academia de São Paulo estudava a cultura jurídica com a intenção de ingressar na vida política. Nenhuma delas chegou a formar bacharéis críticos, preocupados com a sociedade. Formaram profissionais destinados à manutenção do poder concentrado nas mãos das elites dominantes.

Nesse jogo de poderes, os grupos urbanos mais combatentes assumiram uma postura crítica perante o Império e passaram a constituir saberes que buscavam a transmutação da verdade nas instâncias do poder político. Já as elites passaram a fazer parte de uma cultura jurídica nacional inspirada no pensamento liberal, com uma proposta modernizadora do colonialismo. Enfim, uma estratégia para manter o poder nas mãos das oligarquias, que acabou recebendo o apoio do próprio governo Imperial. Assim, as práticas discursivas que se encontravam funcionando sob a regência dos saberes e poderes vão interferir nos discursos do julgamento do professor Lisboa. Por sua vez, os jurados envolveram-se emocionalmente e passaram a ocupar, por meio dos discursos, lugares que são definidos pelos partidos políticos, estendendo-se aos indivíduos, famílias ou grupos.

Assim, tinha-se de um lado o Partido Conservador que abrigava os proprietários rurais, os burocratas do governo e um setor de grandes comerciantes preocupados com as agitações urbanas; do outro lado, o Partido Liberal que reunia, principalmente, proprietários rurais e profissionais liberais. Foram essas as condições favoráveis que permitiram a instalação dos saberes nas práticas discursivas.

Na disputa que se estabeleceu entre as relações de saberes e de poderes, existia uma verdade incontestável: tratava-se de crime de morte, em que o acusado foi apanhado em flagrante delito. Os conservadores exigiam para o acusado “o patíbulo”, a pena de tалиão, na qual se mata quem matou, tomando o saber instituído que cobrava a coação social exemplar. Já os liberais defendiam “o folhetim”, por

se tratar de um crime passional, praticado por um indivíduo honesto, mas de temperamento nervoso e sensibilidade exagerada.

No entanto, o julgamento do professor Lisboa foi além das instâncias jurídicas, envolveu outros segmentos sociais, promoveu a filiação dos indivíduos nas formações discursivas instaladas. Os indivíduos buscaram se expressar por meio das práticas sociais comuns à época na tentativa de mudar a posição assumida pelo poder. Para isso, saíram em defesa do professor:

[...] Os estudantes do Lyceu bateram às portas do governo e do tribunal, reclamando piedade. Os mais afreguezados causídicos foram convidados, à revelia do acusado, para defender-lhe a causa. Realizaram-se comícios em sua homenagem nos pátios do casarão da Palma, entre as arcadas dos agostinhos-descalços, sob os olhos clementes do director. Os amigos de Lisboa, immobilizados pela perplexidade em que os deixára o crime, já se reuniam, confabulavam e concertavam os meios lisos de socorro. Os jornais, sempre sensíveis às flutuações da opinião, envolveram-se em sêdas a férula e pouparam caridosamente o desgraçado. Chegou-se a falar numa demonstração clínica que livraria o moço dos segredos da penitência. As paranóias exhímem-se de culpa. A insanidade também é diferente. Um doudo é forçosamente um inocente... (CALMON 1930, p. 155).

A mobilização feita pelos estudantes em defesa do professor valia-se de meios orais e escritos para pronunciar os discursos, e o alvo era as instâncias do poder. Enquanto os discursos orais faziam uso de recursos retóricos, exaltavam as virtudes do professor, os discursos escritos vacilavam entre os defeitos e as virtudes. Ressoavam na mobilização os argumentos da defesa, ou seja, o professor não estava normal quando cometera o crime, portanto, ele é inocente.

O julgamento do professor Lisboa serviu tanto à disputa de saberes de ordem política e jurídica como forneceu a motivação ideal para poetas e romancistas subjetivarem-se, ocupando o lugar de sujeito na estrutura social da cidade de Salvador. Esses segmentos sociais fizeram circular seus discursos, alimentando a interação com uma platéia garantida, durante os meses que antecederam o julgamento e prolongando-se por anos subsequentes.

No dizer de Thomas Bacelar<sup>62</sup>, tais crimes normalmente eram praticados em nome do amor, e acrescenta-se que nos séculos passados a reincidência de crimes contra a mulher dava-se em função da condescendência dos Códigos Criminais que facilitavam o trabalho da defesa, quando se tratava, no dizer dele, do julgamento de mulheres infiéis.

#### 4.1.2 Os saberes da acusação e da defesa

Ao ler o libelo, o promotor usou como estratégia elogiar o acusado dizendo que: “o professor Lisboa [...] orgulhára a sua terra e a gente, e nas sciencias e letras promettera ser o mais distincto e o mais brilhante”. (CALMON, 1930, p.156). O pronunciamento controverso do representante do Ministério Público deixou a defesa estarecida, ao concluir que os argumentos do promotor impulsionavam os discursos da acusação. Além do que antecipava os argumentos de defesa, que buscava respaldar-se no art. 10 § 2º do Código Penal do Império. Nele fica textualizado que não seriam criminosos “os loucos de todo o gênero, salvo se tiverem lúcidos intervallos e nelles commetterem o crime”. Na circunstância, a defesa entende que, agindo assim, o promotor estava construindo o cenário ideal para a instalação dos discursos dos advogados de acusação, que ao aproveitarem as condições favoráveis, pronunciam-se dizendo:

Não é um louco, portanto. Esse homem não esteve doudo, não está doudo, difficilmente esse homem endoudecera, que a intelligência que lhe queima o cérebro é um feixe de sol e loucura é a noite eterna! (CALMON, 1930, p.156).

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida ao jornal Correio da Bahia em 29 out. 2006, Thomas Bacelar revela, com base em anotações de dois visitantes europeus (Froguer e Frézier) que estiveram na Bahia em 1717, ter ocorrido o assassinato de 30 esposas na capital baiana somente naquele ano.



A acusação deduz a partir de relações singulares e determinações lógicas que a inteligência do professor Lisboa não permite classificá-lo como louco. A loucura é um fenômeno biológico, que se processa no cérebro e leva o indivíduo às trevas (sem-razão). O desatino deve ser reconhecido na falta de um pensamento racional, mas esse não é o caso do professor Lisboa, porque ele tem:

[...] o coração purificado pela sabedoria que mergulha na perdição dos excessos detestáveis, para filtrar a morte, ele, portador de glória e de vida! Eis a culpa imensa. Dobrada, injustificável, sem remissão possível, porque não há de allegar escuridão quem vive na claridade da idea sublime; ignorância quem tudo sabe eximamente; paranóia quem tem a razão profunda; o ódio ou os ciúmes diabólicos quem nos livros aprendeu a despreza-los; e desamor ao próximo quem no culto da religião teve forças para rasgar a mais bella estrada das vocações literárias! (CALMON, 1930, p. 156).

Assim, a acusação contesta os argumentos da defesa, antes de serem pronunciados. Antecede-os, dizendo que os fatores internos e externos (bio-psico-social) que influenciam o psiquismo e o comportamento do criminoso não justificam o crime, pois, o professor é portador de “glória e de vida”. Parte do princípio de que a responsabilidade penal deve ser lastreada na imputabilidade moral e no livre arbítrio. O homem é dotado de inteligência e consciências livres, em condições de discernir e escolher o bem ou o mal. Ao escolher o mal, decidiu livremente, portanto deve ser condenado:

Presumia a lei o crime evitável. Construía sobre o livre-arbítrio o seu castelo de hipóteses retalhado em artigos e parágrafos. Esse límpido direito estabelecia uma proporção – e autorizava-se com Beccaria, Bentham, Romagnosi. A infração seria punida segundo a graduação exposta, à maneira da velha botica, que conferia a cada uma de suas essências ou tisanas a virtude clássica e honrada de curar a moléstia a que se applicava (CALMON, [1947] 1998, p. 144).

A acusação com o apoio dos conservadores exigia o cumprimento da Lei na devida proporção da gravidade do crime. A pena é o castigo justo pelo comportamento reprovável, voluntário e consciente. Era preciso impedir que o

acusado viesse novamente causar dano à sociedade. O delito que tirou a vida de Júlia em pleno vigor da juventude foi uma infração grave. O delinquente rompeu o pacto social, antes firmado com a sociedade, portanto, é considerado um inimigo e deve ser punido com o rigor da lei. A acusação respaldava-se nos princípios filosófico ou teórico do pensamento jurídico que predominaram no início do século XIX e influenciaram a elaboração do Código Criminal do Império Brasileiro, sancionado em 1830. Exigia a penalidade máxima (a pena de morte) para o professor Lisboa.

Instala-se no julgamento do crime uma disputa jurídica, associada à disputa política. Acusação e defesa assumem posições distintas, valendo-se de práticas discursivas que são concomitantes às posições partidárias. Advogados médicos e legistas, enquanto defesa, exigiam que no julgamento do professor Lisboa as virtualidades do acusado fossem observadas:

Os legisladores, ou antes, os apontadores dos erros e defeitos da legislação, tinham argumentado com o livro da natureza aberto na mão, isto é, com o homem – com a organização, os instintos, os talentos que vêm infundidos nessa organização, concluindo, a modo assim de uma sentença do fado, e daí haviam concluindo para a inocência do réu: os metafísicos tinham batido o pé e sustentado com a letra das Escrituras que tal fatalismo não existia, e que o homem era livre etc. etc. (CALMON, [1947] 1998, p. 144)

A defesa questionava o racionalismo da lei. Entendia que existia um ordenamento das relações humanas, diferente do sistema de normas fixado pelo Estado, o Direito natural, com validade em si, que é anterior e superior ao Direito positivo. Tal corrente do Direito define-se como uma lei estabelecida pela vontade divina e revelada aos homens, uma lei natural em sentido estrito, fisicamente conatural a todos os seres animados movidos pelo instinto. Trata-se de uma lei ditada pela razão, específica do homem que a encontra autonomamente dentro de si. Enfim, defende a existência de algo imaterial, que advém da natureza, de Deus, que encaminha para uma justiça ideal.

A defesa, com o apoio dos liberais, representada pelos magistrados e poetas, era acusada pelos conservadores de serem seguidores dos jacobinos<sup>63</sup>, “[...] envolvia-se na metafísica das paixões, no romance dos amores que matam, nos casos – e eram tantos! – do eclipse da consciência ao ensombrar-se o coração... Formosos argumentos!” (CALMON, [1947] 1998, p. 151).

Tentava convencer os jurados e a opinião pública do desequilíbrio emocional do acusado, mostrando que, ao ser levado pelo impulso da paixão, o professor Lisboa perdera a razão, praticando o crime, semelhante a muitos outros que serviram de tema à literatura universal. Procurava desmontar o Código da Lei, apontando as falhas e deficiências perante a compreensão do comportamento humano. Exigia que o crime praticado pelo professor fosse tratado como uma infração cometida perante a lei natural, não uma ruptura com a lei civil estabelecida pelo poder político que pretendia responsabilizar os homens pelos seus atos.

Numa espécie de teatro, os liberais, na condição de defesa, formulavam perguntas e, ao mesmo tempo, as respondiam: “o indivíduo, uma espécie. Iguais? Engano. Diferentes, como toda coisa viva. Plasma, organismo, alma, vigor, entranhas, herança.” (CALMON, [1947] 1998, p.145). Tomando como base a imprevisibilidade da natureza, questionavam a positividade da lei formulada pelo poder político conservador, que estabelecia a verdade com o Código Criminal sancionado no Brasil em 1830. Veja-se o discurso da defesa (liberal):

Não! Protestavam os intuitivos, pedindo a palavra com o dedo doutoral espetando o espaço. [...] O homem, que tudo imaginava saber, esquecerá o conselho helênico, de que devia conhecer-se a si mesmo, e depois o resto; e cometerá a tolice de iludir-se com uma ciência conjectural. Livre-arbítrio? Pobre dele. Era pilhéria, sofisma, vaga vaidade, esse absurdo. A lei atrasara-se, nas suas disposições que igualavam os homens, que os previam uns como os outros,

---

<sup>63</sup> **JACOBINOS** (CLUBE DOS), sociedade política criada em Versalhes em 1789 por deputados bretões e que se instalou em Paris no antigo convento dos Jacobinos e considerados progressistas. Robespierre foi um de seus líderes. (KOOGAN-HOUAISS, 2002).

manipulados em série, com as mesmas ignomínias no quadro monótono de suas reincidências... (CALMON, [1947] 1998 p. 145).

O discurso dos liberais opunha-se aos saberes da teoria do Contrato Social, defendida por Beccaria, que pressupunha a igualdade absoluta entre todos os homens e “[...] questionava a imposição da pena, os alcances do livre-arbítrio, ou o problema das relações de dominação que podia refletir uma determinada estrutura jurídica” (BITENCOURT, 1993, p. 47). Os liberais cobravam que fossem revistos os saberes jurídicos, promovendo a auto-transcendência, de que falou Sócrates, quando aconselhou o conhecimento de si para saber como modificar a relação consigo, com os outros e com o mundo.

Manifesta, também, o desejo de que seja acionado os saberes médicos (psiquiátricos) e legistas<sup>64</sup> na observação do indivíduo, para se conhecer a psicologia e a ambiência circunstancial do ato incriminado, antes de condená-lo. E acrescenta que o homem em estado fisiológico muitas vezes não consegue controlar seus instintos:

[...] as questões de sentimentalidade, que põem em movimento toda emoção patética, representam papel preponderante na vida dos homens e das sociedades humanas! É o amor, é a paixão sob todas as suas formas, é o instinto de devotamento, o entusiasmo patriótico, que se desenvolvem no ser vivo, dele se apoderam e dominam toda a sua vida e suas ações. [...] E as regiões intelectuais, as regiões que julgam e pensam, são neutralizadas, impotentes e inertes em plena inibição fisiológica (CIRCUNDES, 1935, p. 15).

Argumentava que o homem movido pela paixão amorosa, devota ou patriótica, anula a capacidade racional e passa a obedecer a estímulos que não lhe permitem controlar a razão e age pela emoção. Ao agir instintivamente torna-se

---

<sup>64</sup> Conforme Bitencourt (2003, p. 53), a corrente positivista a princípio pretendeu aplicar ao Direito os métodos de observação e investigação utilizados em disciplinas como a Biologia, Antropologia etc. Mas se constatou que essa metodologia era inaplicável a norma Jurídica. Daí proporem que a consideração jurídica do delito fosse substituída por uma Sociologia ou Antropologia do delinquente.

um ser atávico, regressa ao homem primitivo (selvagem). Sofre, assim, um processo conhecido em biologia, de degeneração, com parada de desenvolvimento.

No entendimento de Yon Yves Campinho<sup>65</sup>, o endeusamento da delinquência passional, independente da época, mantivera-se arraigada ao senso comum. Dessa forma, durante o tempo que prevaleceu o Código Criminal, instalado em 1830, o argumento da “insanidade amorosa” tinha como costume livrar o assassino da cadeia.

Depreende-se, diante do que foi colocado, que dois campos de saberes sobressaíram-se na instalação da ordem dos discursos que constituíram o Direito Penal, no século XIX, o contratualismo e junaturalismo. Enquanto a primeira corrente respaldava-se na lei, estabelecida pelo poder político, a segunda, sustentava que há um ordenamento das relações humanas diferente do Direito positivo, mais elevado e absolutamente válido e justo, que emana da natureza, da razão humana ou da vontade de Deus. Essa corrente acreditava ser a norma injusta, e sua interpretação desnecessária defendia que o senso comum era suficiente no delineamento dos caminhos a serem seguidos no julgamento de um determinado crime.

Enquanto os liberais exigiam que o professor Lisboa fosse julgado com base no Direito Natural<sup>66</sup>, com seu sistema de normas de conduta intersubjetiva, diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (Direito positivo), os conservadores, colocando-se no lugar da acusação, filiavam-se à corrente que defendia a aplicação da lei, respaldando-se em uma perspectiva teórica filosófica, sustentada no contratualismo.

---

<sup>65</sup> Em entrevista concedida ao jornal *Correio da Bahia*, 29 out. 2006.

<sup>66</sup> O Direito Natural costuma ser representado com a figura de Antígona, na tragédia homônima de Sófocles, que se recusa a obedecer às ordens do rei, por se tratar uma ordem política com pretensões de se sobrepor às ordens dos deuses. Assim, aquilo que é justo por natureza sobrepõe-se àquilo que é justo com base na lei. Essa posição foi assumida pelos liberais nos discursos de defesa do professor.

O comportamento inexorável do professor Lisboa na prisão, onde manteve o hábito de se vestir elegantemente, não dispensando “[...] a gravata de seda envolvendo-lhe até ao queixo o pescoço, a cabeleira atirada para traz, que lia passeando ao longo do cubículo” (CALMON, 1930, p. 59), deixava todos consternados e levantava suspeita de que fora acometido de um acesso de loucura, de que estaria louco. Ao ser questionado sobre o ato que cometera, o professor responde:

- Condemnei-a a morrer. Julguei-a. No tribunal da consciência, Aqui dentro do peito. Uma defesa, febril, e uma acusação, inexorável, travaram-se longo tempo, uma por salva-la, a outra por perde-la. Venceu a acusação. Appellou a defesa. O mais que se lhe pode conceder foi aquella bala de ouro nobre... Então, à tarde de 23 de Abril, na Piedade (CALMON, 1930, p. 59).

Ao confessar como tomou a decisão, o professor, por um lado, permite a acusação concluir que escolheu livremente a atitude tomada, por outro lado, a defesa reconhece na confissão do professor sinais de loucura. A preparação do crime, o gesto consumado, as justificativas e o comportamento do professor na prisão levaram os médicos sugerirem tratar-se de elementos da mesma natureza - loucura.

Os discursos jurídicos respaldavam-se em formas lógicas de produção da verdade oferecidas pela filosofia, pela ciência e pela arte de persuadir - meios de formulações de práticas jurídicas que se instalaram do Brasil, do século XIX. Elas imprimiam uma forma de poder disciplinar e estabeleciam uma nova ordem carcerária, respaldada no Código Criminal, em que a prisão era a pena principal. Contudo, para cumprir essas exigências, as prisões foram obrigadas a modificarem as instalações físicas e estruturais, transformando-se em Casas de Correções, projetadas de acordo com o modelo Panóptico<sup>67</sup> idealizado por Bentham<sup>68</sup>. Os

---

<sup>67</sup> Foucault (1987, p. 165-166) descreveu a composição do projeto arquitetônico de Bentham (Panóptico) da seguinte forma: “na periferia uma construção em anel; no centro uma torre; esta é vazada de largas

discursos de defesa e de acusação do professor Lisboa, valeram-se, portanto, das práticas discursivas em voga, ou seja, aquelas respaldadas em tendências teóricas do direito penal que instalaram a sociedade disciplinar no Brasil.

#### 4.1.3 O veredicto

Sabe-se que o julgamento do acusado ocorreu no dia 28 de setembro de 1847, após uma secção exaustiva que durou mais de 24 horas. Às 9 horas do dia seguinte, o juiz Francisco Marques de Araújo Góes recitou o veredicto do conselho de sentença, condenando João Estanislau da Silva Lisboa a quatorze anos de prisão com trabalho forçado. Em seguida, o condenado foi encaminhado para o Forte do Barbalho<sup>69</sup>, que na época, tinha se transformado em cadeia pública, até que se inaugurasse “a verdadeira penitenciária que se construía no engenho da Conceição [...] segundo a planta do engenheiro Weyll e o Panopticon de Bentham” (CALMON, [1947] 1998, p. 168).

---

janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia”.

<sup>68</sup> **BENTHAM** (Jeremy), filósofo inglês (Londres, 1748 - *id.*, 1832). Fundou a escola filosófica conhecida como *utilitarismo*. Acreditava que as idéias, instituições e atos deviam ser julgados com base em sua utilidade. Bentham definiu utilidade como a capacidade de produzir felicidade. Desejava produzir a maior quantidade possível de felicidade na sociedade. Acreditava que: o prazer podia ser medido com precisão; os indivíduos preocupam-se apenas em aumentar seu próprio prazer e reduzir sua dor; e uma pessoa deve fazer sempre o que produzirá mais bem para o maior número de pessoas. Bentham estabeleceu uma série de princípios para medir o prazer. Propôs também organizar a legislação e as instituições de seu país a fim de que colocassem o bem-comum acima do interesse de cada pessoa. Suas críticas provocaram várias reformas. Por exemplo, na Grã-Bretanha os tribunais sofreram uma reforma porque não promoviam o bem de todos. Entre suas obras, figuram *Fragmentos sobre o governo* (1776) e *Princípios de moral e de legislação* (1789). Bentham formou-se no Queen's College, em Oxford, em 1763. (KOOGAN-HOUAISS, 2002).

<sup>69</sup> Construído no século XVII para defender a cidade do Salvador das invasões holandesas.

Enquanto os modelos penitenciários são atribuídos a Bentham, as formas de punição foram idealizadas por Beccaria, entre outros teóricos do Direito do século XIX. Eles “[...] inventaram mecanismos para provocar vergonha e humilhação” (FOUCAULT, 2003a, p. 82) como forma possível de punição para crimes penais e, para isso, determinaram quatro tipos possíveis de punição: o primeiro consistia na deportação do espaço social, o segundo, na exclusão do meio social, o terceiro, no trabalho forçado e o quarto, na pena de talião.

Coube a João Estanislau da Silva Lisboa, cumprir duas das penas idealizadas pelos teóricos do Direito do século XIX e traduzidas para o Código Criminal Brasileiro: a pena de exclusão no próprio local, o isolamento no interior do espaço moral, psicológico, público, constituído pela opinião pública, de modo a provocar vergonha e humilhação ao indivíduo; a outra pena consistiu no trabalho forçado, obrigando-o a praticar uma atividade, tornando-o útil ao Estado e à sociedade.

No que diz respeito à pena principal, como já foi dito, coube ao professor cumprir a pena de quatorze anos de reclusão; quanto à pena secundária, não se sabe ao certo a espécie de trabalho que o professor foi obrigado a fazer na prisão. Sabe-se, apenas, que recebera do Presidente da Província a autorização para transformar o cárcere em uma escola. Para aí se dirigiam jovens da sociedade baiana no intuito de aproveitarem os ensinamentos na área de inglês, geografia, grego e história dos povos, função que desempenhava com afinco, como se estivesse reparando os danos que causara à sociedade.

Os conservadores inconformados com a pena que foi determinada para o professor, achando-a branda, comentavam que “[...] só escapou o assassino à pena de morte porque se alçou em sua defesa, nos debates do júri, a eloquência ponderada de advogados e médicos, que lhe negaram o livre arbítrio” (CALMON, [1947] 1998, p. 14).



Os médicos atestaram sua conduta como uma “loucura moral”, um fato clínico de procedência hereditária. Conforme Pedro Calmon ([1947]1998), os médicos e os advogados que saíram em defesa do professor, só faltaram encaminhá-lo para tratamento psiquiátrico.

Quando estivera na Bahia, em 1859, o imperador D. Pedro II visitou o forte do Barbalho. Na oportunidade dirigiu-se a João Estanislau da Silva Lisboa e perguntou: “por que o senhor não requereu o indulto?” O professor respondeu-lhe: “Permita-me Vossa Majestade [...] Cumprirei a pena até o fim” (Calmon, [1947] 1998, p. 185-186). A modificação da condenação definitiva pronunciada poderia ser modificada se o professor tivesse feito o pedido de indulto ao imperador. Tinha, portanto, poderes para redução ou comutação da pena, valendo-se para isso do Poder Moderador.

Conta Pedro Calmon ([1947] 1998) que da cadeia, o professor Lisboa, a partir de 1858, passou a dirigir o Colégio São João, recém-inaugurado na Estrada da Vitória por Francisco Pereira de Almeida Sebrão. Depois de ter cumprido a pena assumiu pessoalmente as funções que lhe foram confiadas.

Observou-se na formulação de *A bala de ouro* que Pedro Calmon, no capítulo “O júri da terra”, procurou traduzir os saberes que predominaram no século XIX e instalaram a “sociedade disciplinar” no Brasil. Para tanto, estabelece dois lugares de discursos compreendidos como acusação/conservadores e defesa/liberais, que se instalaram no julgamento do professor Lisboa. O primeiro filiou-se aos saberes do contratualismo da Escola Clássica. Tal corrente define o crime como um fato em que se viola a tutela do Estado. O delito é um ente jurídico já que constitui a violação de um direito. Os teóricos do contratualismo são quem vão respaldar a elaboração do Código Criminal do Império Brasileiro. O segundo grupo filiou-se ao jusnaturalismo, doutrina que defende um sistema de normas de conduta intersubjetiva diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo

Estado (o direito positivo). Os saberes do Direito Natural são tema na história da filosofia do direito.

Diante do que foi colocado, entende-se que uma prática discursiva “não só aparece nos textos que pretendem ter um estatuto científico, mas também nos textos jurídicos, nas expressões literárias, nas reflexões filosóficas, nas decisões políticas, nas opiniões, etc.” (CASTRO, 2009, 393). Os saberes vão estar, portanto, fora e dentro dos campos disciplinares, em todos os lugares onde se fale sobre um determinado objeto.

## PARTE V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

## 5 PONTO DE PARADA

Esta análise investigadora a respeito dos gestos de interpretação de parte das formulações de Pedro Calmon com ênfase em *A bala de ouro* não teve a pretensão de se sustentar em uma clausura ao limitar argumentos e exemplificações que justificaram a tese proposta, mas oferecer espaço aberto para análises posteriores e leituras outras que gerem tentativas de superação através do preenchimento das possíveis lacunas ou questionamentos deixados pelos pontos obscuros.

Para tanto, procurou-se, em primeiro lugar, entender Pedro Calmon enquanto intelectual no exercício da função autor. Depois, investigaram-se os *corpora* de arquivo com memória que permitiram a interpretação da formulação de *A bala de ouro*. Por último, tomou-se como objeto de análise o julgamento do Prof. João Estanislau da Silva Lisboa, traduzido por Pedro Calmon na formulação de *A bala de ouro*. Aí, a intenção foi entender as práticas jurídicas que se instalaram no século XIX, constituindo domínios de saber e determinando o que pode e deve ser dito em uma determinada formação discursiva.

No decorrer da pesquisa, encontrou-se, dentre o material analisado, uma versão de *A bala de ouro*: novela histórica (publicada em *Vidas domésticas*: revista do lar e da mulher (1929-1930)<sup>70</sup>, em formato de folhetim, citada por Pedro Calmon, no meio das inúmeras notas da segunda edição, mas sem dar muita importância. Depois de analisada a formulação, chegou-se a conclusão de se tratar de um trabalho literário. Nele, Pedro Calmon criou um espaço de ficção em torno do assassinato de Júlia Fetal, no qual a cidade do Salvador (ruas e instituições sociais) serve de cenário para o desenvolvimento da ação. A narração da história processou-se por meio de gestos significantes que representam as práticas

---

<sup>70</sup> Esse material faz parte do acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

cotidianas do século XIX. De modo a imprimir movimento às ações sociais, dando voz às personagens, pondo as instituições em funcionamento.

Na formulação de *A bala de ouro*: história de um crime romântico ([1947]1998), a estratégia de Pedro Calmon foi outra, ele transformou a narrativa literária em uma narrativa histórica. Valeu-se do acontecimento, o assassinato de Júlia Fetal, para traduzir o funcionamento das relações e transformações sociais da Bahia no século XIX. Para viabilizar o trabalho, fez uma ampla pesquisa e acrescentou os dados recolhidos em arquivos à formulação literária, procurando ajustá-la à realidade.

Observou-se, no material analisado, que o discurso de Pedro Calmon se organizou em torno dos saberes políticos, econômicos e sociais da sociedade brasileira, particularmente, aqueles ligados à Bahia. Daí, encontrar-se materializado no discurso as representações da cidade do Salvador, seus conflitos e transformações, principalmente, aquelas promovidas pelas ideias emergentes no Brasil do século XIX, sob influência do legado da Revolução Francesa.

Ao procurar traçar o perfil de Pedro Calmon por meio de sua obra, preferiu-se verificar sua atuação enquanto intelectual no exercício da função autor. Assim, pode-se verificar que, desde as primeiras formulações publicadas no jornal *O Imparcial*, ele já demonstrava o interesse pela Literatura, História e Direito. A partir daí, verificou-se a divisão do trabalho de interpretação distribuído em três sujeitos de discurso, assim compreendidos: produção literária, professor de História e professor de Direito. Os lugares ocupados pelo sujeito de discurso permitiram delinear as formulações nas três áreas do conhecimento, que se fizeram presentes em quase todas suas produções. Sabe-se que em um determinado momento, decidiu-se pela História, no entanto nunca deixou a forma literária do narrar. A Literatura e a História sempre estiveram de mãos dadas nas suas formulações, de

modo que, quando escreveu *Literatura* buscou temas históricos e quando escreveu *História* valeu-se de uma linguagem literária.

Ao reescrever *A bala de ouro* ([1947]1998), Pedro Calmon fez do acontecimento (o assassinato de Júlia Fetal) o ponto de encontro das três áreas de conhecimento referidas, procurando ajustar os dizeres à realidade, dando credibilidade ao texto pelo real que manifesta.

Entende-se que essa forma de fazer História foi conscientemente elaborada. Quis ser lido pelos jovens, despertar neles o interesse pela História. Enfim, fazer dessa disciplina uma leitura prazerosa. Para colocar em prática seu projeto, elaborou um método historiográfico e seguiu-o com coerência em todos os escritos.

No que tange ao propósito de entender Pedro Calmon enquanto intelectual do exercício da função discursiva autor, foi preciso conceber, com base em Orlandi (2004), que o sujeito se faz autor quando consegue imprimir um gesto de interpretação na formulação, assumindo a responsabilidade pelo sentido do que diz. A origem do dizer não está no autor, encontra-se nos gestos simbólicos que produzem sentidos no texto. O autor é considerado uma função discursiva que corresponde às funções enunciativas de locutor e enunciador, que se realiza toda vez que o locutor se coloca na origem do dizer, sem necessariamente ser a origem da significação (fundador).

Sendo assim, pode-se dizer que Pedro Calmon procurou exercer desde os primeiros momentos de sua trajetória intelectual a função autor. Ele esteve sempre preocupado em produzir gestos de interpretação que relacionassem a História do cotidiano aos grandes temas da História do Brasil, em particular, da Bahia. Daí escrever romances como temas históricos e história de vida de algumas figuras importantes.

A interpretação também vai estar vinculada ao arquivo. Ao refletir-se sobre o assunto, tomou-se Pêcheux com algumas incursões à teoria de Foucault e

Derrida. Realizou-se a reflexão sobre o arquivo textual, estabelecendo a relação entre a noção de arquivo e memória discursiva, aliada às condições de produção no nível do enunciado. Para isso, levou-se em consideração o funcionamento do interdiscurso que se encontra estabilizado nas formulações e possibilitaram a abertura do sentido na singularidade do arquivo. A partir dos efeitos na escritura, os gestos de leitura do arquivo foram apreendidos como uma prática interpretativa que permitiram se chegar à compreensão dos sentidos.

Assumiram-se, assim, gestos de leitura que se diferenciam dos que se encontram subjacentes à construção do arquivo institucional. Buscou-se entender o arquivo com memória na singularidade dos processos discursivos. Concluiu-se que a diferença entre arquivo com memória e arquivo institucional consiste no tratamento dado aos *corpora* para se chegar aos sentidos (ao real). Enquanto o primeiro, procura identificar gestos de interpretação na singularidade do arquivo, o segundo, tem como finalidade comandar a construção de um projeto de controle da memória coletiva, através da manipulação qualitativa ou quantitativa de dados. Nesse caso, os aparelhos de poder da sociedade são quem determinam memória coletiva por meio das instituições (Igreja, Estado, empresa, partido, escola, entre outras). Por conseguinte, o trabalho da interpretação é distribuído pelas diferentes posições ocupadas pelos sujeitos.

Na abertura do arquivo, depreendeu-se que, ao fazer um estudo da família Lisboa, quis Pedro Calmon traçar um percurso antropológico na tentativa de encontrar uma explicação causal para o comportamento antissocial de João Estanislau da Silva Lisboa. Assim, o comportamento moral e contraditório do avô, contrabandista de escravos e adepto dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade pregados pela Revolução Francesa, vai interferir diretamente na formação do filho e, conseqüentemente, na do neto. Associa o comportamento de João Estanislau da Silva Lisboa à mistura étnica processada em sua origem: pai

brasileiro, mãe indiana (descendente de inglês), avô português. Vê-se no discurso de Pedro Calmon que a formação moral resultante da mistura fizera de João Estanislau da Silva Lisboa um indivíduo, ao mesmo tempo, erudito e obsessivo.

Quando Pedro Calmon traduziu a história do crime, ele procurou relacioná-la a diversos eventos históricos da História do Brasil. Em princípio mostrou a formação da identidade brasileira, em particular a baiana, concebendo as fortes influências de Portugal no Brasil, fazendo um estudo genealógico das famílias que aqui se instalaram. Depois, evidenciou as influências de outras culturas que se instalaram na cidade do Salvador. Algumas delas consideradas maléficas à sociedade, a exemplo dos ideais da Revolução Francesa que se instalara na cidade. Ressalta que, embora a sociedade soteropolitana tenha sido fundada nos moldes portugueses, a mistura étnica que se processou no espaço social da cidade fez dela um espaço aberto para outras culturas.

Verificou-se que embora Pedro Calmon, na formulação de *A bala de ouro*, traduza os dizeres sobre o assassinato de Júlia Fetal, à medida que organiza, seleciona os dizeres para construir sua formulação, procura deixar registrado na sua escrita às práticas sociais da sociedade baiana do século XIX. No entanto, isso só foi possível porque, ao escrever, escolheu como forma do dizer a literária. A literatura permite que se diga fazendo, colocando as relações sociais em funcionamento. Era preciso mostrar as transformações sociais que vinha ocorrendo na primeira metade do século XIX, tornar a História dizível, mostrar como as mudanças que afetaram o mundo ocidental a partir da Revolução Francesa influenciaram as instituições brasileiras. As mudanças foram necessárias para assegurar o exercício do poder; elas só ocorreram porque as relações tornaram-se insustentáveis.

Na perspectiva que se desenvolveu a pesquisa, o arquivo traz em si um traço de memória, na qual ocorre a produção de uma rede de sentido, sempre aberto a



outros sentidos. Os documentos de arquivo permitiram que se chegasse ao real do acontecimento discursivo, aos sentidos inscritos no espaço da memória.

Para ampliar a noção teórica, o documento de arquivo foi reconhecido no percurso da leitura como um monumento, de acordo com Foucault (2000). Partiu-se do princípio de que não existe um documento objetivo que evoque o passado, ligando-se a um poder de perpetuação voluntária ou involuntária da sociedade. O arquivo é uma prática em que os enunciados se articulam para constituírem sentido.

Investigaram-se as noções de arquivo que se evidenciaram em *A bala de ouro*. Procurou-se compreender o gesto de leitura que se instalou na disputa entre a história e a memória na restituição do passado. No jogo discursivo, considerou-se que enquanto a história buscou cultivar a verdade, apurando as fontes com objetividade, a memória cobrou o direito de lembrança.

Assim, ao produzir a formulação, Pedro Calmon valeu-se do material de arquivo como gesto simbólico que se inscreve na história. Por um lado, evidenciou os efeitos de arquivo através da linguagem, que serviram de base para o processo discursivo; por outro lado, considerou os fatos e os eventos que se encontram nos documentos de arquivo. Nos processos de significação, a matéria significativa evidenciou o gesto de interpretação, dando-lhe uma forma que se permitiu chegar aos sentidos.

O estudo, nessa etapa, centrou-se em torno de *A bala de ouro*: novela histórica (1929-1930) e *A bala de ouro*: história de um crime romântico ([1947] 1998). Procurou entender a constituição dos *corpora* de arquivo com memória<sup>71</sup>, materializados na formulação de Pedro Calmon.

Para finalizar, procuraram-se entender as práticas discursivas, entre elas, as práticas jurídicas, que constituíram domínios do saber na sociedade baiana do século XIX e interferiram nas relações de poder. Partiu-se das práticas discursivas

---

<sup>71</sup> Noção proposta por Cristiane Dias pesquisadora responsável pelo CEDU/LABEURB

que produziram domínios de saber na sociedade baiana do século XIX, através da singularidade do julgamento do professor João Estanislau da Silva Lisboa, para verificar a estreita relação que o saber manteve com o poder para produzir efeitos de verdade. O poder, assim, não constituiu uma verdade absoluta, ele foi ao mesmo tempo estável e sujeito às transformações que lhes são impostas pelas práticas discursivas. Tais práticas acabaram produzindo um efeito de verdade na emergência enunciativa, que fez com que os sujeitos se subjetivassem em uma forma para movimentar os “jogos de verdade”.

Sugere-se que, na disputa entre os procedimentos de ordem jurídica e os procedimentos de ordem ética que se estabeleceram como saberes e poderes nos discursos de acusação e de defesa de João Estanislau da Silva Lisboa, (produzindo efeitos de verdade), saíram vitoriosos aqueles que souberam articular com mais competência as práticas jurídicas que circulavam na emergência enunciativa do século XIX.

Valendo-se de procedimentos técnicos da Análise de Discursos de linha francesa propostos por Pêcheux, foi feita uma reflexão centrada em torno da confluência de três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre a descrição e interpretação dos discursos. Eles circulam em torno das materialidades discursivas dos enunciados, levando em consideração que o acontecimento é reconhecido pela memória e o já dito sustenta cada palavra enunciada, para que seja possível refletir nos entremeios.

Para se chegar a essas conclusões, partiu-se do princípio de que a Análise do Discurso não procura encontrar o sentido verdadeiro, absoluto, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ABREU, Sérgio França Adorno. **Os Aprendizes do Poder**: O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVES, Lizir Arcanjo. **Os tensos laços da nação**: conflitos político-literários no Segundo Reinado. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Letras, sob a orientação da Profa. Dra. Eneida Leal Cunha. Salvador, 2000.

ALBUQUERQUE-JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **Pedro Calmon**: um olhar baiano para o Brasil. Anais do curso Pedro Calmon. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Empresa Gráfica da Bahia, 1999.

AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

AZEVEDO Thales de. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

BOAVENTURA, Edivaldo. **Pedro Calmon vida e glória**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Academia de Letras da Bahia, 1986.

BORGES, Jafé Teixeira (coordenador). **Anais do Curso Pedro Calmon**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Empresa Grafica da Bahia, 1999.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail (V.N. Volochínov) **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da ciência da Linguagem.** Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Viera. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais.** São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional.** 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Parte Geral.** São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas.** São Paulo: Saraiva, 2004.

BOAVENTURA, Edivaldo. **Pedro Calmon vida e glória.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Academia de Letras da Bahia, 1986.

BOSI, Alfredo. **O pré-modernismo: a literatura brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1978.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Cia das Letras, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRAIT, Beth (org.). **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas.** Campinas: Pontes: São Paulo: Fapesp, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências Sociais.** Lisboa: Editoria Presença Ltda. 1972.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURGUIÉRE André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CALMON, Pedro. **A bala de ouro**: história de um crime romântico. 2. ed. Atual. Salvador, BA: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia: Academia de Letras da Bahia, [1947]1998.

CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CALMON, Pedro. **Frisos e Sombras** (Chronicas). Salvador: Rupografia do Povo, 1921.

CALMON, Pedro. **O Thezouro de Belchior**. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1928.

CALMON, Pedro. **Malês**: a insurreição das senzalas. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2002.

CAMBI, Eduardo. **Noivado: natureza e efeitos jurídicos decorrentes de seu rompimento lesivo**. São Paulo: Júris Síntese n. 31: set.out. 2001.

CARRARA, Francesco. **Programa de Derecho Criminal**. Trad. Ortega Torres, Bogotá, Temis, 1971. v.1.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

CIRCUNDES, Anísio. **João Estanislau da Silva Lisboa**. Salvaodr: Livraria Científica, 1935.

CONEIN, Bernard. *et al.* **Matérialités Discursives**. Paris: Presses universitaires de Lille, 1981.

CORNELIUS, Castoriadis. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynaud Revisão técnica – Luis Roberto Salinas Fortes. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORACINI, Maria José R. F. Ler Pêcheux hoje: no limiar das dúvidas e (In)certezas. In: FONSECA-SILVA, Conceição; SANTOS, Elmo dos Santos. **Estudos da Língua(gem): Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. Vitória da Conquista: Uesb, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. “Quelques problèmes théoriques e méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens”. In: **Langages**, 62, jun. Paris: Larousse, 1981, p. 9-128.

COURTINE, Jean-Jacques. Définition d`orientations Théoriques et Construction de Procédures en Analyse du Discours. **Philosophiques**, vol. 9, n. 2, oct. 1982.

DERRIDA. Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA. Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DIAS, Cristiane. **Arquivo com memória**. Disponível em: <www.labeurb> : Acesso em: 02 jan. 2007.

DOSSE. François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo, Unesp, 2001.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Pontes, Campinas, SP: Pontes, 1987.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

EVANGELISTA, Walter José. “Introdução: Althusser e a Psicanálise”. In: **Freud e Lacan, Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. “A História Social do Brasil, de Pedro Calmon”. **Anais do curso Pedro Calmon**. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Empresa Gráfica da Bahia, 1999.

FASSÓ, Guido. Jusnaturalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora universidade de Brasília, 1986.

FAUSTO. Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org., Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. Col. Ditos & Escritos III.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de Francês, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003a.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Col. Ditos e Escritos, v. IV., 2003b.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: reposta ao círculo de epistemologia. In: **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 82-118. Coleção Ditos e escritos. v. 2.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

GALLO, Solange Leda. et.al. Ler o arquivo hoje. In: INDUSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

GRAMSCI, António. Problemas da vida Cultural: a formação dos intelectuais. In: **Obras escolhidas**. v.II. Lisboa, Editorial Estampa, 1974. p.189-214.

GUIMARÃES, Eduardo. **Sentido e Memória**. Campinas: Pontes, 2005.

GUILHAUMOU, J. MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da História. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). **Gestos de Leitura: da História no discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). Tradução, Bethânia S. Mariani. In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

HENRY, Paul. **A Ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução Maria Fausta Pereira de Castro; com posfácio de Oswald Ducrot. Campinas: UNICAMP, 1992.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

JANCSÓ, István. **Na Bahia, contra o Império**: História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec; Salvador:Edufba, 1996.

KOOGAN, A. HOUAISS, A. (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital**. Direção geral André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta. 2002. 3 CD-ROM. Produzido por Hyper Mídia Editora Ltda.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

LARA, Silvia Hunold. **Ordenações Filipinas, Livro V**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.



LECLERC, Gerard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. 2 ed. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**: enunciação, escrito, sociedade. Tradução Marina Appenzeller e Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo. Criar Edições Ltda., 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. Tradução, Mônica Graciela Zoppi Fontana. In: ORLANDI, Puccinelli Eni. **Gestos de leitura da história no discurso**. Campinas: Unicamp, 1997.

MALDIDIER D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARQUIT, E. Contradição na dialética e na lógica forma. In: **Princípios**, nº 43, nov. – dez. 96/ jan. 97. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

MARANDIN, J. M. Sintaxe, Discurso: do ponto de vista da análise do discurso. Tradução Maria Cristina Leando Ferreira. In: ORLANDI, Puccinelli Eni. **Gestos de leitura da história no discurso**. Campinas: Unicamp, 1997.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec Ltda. 1978.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira** (1933-1974). São Paulo: Ática, 1977.

MOTTA, Manoel Barros. Apresentação. In: FOUCUALT, Michel. **Estratégia, Poder Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Col. Ditos & Escritos IV.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**. Lisboa, Guimarães Editores, 1994.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão nacional na primeira República. In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2000.

ORLANDI, Eni. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni P (org). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, 2003a.

ORLANDI, Eni. **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 2003b.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2005.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. v. 2.

PÊCHEUX, Michel, FUCHS C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975. Tradução Péricles Cunha. In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). Tradução Jonas de A. Romualdo. In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997c.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Unicamp, 1997d.

PÊCHEUX, Michel. **Estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

PINHO, Wanderley. **Salões e Damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Martins Editora S.A., 1970.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias de Thomas Herbert. In: FONSECA-SILVA, Conceição; SANTOS, Elmo dos Santos. **Estudos da Língua(gem)**: Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Vitória da Conquista: Uesb, 2005.

RUY, Affonso. **História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1996.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual: As palestras de Reith de 1993**. Org. Teresa Seruya. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

SANTANA NETO, João Antônio de (org). **Discursos e análises: coletânea de trabalhos**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2001.

SANTANA NETO, João Antônio de.; MACEDO, Joselice.; ROCHA, Maria José. (org). **Discursos em análises: coletânea de trabalhos**. Salvador: Universidade Católica do Salvador. Instituto de Letras, 2003.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SENA, Consuelo Ponde. Em homenagem a Pedro Calmon. In: BOAVENTURA, Edivaldo M. (org.). **Pedro Calmon vida e Glória**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1986.

SOUZA, Florentina. Malês: a insurreição das senzalas de Pedro Calmon. In: CALMON, Pedro. **Malês: a insurreição das senzalas**. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2002.

SILVA, Maria da Conceição Fonseca. **Os discursos do cuidado de si e da sexualidade em Cláudia, Nova e Playboy**. Tese apresentada ao Departamento de Lingüística de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Lingüística, na área de Análise do Discurso, sob a orientação da Prof. Dr. Sírio Possenti.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Pedro Calmon**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1977.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2001.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Cultura, mercado e políticas públicas: breves considerações. **Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, semestre 2, 2007. Disponível em <<http://www.unirio.br/jovemmuseologa/>>. Acesso em: 20 de set. 2008.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

WEHLING, Arno. A História em Pedro Calmon: uma perspectiva historista na historiografia brasileira. In: BORGES Jafé Teixeira (coordenador). **Anais do curso Pedro Calmon**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Empresa Grafica da Bahia, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos. Estados, elites e construção nacional. In: **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p.73 a 104.

## FONTES

**A Tarde.** Salvador, 28 fev. 1948.

**A Tarde.** Salvador, 14 dez. 2002. Suplemento Cultural.

**A Tarde.** Salvador, 31 mar. 2007. Suplemento Cultural.

**A Tarde.** Salvador, 7 jul. 2007. Suplemento Cultural.

**Correio da Bahia.** Salvador, 29 out. 2006, Domingo repórter.

**Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, 18 m. 1924. 8 jun. 1924. 29 jun. 1924. 27 mar. 1925.

**Jornal do Comércio.** Rio de Janeiro, 15 fev. 1948.

**O Imparcial.** Salvador. Jan. – jun. 1921.

**O Jornal.** Rio de Janeiro, 3 ago. 1947

**Vida Domestica:** Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro: n. 140, nov. 1929, p. 119, 120,121. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

**Vida Domestica:** Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro: n. 141, dez. 1929, p. 39, 40,41. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

**Vida Domestica:** Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro: n.142, jan. 1930, p. 60, 61. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

**Vida Domestica:** Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro: n. 143, fev.1930, p. 88, 89. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

**Vida Domestica:** Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro: n. 144, mar.1930, p. 95, 96, 97. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

**Vida Domestica:** Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro: n. 145, abr.1930, p. 181, 182, 183. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

**Vida Domestica:** Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro: n. 146, maio 1930, p. 57, 58, 59. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

**Vida Domestica:** Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro: n. 148, jul.1930, p. 155, 156, 157, 158. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

**ANEXO I**  
**CRONOLOGIA DAS OBRAS DE PEDRO CALMON**

*Pedras d'Armas*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

*Armas floridas*. Rio de Janeiro: Ed. De Paulo Pongetti, 1925.

*Direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

*História da Bahia*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Cia., 1927.

*O Tesouro de Belchior*. São Paulo: Melhoramentos, 1928.

*A Reforma constitucional da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado: 1929.

*A Conquista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

*História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

*Anchieta, o Santo do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

*O crime de Antonio Vieira*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

*A Federação e o Brasil*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1932.

*História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1933.

*Os Malês*. Petrópolis: Pro Luce, 1933.

*O márquez de Abrantes*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

*O Rei Cavaleiro (Vida de dom Pedro I)*. São Paulo: Nacional, 1933.

*Gomes Carneiro, o General da República*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

*Estados Unidos de Leste a Oeste*. Rio de Janeiro: A Noite, 1935.

*O rei do Brasil (Vida de dom Pedro VI)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

*Vida e Amores de Castro Alves*. Rio de Janeiro: A Noite, 1935.



*Intervenção Federal.* Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1936.

*Curso de Direito Constitucional Brasileiro.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937.

*História Social do Brasil.* 1º tomo. Espírito da Sociedade Colonial. São Paulo: Nacional, 1937. 2º tomo. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Nacional, 1937. 3º tomo. A Época Republicana. São Paulo: Nacional, 1939.

*Por Brasil e Portugal.* São Paulo: Nacional, 1938.

*O rei filósofo (Vida de dom Pedro II).* São Paulo: Nacional, 1938.

*Figuras de Azulejo.* Rio de Janeiro: A Noite, 1939.

*História da Casa da Torre.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

*História do Brasil. Século XVI. “As origens” (1500-1600).* São Paulo: Nacional, 1939.

*História do Brasil. “A Formação” (1600-1700).* São Paulo: Nacional, 1941.

*História do Brasil. “A Organização” (1700-1800).* São Paulo: Nacional, 1943.

*História do Brasil. “O Império” (1800-1889).* São Paulo: Nacional, 1947.

*História do Brasil. “A República”.* São Paulo: Nacional, 1956.

*História diplomática do Brasil.* Belo Horizonte: Paulo Bluhm, 1941.

*A princesa Isabel.* São Paulo: Nacional, 1941.

*História do Brasil na poesia do povo.* Rio de Janeiro: A Noite, 1941.

*Curso de teoria geral do Estado.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1941.

*História da Civilização (1ª série).* São Paulo: Saraiva; Acadêmicas, 1942.

*Brasil e América (História de uma política).* Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.  
*O Estado e o Direito nos Lusíadas.* Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1945.

*História da Faculdade Nacional de Direito (1891-1920)*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1945.

*A bala de ouro: história de um crime romântico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

*História de Castro Alves* (biografia). São Paulo: José Olympio, 1947.

*História da literatura baiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

*História da fundação da Bahia*. Salvador: Museu do estado, 1949.

*O Segredo das Minas de Prata*. Rio de Janeiro: A Noite, 1950.

*O Palácio da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1952.

*História da ideias políticas*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1952.

*A vida de Castro Alves* (biografia). Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

*Curso de teoria geral do Estado*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1958.

*História do Brasil* (sete volumes). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

*Brasília, catedral do Brasil*. Rio de Janeiro: Promoções Ltda. – empreendimentos Culturais, 1970.

*História do Ministério da Justiça (1822-1922)*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

*Castro Alves (O homem e a obra)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

*Para conhecer melhor Castro Alves*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

*História de dom Pedro II* (cinco volumes). Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

*A vida de dom Pedro II – O rei filósofo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

*Franklin Dória, barão de Loreto.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

*Miguel Calmon – uma grande vida.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

*A vida espantosa de Gregório de Matos.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

*Introdução e notas ao Catálogo genealógico das principais famílias, de frei Jaboatão* (dois volumes). Salvador: EGBA, 1985.

*História de Minas e “memórias” de Nogueira Gama.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

*A vida de Simões Filho.* Salvador: empresa Gráfica da Bahia, 1986.

*Memórias.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.